ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

SUMÁRIO

ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

DIRECTORES:

OSCAR FONTENELLE
ANTÓNIO FERRO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO:

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

DIRECÇÃO ARTÍSTICA DE:

MANUEL LAPA

EDIÇÃO DO D.N.I. E S.N.I.
RIO DE JANEIRO — LISBOA

NOVA SÉRIE NÚMERO 1

C A M Õ E S

Poeta meu, tão gentil, de alma tão pura,
tão cativo de amor e de cuidado:
Que ânsia de amar e que íntima tortura
na certeza de amar sem ser amado!

«Presença bela, angélica figura,
Em quem quanto o Céu tinha nos tem dado...»
Cantas: teu verbo tanto mais se apura,
Quanto mais à distância é meditado.

Se ora penso no Amor, que não tiveste;
na Alma, que tinhas... Quanto mais medito,
mais me curvo ante o espírito celeste,

que assim te fez sentir o que não sente
ninguém mais, sob o sol, para, contrito,
cantar tanto de amor tão docemente.

Belo Horizonte (Minas Gerais)

E M Í L I O M O U R A

UM "DIAGNÓSTICO DA ENFERMIDADE ESPIRITUAL DO NOSSO TEMPO"

I. — O «escândalo das traduções»

NÃO falta quem se insurja e reclame contra o febril afã de traduzir que avassala as nossas editoriais. Com alguns outros, penso ser o facto, por um dos seus aspectos, bastante consolador: fora mortiça a curiosidade intelectual entre nós, seria acaso viável tão esperta indústria e tão intenso comércio do livro?

Oferece a medalha, sem dúvida, anverso melancólico. Povo que muito traduz, é povo que deixou de fazer cultura por sua conta, — e, por isso, se deixou culturalmente atrasar. Mais — e mais grave: é povo que, ao ficar para trás, de algum modo perdeu de vista as rotas históricas da própria cultura. Portugal, convém reconhecê-lo lealmente, encontra-se nesta situação.

Mas daqui, da associação dos dois factos — cultura nacional momentâneamente frouxa, tradução activa de obras alheias — não se deve concluir, sem mais e como alguns já o fizeram, pelo esgotamento do nosso génio criador. Está ainda por rever, em serena meditação crítica, aquilo a que se chamou, com estranha ligeireza de juízo, e não menos estranha superficialidade, «decadência das nações peninsulares». Decadência, como sentimento vital e como conceito teórico, é sempre algo de relativo. Por outras palavras: é sempre algo, cuja plena inteligibilidade depende da contraposição a outro sentimento vital e a outro conceito teórico: o de plenitude. Em Espanha e em Portugal, encerrado o ciclo imperialista das descobertas, conquistas e início da colonização, a que correspondeu o período áureo da cultura peninsular, entraram as gerações a transmitir umas às outras o sentimento vital deprimido de quem, ao recordar os cimos históricos atingidos no imediato Passado, se surpreende agora na cotidiana paz do vale e ante horizontes confinados.

Não foi certamente ibérico o século XIX e o começo do nosso. Capitalismo industrial e demo-liberalismo, ciência laicizada e civilização materialista, racionalização dos meios de produção económica e dos meios político-jurídicos de organização territorial das Nações, — eis inventos para os quais não concorreu directamente o espírito peninsular. Mas significaria isto decadência? Significá-lo-á ainda?

Leviano seria quem respondesse com a afirmativa. Nenhuns indícios permitem afirmar categòricamente estarem já esgotadas as nossas possibilidades vitais. Talvez o ritmo das nossas pulsações históricas tenha batido mais brandamente até agora. Mas nunca, como neste momento de ruína e dor para o mundo, se nos depararam tão prometedoras as perspectivas do Futuro. Jazem por terra, mal feridos por arrepiante luta fratricida, os criadores e conductores da Europa moderna,— dessa Europa em que nos sentíamos tímidos, um pouco à maneira de filhos ilegítimos. Quebrou-se, assim, o prestígio absorvente, que nos cegava os olhos para os valores nacionais — e novamente soou a hora de imprimir à cultura portuguesa a visão portuguesa da

vida e do mundo, a forma portuguesa de pensar, o estilo vital do português, — erguendo-a, com o nosso esfôrço e como expressão da nossa luta com a circunstância histórica, até à altura dos tempos correntes! Ponto é que saibamos compreender oportunamente o momento que passa — e que saibamos oportunamente reacordar para a sagrada e difícil tarefa de sermos nós mesmos!

O «escândalo das traduções», quando se abstrair de certas impurezas que ainda inquinam as iniciativas editoriais: exclusivo propósito do lucro, intuito político disfarçado, falta de critério selectivo, que atenda às necessidades autênticas da nossa actualização, — tem o significado dos primeiros passos que o convalescente ousa quando sente ter-lhe regressado a fôrça de antanho. Começamos a compreender que as épocas de plenitude histórica apenas são possíveis depois de épocas preparatórias de humildade histórica. Traduzindo, aparelhamo-nos para futuros empreendimentos criadores, pondo em dia a nossa informação e arejando o ambiente nacional. E já por aí circulam temas que, há poucos anos atrás, ainda ninguém toleraria, porque a todos minguava o órgão intelectual adequado à sua compreensão.

Eis o motivo por que louvo o editor que nos deu a tradução do ensaio de HUIZINGA, «Nas Sombras do Amanhã». Já era tempo de se apresentar ao nosso público ledor o eminente catedrático da Universidade de Leyden, o autor mundialmente conhecido do «Outono da Idade Média», dos «Novos Caminhos da História da Cultura», do «Erasmo de Roterdão», do «Homo ludens», de tanto ensaios e estudos importantes nos domínios da historiografia e da historiologia. Conhecido apenas de poucos, graças às versões alemãs e espanholas dos seus livros, totalmente ignorado pela Universidade portuguesa (1), HUIZINGA, uma da cabeças mais claras da nossa época, — portanto, uma das cabeças que sôbre ela podia meditar ideias claras, — devia ter sido há muito traduzido.

«Nas Sombras do Amanhã», é certo, não pertence às suas obras de fundo. Se fora porventura melhor ter começado por traduzir uma destas, nem assim se deve rebaixar a iniciativa do editor. Com efeito, manifesta é a relativa actualidade do ensaio e evidente o contributo que ainda hoje nos dá para a compreensão da conjuntura histórica agora em transe de ser vivida pela humanidade europeia. E não sem grande contentamento verifico que começa a ter raízes a praxe de encurtar o tradicional intervalo de cinquenta anos que separava Portugal, neste século de telecomunicações aceleradas, dos centros europeus da cultura: o ensaio agora traduzido viu a luz na Holanda em 1935.

II. — O Presente como objecto da historiografia.

Pretendeu HUIZINGA dar-nos o diagnóstico das enfermidades espirituais do nosso tempo. Diagnosticar, porém, é operação intelectual, que consiste em subsumir o estado momentâneo de um indivíduo no quadro pre-estabelecido dos sintomas de doenças já observadas. É, portanto, operação intelectual, que pressupõe o diagnosticador na posse de dois conhecimentos distintos e diversamente orientados: um, do Passado da espécie a que pertence o indivíduo doente; outro, do Presente dêsse mesmo indivíduo.

HUIZINGA só podia ter diagnosticado sôbre a Europa actual depois de ter diligenciado conhecê-la no seu Presente. Por outro lado, a caracteriza-

ção das enfermidades só podia ser feita por ele à custa de prévio conhecimento do Passado da mesma Europa.

Reparar nisto, o mesmo é colocar na nossa frente, logo de início, os dois problemas que a leitura do seu ensaio talvez levante entre nós: será possível conhecer o Presente? Será vàlidamente admissível aplicar o conhecimento do Passado à determinação dos seus males?

A crença na impossibilidade de se tomar a época presente para objecto da historiografia domina ainda hoje os vastos arraiais da historiografia nacional. E isto não obstante a chusma de trabalhos que, a partir da primeira guerra mundial, elegeram a nossa época para assunto de investigação (2). Digno de interesse historiográfico, objecto do conhecimento científico da História, é, para os nossos historiógrafos, apenas o Passado. E não todo o Passado, — mas tão sòmente aquele sôbre o qual se acumularam distância temporal e poeira dos tombos.

Crença tão profundamente arreigada deverá, sem dúvida, ter por suporte noção infusa ou explícita da estrutura da realidade histórica. Talvez seja do mais elegante tacto, contudo, não interrogarmos os nossos historiógrafos a esse respeito — pois eles consentiriam apenas em levantar o nariz das fontes para nos fulminarem com mudo olhar de comiseração e desprezo! No entanto, antes de se recusar qualquer valor científico ao ensaio de HUIZINGA, não será mau responder à pergunta: pertencerá o Presente à realidade histórica?

Se foi GOETHE quem afirmou, pela vez primeira, em poema célebre, que «o carácter do homem reside na sua historicidade»; se foi DILTHEY quem, ainda há pouco, nos ensinava que o homem carecia de natureza e só tinha história — a HEIDEGGER cabe o mérito de ter sido o primeiro a ligar o fenómeno da historicidade ao fenómeno da temporalidade. Por isso, para ele, a vida humana não é temporal por ter História, mas tem História porque é temporal. Ou, dito de outro modo: o Tempo é o substrato ôntico da História. Não balbuciara isto mesmo S.[to] Agostinho, no «De Civitate Dei»?

Ora bem: Tempo diz-se em três modos — Passado, Presente, Futuro. Qual deles é o decisivo na estrutura da realidade histórica? À pergunta já respondeu esclarecedoramente DILTHEY. «O Presente — escreveu êle — é a única coisa que realmente encontramos — e nada existe se não existir no Presente». E ainda: «o mundo histórico está sempre aí, no Presente, e o homem não o contempla apenas desde o exterior porque se encontra irremediàvelmente mergulhado nele» (3).

Depreende-se destas frases que o pròpriamente histórico, para o pensamento moderno, já não é o Passado, mas o Presente. É nele que o homem sempre está, agindo ou sofrendo, recordando ou meditando, esperando ou projectando. Só no Presente tem o Homem Passado e diligencia reconstituí-lo para o conhecimento reflectido. Por outro lado, se a existência actual é o único sujeito da História, o ser dela pressupõe e encerra em cada instante a totalidade da História já decorrida. Portugal é hoje o que deixou de ser e como deixou de o ser. Mas o seu modo de ser actual foi condicionado pelo seu modo de ser no Passado. As nossas possibilidades actuais resultam sempre da maneira como se utilizam as possibilidades que o Passado, ao ser vivido, deixou aos vindouros.

Com semelhante concepção da História, bem longe se está daquela outra, para quem o Presente correspondia ao não histórico por excelência, porque a realidade era tanto mais histórica quan-

to mais proxima do momento imemorial de onde tudo provinha. História, para nós, já não equivale a Passado acumulado — mas a Presente, que resultou do Passado e se orienta para o Futuro. História, para nós, já não é o que definitivamente «passou», o que já não tem ligação viva e eficaz com o Presente — mas este mesmo, enquanto fase decisiva do processo temporal do humano devir, enquanto actualização da existência tornada possível pelo Passado e vivida em função da imagem prefigurada do Futuro.

A estrutura da realidade histórica mostra-se assim complexa, abrange vários estratos: o estrato real do Presente, e os estratos irreais do Passado e do Futuro — da vida que já foi possível e, como tal, se recorda, e da vida que poderá vir a ser possível e, como tal, se procura antever. NIETZSCHE, que num rasgo precursor, viu melhor de que ninguém as ligações entre estes estratos, ergeu logo a voz profética na segunda das suas «Considerações inactuais», para lembrar aos contemporâneos os perigos do historicismo. Por isso, distinguiu três espécies de historiografia: a monumental, a antiquária e a crítica. Tinham as duas primeiras o Passado por objecto. Com uma diferença fundamental, todavia: uma, escolhia do Passado os factos e feitos decisivos, ocupava-se das energias e poderes que, actuando, haviam feito da Humanidade o que ela hoje era; a outra, movida por sentimental piedade por tudo quanto passara, só porque passara, nada conseguia iluminar, esborrachada debaixo do pêso da tremenda carga de materiais carreados.

A historiografia crítica era, contudo, para NIETZSCHE, a única pròpriamente científica, porque era a única que se ocupava do Passado para servir o Presente, esclarecendo-o e explicando-o à custa de crítica fundamentada no conhecimento prévio das anteriores fases do processo evolutivo (4).

Ficou aberta, deste modo, a senda, que a filosofia existencial da História procura agora basear em razões justificáveis. Todos os ensaios que, como o de HUIZINGA, tomaram o Presente para objecto de investigação, utilizaram o ponto de vista nietzschiano da historiografia crítica. Dêles vedado é dizer, por conseguinte, que são caprichosos ou fantasistas, pois o seu aparecimento resultou de menos empírica e de mais profunda compreensão do Histórico.

III. — A interpretação catastrófica da nossa época.

Nem só MARX foi o sombrio profeta da derrocada estrondosa da cultura e da civilização da época histórica, que no século XIX conheceu o momento de esplendor. Também KIRKENGAARD colocara o homem europeu ante o dilema: regresso à pureza da Tradição cristã — ou queda angustiante no Nada. Logo NIETZSCHE, arrebatado, como sempre, ergueu a voz ameaçadora: «orgulhosíssimo europeu do século XIX, tu estás frenético! Mas teu saber presunçoso não completa a Natureza, porque apenas aniquila a tua própria!» E, como KIRKENGAARD, seu contemporâneo, igualmente ameaçava o europeu com o terrível espectro do Nada.

Este sentimento vital exasperado de quem se vê ante o Nada, à beira do abismo, ou na iminência de assistir, impotente, ao desmoronamento do mundo criado pelo homem com desrespeito das leis naturais, é o sentimento dominante das personalidades mais representativas do final do século passado. No nosso, que històricamente se iniciou em 1918, a este sentimento sucedeu a consciência de que se errou o caminho, e de que, dada a irreversibilidade do

processo histórico, era necessário mudar de rumo. SPENGLER, encarando a nossa época de transição à luz da sua morfologia da História, inspirada na «Gestaltlehre» de GOETHE, em Frobenius, e na moderna biologia, interpretou-a como período de mera civilização, em que a Humanidade europeia, já impotente para actualizar a ideia da sua Cultura em novas formas de vida, perdulàriamente, parasitàriamente gastava o capital legado, dissolvendo-se na atmosfera saturada dos meios urbanos, na luta àspera pelo dinheiro, na destruição racionalista de mitos, religiões e tradições, na anarquia social e nas guerras de imperialismo económico.

Nem todos, contudo, aceitaram a pessimista interpretação spengleriana, embora acolhessem muitas das principais teses filosóficas que a possibilitaram. Entre esses, conta-se HUIZINGA. O seu ponto de vista, no presente ensaio, era este: a Europa encontrava-se numa encruzilhada do Destino, — pois nunca, como então, fôra tão rica de possibilidades de toda a casta, mas jamais, também, a ameaçaram tão graves doenças espirituais. «Nas Sombras do Amanhã» é uma espécie de contabilidade do lado activo e do lado passivo desta situação sem par na História. Ao saldo, a que por fim chegou, talvez por ser devedor, abafou-o HUIZINGA debaixo do voto do moralista, que pede nova «askesis» purificadora, e das esperanças do pedagogo, que confiadamente tudo aguarda da geração futura. Para ela reclama a tarefa pesada e grave de «dirigir o mundo tal como deveria ser dirigido, de o salvar do abismo da loucura e do orgulho, de lhe insuflar, enfim, espírito novo».

Quer dizer: se HUIZINGA se recusa a escorçar interpretação catastrófica da nossa época, nem assim, porém, deixa de a encarar como hipótese possível. Toda a encruzilhada é dilema. Num dos termos dêste, em potencial, estava para HUIZINGA a catástrofe possível. Mas bom médico, abriu os olhos, corajosamente, para os males do Presente, sem desesperar do Futuro. Eis porque não fez da catástrofe mito destinado a alimentar a escatologia revolucionária de certa classe, como MARX ou SOREL, — nem o sinal evidente de se ter chegado ao cabo de certo ciclo histórico de uma Cultura, como SPENGLER.

Teria sido excessivamente optimista? A guerra cruel que assolou o mundo, só de per si, não é argumento bastante para o afirmar. Por muito que pese à opinião vulgar, guerra, como esta, só os momentos de plenitude autorizam. Ela pode ser considerada um dos sintomas do mal, — acaso o mais espectacularmente virulento. Mas não é, só por si, sintoma de enfermidade incurável. Não há fases de crescimento tão violentas que põem o organismo em perigo?

Muito interessa arquivar nestas páginas o quadro sintomatológico sôbre que assentou, depois, o diagnóstico de HUIZINGA sôbre as enfermidades espirituais do nosso tempo. É este:

a) Pedagogismo reformador, autoritário e revolucionário: a Humanidade europeia, sobretudo a partir de 1789, está possuída da convicção de que a perfeição imaginada pela Razão humana e figurada por ideais de ocasião é fundamento bastante para se empreender radical transformação, destinada a obter conscientemente, por reviravolta súbita do decurso da História, aperfeiçoamento duradoiro, senão definitivo, do homem e da sociedade.

b) Futurismo: crença no primado do Futuro. Isto é: recusa-se ao Passado qualquer valor exemplar. Viver é incessante caminhar, olhos fitos na meta, nervos tensos para atingir o ponto mais próximo dela. Conquistar o Futuro é

deslocar-se, por contínuas superações do Passado, ao longo desta trajectória irreversível. Deixou-se assim de acreditar que viver o Futuro fosse o mesmo que restaurar nele o Passado, ou certo aspecto do Passado.

c) Progressismo: a fé ingénua de que cada nova descoberta ou melhoramento dos meios existentes encerram obrigatòriamente a promessa de um valor mais elevado ou de uma maior felicidade. Por outras palavras: a fé ingénua de que o movimento de progressão em si mesmo contém a própria finalidade e a ela conduz quem o acompanhe.

d) Primado da técnica e desvios na aplicação da ciência: o saber de domínio, o tipo de homem capaz de o possuir ou de o manejar, assumem importância primacial. Simultâneamente, não só se esquece que a técnica moderna tem por pressuposto a ciência, mas também se faz uso das descobertas desta para fins imorais e desumanos.

e) Crise interna da Ciência: trata-se de uma crise de crescimento. A análise e a investigação científicas da realidade ultrapassaram o quadro tradicional das categorias conceituais. Entre o conhecimento científico recém-adquirido, que ainda se não constituiu em nova cosmovisão, e a velha imagem científica do mundo, que ainda informa a nossa Cultura, há atritos evidentes e penosos.

f) Crise externa da Ciência: o trabalho científico, em vez de se subordinar apenas à descoberta da Verdade, atraiçoa a sua missão, pondo-se ao serviço da Política. A ciência tende a transformar-se em apologética do Estado.

g) Enfraquecimento da capacidade de julgar: a democratização do ensino, os poderosos meios técnicos de que se serve a publicidade moderna, — jornal, cinema, T. S. F., artes plásticas ao serviço do comércio e da propaganda de ideias políticas, — tudo isto concorreu para difundir no meio social noções variadas e múltiplas, que são mal assimiladas e digeridas. Surge assim a mentalidade de massa. Ao saber de experiências feito sucede uma meia instrução, que dá ao seu possuidor a tola ilusão de que está apto a compreender todas as coisas, a opinar sôbre elas tão bem como qualquer autoridade na matéria. Simultâneamente, o poder de discernir e de avaliar por si enfraquece-se: o jornal, o cinema, o anúncio criam a opinião — ou por outra: substituem a opinião.

h) Puerilismo, superstição, falso heroísmo, preeminência dos valores vitais: são as notas características da mentalidade de massa.

i) Amoralismo do Estado: a organização política e jurídica passou a ser encarada como instrumento técnico susceptível de ser posto indiferentemente ao serviço de qualquer objectivo, de quaisquer valores.

j) Desvalorização da Natureza como inspiradora da Arte: assim como o conhecimento científico moderno se exterioriza em formas altamente simbólicas, que pouca ligação têm com a realidade observada, também as formas de interpretação estética se afastam das formas naturais da realidade.

IV. — Diagnose e Prognose.

Paralelamente à brusca mudança verificada na compreensão do histórico, surgiu, quase por instinto, nova função atribuída à historiografia. Esta, em vez de se limitar, como até aqui, a impor ao Passado uma forma intelectual apta a restituí-lo, na sua genuinidade, ao entendimento do Presente, também pretende agora dar uma antevisão do Futuro.

Que pensar de tamanha reviravolta?

Que significará uma ciência profética? Por que motivo certos historiógrafos, como HUIZINGA, utilizam o seu conhecimento do Passado na diagnose do Presente e na prognose do Futuro?

Levantam as perguntas questão interessantíssima, mas tão ampla e complexa que requer estudo àparte. Aqui, e neste momento, bastará dizer: prende-se ela com o problema do nosso conhecimento racional consciente.

Com efeito, este tipo de conhecimento foi muito mal caracterizado pelo adjectivo «desinteressado». Nunca o homem ocidental, como a história no-lo revela, se contentou com repousar «gaudio de veritate» sobre os pensamentos rigorosos, que lhe facultavam visão conceitual da essência das coisas. Racionalismo, qualquer que haja sido a sua forma, denunciou sempre tendência normativista e prospectivista. E isto porque ao homem ocidental nunca bastou conhecer o ser: ele sempre desejou dominar, possuir o ser conhecido. Desde SÓCRATES, passando pelos estóicos até ao cristianismo, tem sido pretensão da Moral fornecer ao homem um poder de auto-domínio com base no conhecimento da natureza humana. Sobretudo desde a Renascença, difícil é separar o desejo de conhecer o mundo exterior do desejo de o governar pela razão. Com KANT, o ser apenas existe como «ser pensado», como algo que recebe a forma ordenadora e as leis reguladoras da Razão transcendental. Por sua vez, COMTE ambicionou fazer da ciência um «connaître pour prévoir» e um «prévoir pour agir»!

Ora bem: à historiografia chegou também agora o momento do «connaître pour prévoir». Reina hoje a convicção de que a realidade histórica é regida por legalidade psicológica, tributária de todas as outras legalidades, a física, a lógica, a matemática. É ainda para nós ponto firme que a historiografia constitui a ciência dessa legalidade. Por isso, se lhe pedimos nos acorde para as precisas diferenças de sentido histórico entre as épocas, exigimos dela, também, nos coloque na própria linha da direcção temporal em que se desenvolve o processo do humano devir. Se ontem, hoje e amanhã sucessivamente se condicionam, é porque no seu condicionamento se manifesta uma razão vital tão rigorosa e exacta como a razão matemática.

Esta concepção profética da historiografia já despontava num trabalho genial do jovem NIETZSCHE: «a sentença do Passado é sentença de Oráculo; só como constructor do Futuro a conseguirás entender»... (5) Mas é com SPENGLER que ela adquire, pela vez primeira, consciência de si mesmo. A «Decadência do Ocidente» abre com a seguinte frase: «Tentou-se, pela vez primeira neste livro, uma predeterminação da História». Mais perto de nós, ORTEGA Y GASSET afirmou da historiografia: «só é ciência na medida em que nela cabe a profecia»! (6)

O ensaio de HUIZINGA, depois de diagnosticar sôbre a nossa época, não ousa lançar-se num prognóstico do Futuro. Contudo, no capítulo intitulado «Perspectivas», abalança-se a «avaliar certas possibilidades, supôr certas eventualidades». Quais?

Para HUIZINGA, a humanidade europeia atravessava uma fase de regresso ao barbarismo, de abandono do «Logos» e volta ao «Mithos». Os únicos penhores da saúde, eram os milhares de homens espalhados pelo vasto mundo, os quais, sem estarem arregimentados num partido político totalitário, permaneciam fiéis ao velho culto da humanidade, esperavam confiadamente o novo, sem por isso estarem dispostos a deitar fora o antigo; era a subsistência da comunidade dos sábios, para além das fronteiras dos naciona-

LULA CARDOSO AYRES — «*A Boiada*»

lismos agressivos; era a cada vez mais sentida necessidade de concórdia entre os povos, futura base de uma vida internacional mais compreensiva e perfeita.

HUIZINGA punha, no entanto, como condição do regresso à saúde, a «reforma do homem». Mas reforma interior, livremente querida — e não imposta do exterior por qualquer autoridade pedagógica social, — Estado, Partido ou Igreja. Quanto a esta última, era seu parecer que de futuro só poderia triunfar na medida em que conseguisse a purificação do coração dos fiéis.

V. — A compreensão histórica como acto històricamente condicionado.

«Nas Sombras do Amanhã» levanta também este problema: que é a compreensão histórica?

De certo, e em primeira mão, auto-reconhecimento do espírito: o espírito do homem vivente reconhece-se no espírito objectivado nas obras que os homens criaram. Mas desse, ser-lhe-á dado redescobrir tudo, — ou, também aqui, dividida a realidade pela razão, ter-se-á de contar com ineliminável resto?

Tome-se o exemplo de HUIZINGA. Eis aqui um homem que tentou erguer até ao plano da consciência reflectida alguns aspectos da sua época. Mas, ele próprio, como homem, é filho da sua época, encontra-se inserido no complexo de energias e de efeitos, de acções e reacções, que constituem a trama do Presente. Por outro lado, ao tentar o acto de compreensão histórica da sua época, já era «homem formado», «carácter feito»: era já aquele que a educação familiar, a escola, o meio social integraram no ambiente cultural em que amadurecera seu espírito. Tal como era, pois, — logo, tal como a existência já decorrida històricamente o condicionara, — tentou êle compreender o Presente.

Mas aqui se revela o elemento dramático da compreensão histórica: ao homem só é permitido compreender da situação existencial em que se encontra aquilo que a sua formação lhe permite descobrir nela. Por outras palavras: só compreende nela aquilo que já de antemão sabia — embora esse saber se mantivesse ainda no plano da consciência inexplícita. Quanto ao resto, escapa-lhe, — embora seja aí, precisamente, que a realidade histórica se manifesta, por assim dizer, com o máximo de realidade!

Por outras palavras: naquilo que o homem chega a compreender da própria situação histórica em que se encontra, está já, subentendido, o seu Destino; mas ao homem falta o órgão da compreensão do autênticamente real dessa situação! Eis porque nela só entendemos o que está em consonância com os nossos preconceitos sobre os homens: a cultura, os séculos!

Isto mesmo se patenteia no ensaio de HUIZINGA. Ele apenas soube compreender da nossa época de transição o que coincidia com a sua maneira de ser: Passado que nela perdurava. Quanto ao mais, ao que se encontra em gérmen, ao que se encontrava em gestação, passou-lhe despercebido. O seu diagnóstico, por esse motivo, não é diagnóstico, — mas a interpretação permitida pela sua maneira de ser.

Assim lhe escapou, segundo me parece, o sentido do nosso torturado Presente, em que o homem procura a forma de cultura pedida pelo seu sentimento vital, que já não é o do Passado. Excessivamente influído pela repugnância que lhe inspirava qualquer forma de totalitarismo, fosse ela da esquerda ou da direita, HUIZINGA não conseguiu projectar-se para além do Presente — única maneira de o com-

preender. Nem por outro motivo se lhe afigurou que o abandono do «Logos» e o regresso ao «Mithos» era o rasgo característico da nossa época; nem por outro motivo entendeu tão preconceituosamente as relações entre «Mithos» e «Logos».

Mas é duvidoso que acertasse. HUIZINGA não indica o que entende por mito. De vários passos do ensaio se depreende, contudo, que não designa por aí uma forma de cultura; na sua pena, mito é conceito político. Pois bem: a forja consciente de mitos políticos é algo característico da época histórica agora em transe de passar, porque é típico produto do racionalismo demagógico até agora reinante. Ora esse racionalismo não equivale à queda no prè-lógico, — mas, precisamente, à divinização do lógico! Os mitos políticos, desde a revolução francesa até aos nossos dias, tomaram corpo em ideologias completas, lògicamente estruturadas, em que se concretizava certa visão da vida e do mundo. Eis porque o Estado constitucional do demo-liberalismo e o Estado totalitário de todos os «ismos» da nossa época, são próximos parentes um do outro, ou seja: Estados ideológicos — e não Estados como expressão da Cultura de um Povo.

HUIZINGA não soube ver o drama da nossa época de transição: o drama da vida encarcerada numa forma de cultura que não criou, nem consegue continuar, e que, portanto, se desvitalizou. Porque sempre que falta à Cultura o suporte da Vida — FROBENIUS diria: sempre que se estiola o sentimento paideumático, — o homem passa a viver mecânicamente, não criadoramente, dentro das formas herdadas da existência. E isto arrasta o inevitável resultado da decadência — que é o inevitável ponto de partida do futuro renascimento e da futura ascenção.

A N T Ó N I O J O S É B R A N D Ã O

NOTAS:

(1) Por informação particular, sei que o Prof. Delfim Santos tenciona brevemente publicar estudo sôbre Huizinga, sua obra e sua projecção europeia.

(2) As tentativas de teorizar para o Presente já assomavam em FICHTE, «Grundzüge des gegenwärtigen Zeitalters», em TOCQUEVILLE, «Souvenirs», em DONOSO CORTES, «Catolicismo, Liberalismo, Socialismo», em KIRKENGAARD «Kritik der Gegenwart», em NIETZSCHE, «Unzeitgemässen Betrachtungen», «Der Fall Wagner», «Götzen - Dämmerung», «Also sprach Zarathustra». Mas foi sobretudo a impressão produzida pela obra mestra de SPENGLER, «Untergang des Abendlandes», que deu ao homem ocidental o gosto e a moda dos ensaios de tomada de consciência da sua época. Eis algumas amostras dessa extensa literatura: LUCIEN ROMIER, «Explication de notre temps», 1925; DELAISI, «Les contradictions du monde moderne», 1925; MASSIS, «Defense de l'Occident», 1927; VALERY, «Regards sur le Monde Actuel», 1930; HALEVY e BOUGIE «Inventaires — La crise sociale et les idéologies nationales», HALEVY, «L'ére des tyranies», 1938; ROPS, «Monde sans âme», 1938.

ORTEGA Y GASSET, «El Tema de nuestro tiempo», 1923; «La Rebelion de las Masas», 1930.

PANNWITZ, «Die Krisis des europäischen Kultur», 1917; CHAMBERLAIN — «Grundlage des XIX dahihundertes», 1926; BREYSIG, «Individuum und Masse», 1928; KURTIUS, «Deutsches Geist im Gefahr»; ZBINDEN, «Die Moralische Krise des Abendlandes», 1932; SOMBART, «Deutsches Sozialismus», 1938; «Die Zukunft des Kapitalismus», 1938; SPENGLER, «Die Mensch und die Technik», 1931;

«Jahre der Entecheidung», 1933; JASPERS, «Die geistige Situation der Zeit», 1931; BURCKHARDT, «Die Weltanschaungkrise der Gegenwart und Wege zur ihrer Uberwindung», 1927; HEINEMANN, «Neue Wege der Philosophie», 1929; VEIT, «Die Tragik des Technischen Zeitalters», 1935; MANNHEIM, «Mensch und Gesellschaft im Zeitalter des Umbaus», 1935; PLESSNER, «Das Schiksal deutschen Geistes im Ausgang seiner burgerlischen Epoche», 1935. REYNOLDS, «L'Europe tragique», 1935; ROEPKE, «Gesellschaftkrisis der Gegenwart», 1939. COLE, «Guide through World Chaos», 1934.

(3) «Der Aufbun der geschichtlichen Welt in den Geisteswilleuschaft» G. S. V. VII.

(4) «Unzeitagemässe Betrachtungen, Zweites Stück», S. S. V. I, 359.

(5) «Unzeitg». V. I, 377.

(6) «El tema de nuestro tiempo».

«Desenho» — Estrela Faria (Exposição de Arte Moderna do SNI)

Naufrágio

Uma sombra cobriu meu sonho,
desceu à terra, foi para o mar.
Vivo um pouco em cada barco
que naufraga silencioso,
sem chamar.

Um amor morou no meu peito,
cresceu sem medo, mas se escondeu.
Estou sempre em cada estrela,
que brilha um pouco e se apaga,
como eu.

Os meus braços estão quebrados,
sem ânsias novas para prender.
Rotas velas no mar alto
levam sangue derramado,
sem morrer.

Anunciação

Voam-me pássaros em torno,
numa ciranda sem motivos.
A estrada é fria.
Estou de branco.
Brilha uma estrela em minha mão.

Revoam pássaros em torno.
Meu ombro esquerdo vai ferido.
Medrosos passos vão levando
a fina sombra do meu corpo.

Volteiam folhas,
dança o vento,
e a gaze clara do vestido.
Minha cabeça vai pendida
e há uma estrela em minha mão.

Que estranho o caminho andado,
de branco, na estrada fria,
por entre pássaros voando,
por sobre flores caindo
e o ombro esquerdo sangrando.

O mar canta em meus ouvidos
e a montanha inacessível
estende ramos de paz.

Passam âncoras e cruzes
e há uma estrela em minha mão.

Por que me levam de branco,
na fria estrada de pedra,
com este ombro sangrando,
entre perfumes e azas?

Que anunciam essas cruzes?
essas âncoras partidas?
esses pássaros revoando?
e essa estrela em minha mão?

Quem me leva, e para onde,
com essa estrela na mão?

Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

(Do livro a sair: «POR QUE?»)

L I L A R I P O L L

PRESENÇA DE PORTUGAL NO MARANHÃO

As cidades maranhenses de São Luís e Alcântara, segundo tradição mais ou menos corrente, consideraram-se rivais durante longo tempo, tal como se diz haver acontecido com Recife e Olinda, em Pernambuco.

São Luís era, então, a moradia predilecta da capital. Em Alcântara predominavam os homens que se orgulhavam de pomposos títulos de fidalguia: eram senhores de engenho ou donos de lavoura de algodão. Nasceu daí, por um espírito muito natural nas lutas de classe, a rivalidade das duas cidades do Maranhão.

São Luís, plantada na ilha, nos arredores da baía de São Marcos, sairia vitoriosa nessa luta de muitas décadas a fio.

Ainda no século dezanove Alcântara assistiu ao lento desmoronamento de seus palácios e de suas casas-grandes. A sua fidalguia, compelida por imperativos económicos, se passou para São Luís ou para as fazendas e os engenhos situados no continente. E o êxodo transformou bruscamente, opulentas vivendas principescas em melancólicos casarões vazios. Como se alguma violenta maldição pesasse sùbitamente sôbre a cidade, Alcântara ficou deserta e triste da noite para o dia.

O declínio de Alcântara reflectiria, em tôdas as suas etapas, como um símbolo triste, a decadência do patriarcado rural no Maranhão. Em certos lances a paisagem se mudaria sùbitamente. E iriam despontando, aqui e além, nas ruas onde há pouco a nobreza pavoneava o seu fausto aristocrático — as ossadas arquitetónicas das taperas, mal vestidas de mato, rodeadas de escombros e povoadas de novas lendas desoladoras e trágicas. As igrejas, onde outrora as imagens de ouro maciço eram bens comuns, seriam delapidadas. Um silêncio de cemitério pairaria em tudo — e, em breve, os solares tombando, as ruas ermas, os templos caindo o reboco das fachadas de pedras, os muros desmoronando, os velhos canhões do forte entupidos de terra, comunicariam à cidade fidalga e opulenta de Alcântara a mais consternadora paisagem de decadência jamais contemplada na província do Maranhão.

Mercê de factores fàcilmente explicáveis, São Luís, cidade da burguesia, não sentiria da mesma forma a ruína dos patriarcas rurais. Enquanto Alcântara se transformava em escombros, a cidade do Senhor de La Ravardière continuou com os seus sobradões de pedra, com os azulejos cintilando nas fachadas de dois andares e nos mirantes graciosos. O braço negro prosseguiu na sua faina de fazer paredes largas de uma braça e de cavar alicerces profundos para novas edificações senhoriais. Os lampeões a gás estenderam outros braços esguios nas esquinas de rua. E as festas de igreja, com o arraial iluminado, os carrocéis rolando, — não perderam o esplendor e a grandeza dos velhos tempos.

Aluíra o patriarcado rural, desmanchando ou atenuando na província certas fumaças de fidalguia pretensiosa e humanizando os barões iracundos. Mas a burguesia, abalada embora pelo des-

moronamento da nobreza, continuou de pé — e assegurou a permanência e a evolução da cidade onde instalara, por assim dizer, o seu quartel.

O patriarcado do Maranhão assentara primitivamente, nos engenhos de açúcar os seus alicerces económicos.

Em 1622, o capitão-mor António Muniz Barreiros fundara, na foz do Itapecuru, os primeiros engenhos de tal natureza. Foram dois ou três, a princípio. Em breve, com o alargamento da indústria, os canaviais vão demandando as cabeceiras dos rios, no rumo do sertão — que é o «centro solar do mundo colonial», na frase de Alcântara Machado.

A lavoura intensifica a indústria. Os engenhos se multiplicam como a filharada bastarda dos seus senhores. E até na ilha de São Luís, nos arredores da cidade e nas margens do Anil e do Cutim, as plantações de cana, expluindo, fartas e numerosas, tomam conta do chão.

Em 1641 e 1644, êsses engenhos e êsses canaviais assistem ao heroísmo da gente lusitana, na expulsão dos invasores holandeses: por detrás das moendas e das engenhocas, na embocadura do Itapecuru, se armaram as emboscadas e as trincheiras de guerra. E as plantações, em muitos pontos, na ilha e no continente, se revolveram em labareda, colaborando nas guerrilhas e nas batalhas.

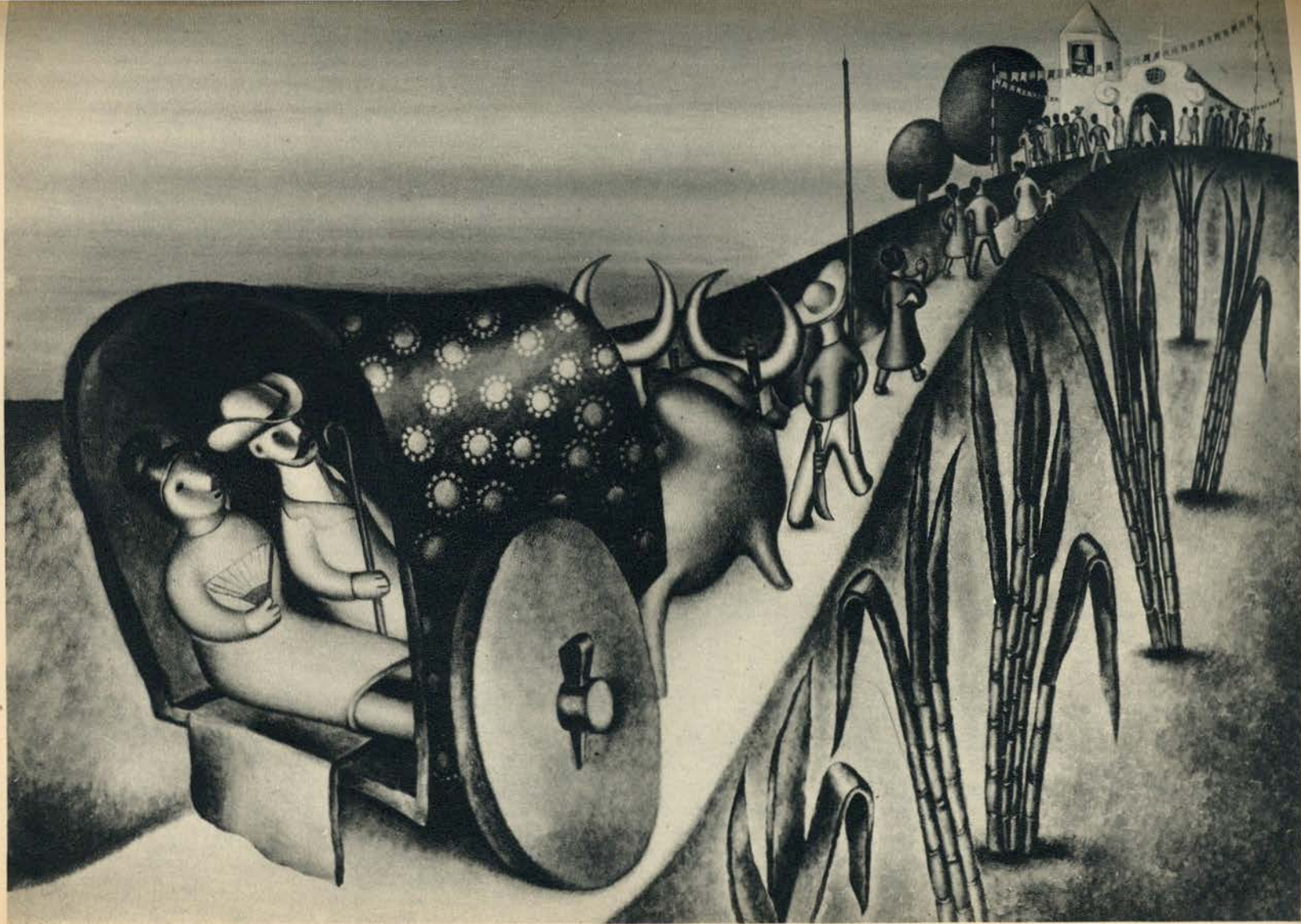
Passado o temporal que soprara de Holanda, os engenhos voltam a rolar e os canaviais cobrem outra vez as terras da capitania. Os dois ou três que António Muniz Barreiros fundara, se elevam, então, a mais de cinquenta. E êsse pequeno esplendor do patriarcado se reflecte logo na fisionomia urbana e na vida intelectual do Maranhão.

Por esse tempo Alcântara começa a erguer a torre dos primeiros templos e a plantar os alicerces dos primeiros conventos. Já possui os arremedos iniciais dos seus futuros palácios, os sobrados vão mostrando opulência, as arcas vão recolhendo ouro e a prata das alfaias vindas de Portugal. Em 1668 o povoado fôra elevado à categoria de vila e trocara por Alcântara o seu velho nome indígena de Tapuitapera.

Durante o inverno, nesses recuados tempos, a população da vila, tão reduzida no estio, se eleva sùbitamente a oito mil almas, como se estivesse sujeita a invasões periódicas. São os senhores, as famílias dos senhores, os escravos dos senhores que deixam os engenhos do continente, onde as chuvas desabam em pampeirões tremendos — e vêm gozar em Alcântara, na tranquilidade dos sobrados e das casas grandes, a doce vida de vilegiatura no litoral, enquanto as águas sobem, inchando os rios e empapando o chão nas grandes áreas continentais das plantações.

São Luís, na mesma época, não apresenta essa grandeza. É menor e não tem tanto luxo. Em 1662 possui pouco menos de mil habitantes. No seu solo desigual, foram levantadas, já pelos missionários da Companhia de Jesus e da Ordem dos Carmelitas, as paredes católicas de três conventos: Mercês, Carmo e Santo António. Em alguns desses templos, António Vieira, nas grandes datas cristãs, empolgou nativos e reinóis, com a maravilha literária e dialéctica dos seus sermões.

A obra dos sacerdotes jesuítas vai tomando, pouco a pouco, as características históricas de um relativo apogeu...

Padre João Felippe Bettendorff, futuro autor da «Crónica da Missão dos Padres Jesuítas no Estado do Maranhão», é figura solar entre esses missionários. Humanista emérito, cultura bastante conhecida e proclamada, imprime ele novas directrizes fecundas ao ensino do colégio dos seus irmãos. A no-

LULA CARDOSO AYRES — *«Dia de Festa»*

tícia dêsse movimento ganha fama nos arredores, nas capitanias vizinhas — e não tarda a chegar ao reino. Em pouco tempo, São Luís é apontada como um considerável centro de estudos. E o Maranhão, nesses distantes dias coloniais, assiste a este facto inédito na história do Brasil: estudantes de Coimbra vêm completar seus estudos de filosofia e teologia no colégio dos jesuítas em São Luís.

E o esplendor do patriarcado rural coincide maravilhosamente com esse apogeu do humanismo no Maranhão colonial.

Em 1685, após a revolta de Beckman, Gomes Freire de Andrade, ao assumir o govêrno, encontra o Maranhão nos prelúdios da decadência.

No continente, os engenhos iam ficando de fogo morto. Em S. Luís, nos arredores da cidade, não mais se viam, como outrora, os canaviais imensos. O mato ia reconquistando o terreno que lhe fôra roubado com o plantio da cana. E os senhores de engenho se viram na contingência de deixar ao Deus-dará a indústria açucareira.

O patriarcado rural em ruína criava o Maranhão decadente. E essa decadência se originava, num paradoxo económico, da própria riqueza da capitania em seus recursos florestais.

O problema era este: como no Pará, o cravo, a canela e a castanha abundavam nas florestas do Maranhão. A terra dava de graça, sem a exigência dos plantios. Para a colheita e a exploração da fortuna bastava a caminhada no rumo do sertão. Essa ilusão de riqueza fácil e ao alcance de todos, entrou a desviar os lavradores de canaviais e os trabalhadores do engenho. Em vão clamavam os senhores à procura de braços para as plantações abandonadas. Não havia negro africano — e o índio era difícil de ser domado para o trabalho constante. À falta do trabalhador, a lavoura foi desaparecendo. E levou de roldão os engenhos de açúcar.

Durante bom tempo permanece a decadência. Em 1751, a capitania possui apenas cinco daqueles cinquenta e tantos engenhos dos tempos prósperos. A economia toma novos rumos. E o sertão, seguindo o movimento pastoril que viera das margens do S. Francisco, se povoa sùbitamente de fazendas de gado. Há mais de duzentas fazendas espalhadas pelo chão inculto e pelos campos livres do Maranhão. E ninguém acredita mais nos enriquecimentos milagrosos à custa de cravo, canela ou castanha, recolhidos a mancheias nas amplas florestas virgens.

A agricultura volta a interessar o homem da colónia. Em 1755 funda-se, por alvará de 7 de Agosto, a Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão Pará. E surge com ela uma nova fase próspera para o património rural da capitania.

A lavoura algodoeira empolga os antigos senhores. Nobres e plebeus trabalham pela nova riqueza. E os capulhos apendoam nos algodoais imensos.

Em 1761, o Maranhão realiza a primeira importação de negros africanos. O braço escravo dará alicerces mais seguros ao patriarcado rural. E a grandeza desses patriarcas sòmente rolará outra vez pelos desfiladeiros da decadência, quando a campanha abolicionista, espantando a província, compelir os senhores, aparvalhados e temerosos, a tanger açodadamente as submissas levas de negros para as fazendas do sul.

No mesmo ano da entrada do africano, um sobrinho de Pombal, Joaquim de Melo e Póvoas, administrador atiladíssimo, toma posse do govêrno do Maranhão. Em poucos anos transfigura a capitania. Cria industrias e impõe, recorrendo mesmo às ameaças de puni-

ções cruéis, a cultura de novos géneros. O patriarcado rural ganha com isso nova base sólida na lavoura do arroz. Em 1797, as exportações do Maranhão sobem a mais de mil contos e entram, vindos da África para o amanho das terras imensas, quase dois mil escravos. As fazendas de gado continuam a encher o sertão. Multiplicam-se as casas grandes. As senzalas são numerosas. E vão chegando, procedentes de Portugal, novas ondas de reinóis ambiciosos e destemidos, que vêm à procura do El-Dorado na gleba fecunda do novo continente.

Nesses longínquos dias de colónia, Alcântara reflecte o esplendor do patriarcado rural. E irá evoluindo sempre até o meado do Segundo Império, quando soar a hora da irremediável decadência. Levantará sobrados de azulejo, com o mirante lá no alto. As casas grandes se espalharão nas ruas mal traçadas. Surgirão novas igrejas de altares opulentos. A fidalguia aumentará as fumaças de nobreza e as preocupações de linhagem pura. Os pesados móveis de jacarandá, de cadeiras com espaldares tauxiados e os pés torneados em bolacha, darão aspectos mais heráldicos ao interior dos solares senhoriais. E as arcas de família guardarão ouro e prata trabalhados em Portugal.

Enquanto em Alcântara os senhores parasitam felizes, confiados nos latifúndios e no braço do negro, em São Luís a vida adquire uma inquieta fisionomia de dinamismo laborioso.

Alcântara é a cidade dos fidalgos ociosos. S. Luís, a cidade dos homens rudes que fazem fortuna nos balcões de venda.

O patriarcado próspero intensifica o comércio: um deriva do outro. Mas fidalgos e burgueses não abandonam uma batalha subterrânea que vem de longe.

Alcântara cresce no luxo e na opulência. Mas São Luís não lhe fica atrás. E toma-lhe mesmo a dianteira. Nas ruas em ladeira multiplicam-se os sobradões imponentes. Há mirantes por toda a parte. Faiscam ao sol as fachadas e os paredões recamados de azulejos. Tudo isso, na sua maior parte, é obra do burguês que veio paupérrimo do torrão lusitano e enriqueceu depressa no novo mundo, e um dia, quando se despiu dos andrajos, despojou-se também da humilde condição plebeia.

O combate entre nobres e burgueses não será sòmente fecundo em virtude de suscitar o desenvolvimento das cidades fronteiriças onde as duas classes plantaram, respectivamente, os seus baluartes. Sairá desse âmbito material de simples competição entre iniciativas urbanas ou solarengas. Invadirá a própria vida do espírito, de forma a criar, na cidade burguesa de São Luís, como consequência de surdas escaramuças de classe, um ambiente tão grande de inteligência e cultura que, em certa época da vida brasileira, a pequena cidade da província poderá ser apontada como a luminosa capital do humanismo do Império.

Nesse ponto não andava errado, ao que parece, aquele Conde de Gouvarinho do romance de Eça de Queiroz, quando encontrava, numa velha contenda entre Lisboa e o Porto, um motivo perene do progresso de Portugal...

Foi ainda nos tempos da colónia que a literatura mergulhou suas raízes na terra maranhense. E surgiu sob a forma de sátira, para ferir, nessas eras distantes, a vaidade dos capitães-mores.

Depois, a literatura tomou naturalmente novos rumos. Vamos encontrar, adiante, o padre António Vieira a pregar em São Luís, nas igrejas de Santo António e nossa Senhora do Carmo, os maiores sermões da língua portuguesa. Bernardo Pereira de Berredo, governador de Capitania, escreve, nos ócios do cargo, os celebres «Anais Históricos

do Maranhão», num estilo excessivamente literário. Ainda no século XVII, ao chegar a São Luís o primeiro bispo do Maranhão, Dom Gregório dos Anhos, assistiu ele, no Colégio de N. S. da Luz, no mesmo dia de sua chegada, à representação de uma comédia — clara revelação de literatura e arte dramática numa terra que ainda estava acordando para a civilização. No século seguinte, um dos sucessores de Dom Gregório — Frei António de Pádua e Belas — viu-se na contingência de fugir da cidade, em virtude da reacção do povo às satiras por ele escritas em remoque aos figurões locais...

Essas manifestações esparsas não apresentam, entretanto, o aspecto considerável de um movimento literário. São vozes isoladas, manifestações ocasionais, suscitadas pelo clima histórico ou pela contingência política. Excepção feita aos sermões e às cartas do Padre Vieira, tudo o mais não passa, na verdade, de mera documentação para a História, sem as reais características da «coisa» literária.

A verdadeira literatura do Maranhão, aquela que levou o nome da Província até às cidades de Portugal e o espalha por todo o Brasil, sòmente se inauguraria no dealbar do Império.

Nobres e burgueses, por esse tempo, já haviam transformado as cidades fronteiriças de São Luís e Alcântara em cidades rivais.

O patriarcado rural ainda andava no esplendor, sustentado pelos latifúndios e pelo braço do negro. A abertura dos portos, em 1808, rompera novos caminhos para a lavoura, a indústria e o comércio. Um novo tipo étnico, resultante da união de senhores e escravas, saíra das senzalas: o mulato. O novo homem, socialmente condenado pelos estigmas da origem, começava a assumir posição destacada nas lutas de classe da província. E foi certamente o mulato, ainda no crepúsculo da colónia, ao ser preterido pelos brancos de Portugal no casamento das sinhás-moças das casas grandes e dos sobrados, o primeiro a romper combate contra o reinol lusitano:

«Marinheiro pé de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem te deu a confiança
De casar com brasileira?»

A transplantação da família real para o Brasil, em 1808, aumentara a arrogância do reinol. O português passa a julgar-se com maiores direitos à prepotência e ao mando. Em S. Luís, onde são numerosos os elementos lusitanos, essa arrogância toma uma feição habitual de superioridade ameaçadora. O nativismo explui, acirrando lutas, fomentando ódios. Seguindo o mesmo refrão jogralesco daquela quadra que correu o Brasil de ponta a ponta, surge em Maranhão uma variante dos versos com que o mulato interpelara o lusíada:

«Marinheiro pé de chumbo,
Calcanhar de caldeirão,
Quem te deu a confiança
De pisar no Maranhão?»

A nacionalidade alvorece nessas pelejas. Os partidos se formam e as escaramuças continuam. A antiga luta entre a nobreza e a burguesia se transforma pouco a pouco em combate entre brasileiros e portugueses.

Nesse ambiente combativo aparece no Maranhão o primeiro periódico. Chamava-se «O Conciliador» — e o seu próprio título, como já foi observado, denota a vontade de participar da peleja, o propósito de apaziguar os ânimos acirrados. Um detalhe curioso: a folha sai em manuscritos que são pacientemente trabalhados e distribuídos pela cidade aos assinantes.

Era em 1821 e governava o Maranhão o general Bernardo Silveira. Aquele periódico em manuscrito desperta a atenção e o interesse do governador. São Luís, na época, não dispõe de uma única tipografia. Bernardo Silveira, homem inteligente, compreende o alcance de uma oficina tipográfica na cidade que administra. E no mesmo ano, chega a S. Luís, por conta da Fazenda Real, a primeira tipografia que teve o Maranhão. Com seus tipos e no seu prelo serão compostos os artigos e os novos números do «Conciliador do Maranhão».

Instalada a tipografia, a primeira impressão que se faz é a de uma décima amável e galante do major Rodrigo Pizarro à mulher maranhense. Esse acontecimento é o marco inicial de uma jornada gloriosa. A arte tipográfica terá desenvolvimento intenso na capital maranhense — e os livros saídos de seus prelos poderão ser postos em confronto com os melhores que vierem da Côrte. Edições de dez mil exemplares chegam a ser feitas nas tipografias do Maranhão nos meados do Império. João Lisboa, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, A. Henriques Leal, enfim, os grandes vultos que fazem o Maranhão glorioso, têm seus livros impressos na capital maranhense, nas afamadas oficinas de J. M. Corrêa de Frias e Belarmino de Matos. E essas oficinas, em certa época, se dão ao luxo de publicar, num grosso volume, uma edição do «Gil Blaz», e, em dez tomos, uma tradução de «Os Miseráveis»...

A arte tipográfica, assim desenvolvida, revelou sùbitamente, numa eclosão imprevista, uma literatura. E em meado do século XIX o Maranhão conquistou, entre os epítetos então em moda, os foros ilustres de Atenas Brasileira.

O baptismo, bem considerado, tinha realmente a sua razão de ser.

António Gonçalves Dias, maranhense, publicara, no Sul, os «Primeiros Contos», inaugurando o verdadeiro lirismo brasileiro e estabelecendo nova fase na poesia continental. Logo abaixo dele, temos João Francisco Lisboa, que se especializara no jornalismo político e publicara o «Jornal do Timon», onde se revelara o maior prosador do seu tempo na literatura portuguesa. Penetrando o segrêdo das línguas clássicas, Odorico Mendes trouxera, para o verso heróico português, do mundo grego e latino, Homero e Vergílio. Trajano Galvão, insurgindo-se contra a escravidão africana, faz do negro servil o amargurado herói de seus poemas. Gentil Braga e Joaquim Serra, no jornal e no livro, cantam com sabor novo a cidade e o sertão. O velho Sotero dos Reis, vulto de paciente humanista e mestre-escola, escreve para várias gerações de alunos as «Postilhas de Gramática Portuguesa» e dá um «Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira». Em tôrno dêsse velho estudioso o Maranhão gravita, e aprende os exemplos modelares dos clássicos latinos e lusitanos. Além dêsses grandes vultos, há muitas outras figuras ilustres na pequena cidade de São Luís do Maranhão. Todos admiram os varões veneráveis que fazem do Maranhão uma lembrança de Atenas. Diante de tantos vultos luminosos, António Henriques Leal faz-se o Plutarco da geração — escreve esse repositório de factos e apologias que é o «Panteon Maranhense». Destoando da voz geral e corrente no louvor aos vultos estudados por A. Henriques Leal, Frederico José Corrêa, tão mau poeta como grande e rude panfletário, assombra a tranquila vida da província com «Um livro de Crítica» — libelo terrível e truculento, agressivo e insultuoso, destinado a ferir em cheio, como um raio em céu sereno, a assembleia dos grandes homens do Maranhão.

A geração de Gonçalves Dias ficaria na história da literatura brasileira como o chamado «grupo maranhense». Seu aparecimento assinala um momento fulgurante da nossa inteligência e da nossa cultura. Numa fase em que Alencar pontificava reclamando a independência da língua portuguesa falada no Brasil, os escritores do Maranhão impõem uma linguagem rica e pura, recolhida nas fontes clássicas.

Há um exemplo que vale como um símbolo: mal saído dos 20 anos e tendo lançado, então, o seu primeiro livro, Gonçalves Dias recebe da crítica, a propósito do drama «Beatriz Cenci», a admoestação de que incorrera em deslises estilísticos e gramaticais. Imediatamente o maranhense revida e publica as «Sextilhas de Frei Antão», verdadeiro monumento trabalhado com os recursos iniciais do idioma, quando a língua dealbava na península a sua diferenciação fecunda.

O episódio é típico e define uma geração: Gonçalves Dias vinha de um grupo onde a pureza vernácula valia como um ponto de honra. E não obstante a preocupação da linguagem escoimada e limpa, esse grupo rompera, nos debates de pensamento, sensibilidade, temas e forma, novos caminhos para a literatura brasileira.

Quarenta anos durou a actuação renovadora dêsse grupo. E o «Semanário Maranhense», periódico fundado por Joaquim Serra, foi a derradeira manifestação colectiva da geração de João Lisboa.

Extinto esse hebdomadário, cuja actuação se verificou entre 1868 e 1869, disperso o cenáculo pelo afastamento ou pela morte de seus pares, entrou o Maranhão numa fase de marasmo. Não mais se falou em literatura como outrora. Aos jornais e periódicos, onde se discutiam letras e política, sucedeu uma proliferação de jornalecos maldizentes e ferinos, onde se fazia a pública exibição daquela roupa suja que Napoleão mandava se lavasse em família.

O ensino das humanidades entrara a decair no velho Liceu de Sotero dos Reis. E daquela geração gloriosa o que restou, afinal, como um símbolo doloroso e trágico, foi a figura de mistério e majestade do poeta Joaquim Sousa Andrade. Esse poeta, que foi considerado por Camilo Castelo Branco como o mais imaginoso poeta americano, entrou a vagar pela cidade — meio doido, solitário, sem alunos para o seu curso de grego, vaiado frequentemente pela molecagem das ruas e condenado a vender, pedra por pedra, os paredões de sua quinta residencial, para não morrer de fome na terra que enaltecera com os seus versos e a sua cultura de humanista...

Por esse tempo, o patriarcado rural tombara na irremediável decadência. Ninguém pôde conter o desmoronamento desse mundo. Os derradeiros vestígios pretensiosos de uma nobreza que viera da colónia com as suas fumaças de fidalguia e pureza de linhagem — desapareceram com o aluimento espetacular. A campanha abolicionista provocara o desabamento.

Dia a dia se avolumava na província a onda dos rebeldes, e na tribuna e no jornal clamava-se contra os senhores e a favor dos escravos.

A tempestade se anunciava com os seus trovões. Os fazendeiros se espantaram sùbitamente com a perspectiva da próxima ruína, diante da antevisão do desamparo instantâneo e irreparável do braço negro. A extinção das senzalas valia como uma dupla perda: de um lado, o valor que cada negro representava; de outro lado, os capitais invertidos nas indústrias e nas grandes lavouras, que ficariam certamente ao Deus-dará. A emancipação valia, assim, como um rude golpe bilateral.

Nessa contingência, os patriarcas rurais trataram de atenuar-lhe a violência e o ímpeto. E foram vendendo a baixo preço, com prejuízos incalculáveis, para os fazendeiros do sul ainda confiantes na manutenção das senzalas, os negros que labutavam nas lavouras e nas indústrias do Maranhão.

Tangida para o sul a leva dos cativos, a decadência começou, rápida e brutal, como um fim de quinto acto, nas tragédias. As fazendas converteram-se em taperas e as lavouras se transformaram outra vez nas florestas e matagais cerrados.

A cidade de Alcântara, reflectindo esse espectáculo confrangedor, começou a despovoar-se e a deixar ruir as suas casas-grandes e os seus sobradões.

E desmanchou-se, com essa decadência do patriarcado, a nobreza da província. Imediatamente a burguesia ascendeu, tomando-lhe as posições. Velhos preconceitos se definiram melhor. E a sociedade burguesa de São Luís do Maranhão, que nas lutas com a nobreza havia admirado e compreendido os seus homens de letras, considerou, em breve, o renome de poeta ou prosador como qualificação desairosa.

Nesse ambiente, dentro em pouco, Aluízio Azevedo lançaria, aos vinte e quatro anos, para escarmento da burguesia e do clero, o libelo literário de seu primeiro romance naturalista. «O Mulato», publicado em 1881, seria uma audaciosa reacção de moço aos preconceitos da burguesia provinciana, da mesma forma que todo o grande movimento intelectual da geração de João Lisboa valera como uma reacção da classe burguesa, então oprimida, contra a nobreza colonial dos patriarcas rurais.

Na história da literatura brasileira, ao analisar os componentes principais do chamado grupo maranhense, José Veríssimo, depois de descrever o ambiente da província e ressaltar a violenta aparição de tantas figuras ilustres, confessou que lhe escapava a causa criadora do grande movimento intelectual do Maranhão.

Anos mais tarde, António Lobo — grande nome que a glória municipal sòmente bafejou, — tentou a explicação do grupo maranhense, nas páginas iniciais do livro «Os Novos Atenienses». E valeu-se, para essa explicação, das cómodas directrizes sociológicas de Adolphe Coste, nos «Principes d'une Sociologie Objective». Para o sociólogo francês existem duas classes de factos sociais, coexistentes em situação de independência: os de ordem utilitária e os de ordem ideológica, constituindo, respectivamente, matéria de ciências especiais: a sociologia e a ideologia. Essa noção de independência dos factos sociais levou Adolphe Coste à conclusão de que «uma nação poderá, pela sua élite, ser superior intelectualmente e, pela sua multidão, inferior socialmente». E o velho Maranhão coberto de glórias pareceu a António Lobo enquadrar-se precisamente nas conclusões de Coste.

Mas a explicação, evidentemente, não satisfaz. Adolphe Coste concebeu uma independência onde ela na realidade não existe. Os factos sociais, a cada movimento evolutivo da ciência que os estuda, se resolvem em termos cada vez mais claros de interdependência. A concepção de Adolphe Coste apenas apresenta a cómoda vantagem de mergulhar-nos na sedutora miragem de uma generalização apressada. António Lobo, à falta de outra hipótese, deixou-se levar por essa sedução. Mas os que chegaram depois não aceitaram as conclusões do esquecido romancista de «A carteira de um neurasténico». E o esplendor literário do Maranhão de outrora continuou a ser um pitoresco enigma desafiando a argúcia dos estudiosos.

A viagem em tôrno da vida social

do Maranhão nos tempos da colónia e do império, e o entendimento das lutas entre a burguesia endinheirada de São Luís do Maranhão e a nobreza dos patriarcas rurais acastelados em Alcântara — pareceu-nos constituirem elementos bastantes à explicação sociológica da eclosão imprevista e radiosa do Maranhão intelectual do meado do século dezanove. É uma hipótese, também, o que se vai sugerir.

O debate de classes nos parece iluminar a questão. Desde a colónia até o império, como se viu, o patriarcado rural, baseado na lavoura e no braço do negro, foi o criador da nobreza que floresceu na capitania e se espraiou na província. O comércio, principalmente em São Luís, agiu frequentemente como mobilizador vertical, ampliando e dando nova seiva à burguesia do Maranhão. E essa mobilidade se verifica, na maioria dos casos, em relação ao reinol, que chegara paupérrimo e acabara dono de sobrado, na capital, ou proprietário de fazenda, no sertão.

Antes da campanha abolicionista, que lhe trouxera o medo pânico da falta do negro, o patriarca rural apenas vivia para os interesses da sua lavoura e os mexericos da sua linhagem e da sua política. E arrastava em Alcântara uma vida ociosa e parasitária. A riqueza fácil inspirava-lhe a ilusão da eternidade dela. A família se desenvolvia nas casas grandes e nas senzalas. A filharada crescia, prometendo outros senhores de sangue limpo, orgulho dos brasões heráldicos, e novos escravos mulatos, em cujos traços raciais as sinhás descobriam as prevaricações dos maridos infiéis. Aos novos varões legítimos estavam reservados, para os tempos advindos, os bastões de mando. Afora um ou outro filho de senhor, mais atilado e que ia estudar para doutor nas terras de Portugal ou nas Academias de Pernambuco ou da Côrte — os demais se limitavam, em matéria de instrução, à aprendizagem superficial dos rudimentos indispensáveis à administração das fazendas e das lavouras, rudimentos êsses hauridos nas escolas régias ou recebidos na própria casa através da reduzida sabedoria rotineira dos capelães de família.

Classe imediata, ao tempo no melhor da luta para a conquista da supremacia social, a burguesia endinheirada de São Luís, que já enchera a cidade de magníficos solares azulejados, procedeu, não raro, de outra maneira, em relação aos seus descendentes legítimos ou bastardos. E escolheu para os filhos que considerava mais inteligentes, as melhores casas de ensino em Portugal, em Pernambuco, na Corte ou mesmo em São Luís. O contacto directo com Lisboa, através dos serviços de navegação, favorecia essa directriz. E começou, de São Luís do Maranhão, a caravana migratória da rapaziada estudiosa que procurava a Universidade de Coimbra ou a Academia de Olinda. Gonçalves Dias vai nesse meio. Na cidade portuguesa são numerosos os conterrâneos, muitos dos quais constituirão, no movimento intelectual da Atenas Brasileira, as indispensáveis personagens de segundo plano. Em São Luís também tinham ficado Sotero dos Reis, que aprendera com os jesuítas, e João Lisboa, que se ilustrara nas aulas de Sotero. São elementos da classe burguesa — e vale a pena lembrar que João Lisboa saíra mesmo do balcão do comércio para a coluna do jornalismo político. A actuação dos elementos representativos do grupo maranhense partirá, assim, da burguesia, e, em muitos aspéctos, como na poesia anti-esclavagista de Trajano Galvão, ou na orientação política de Joaquim de Sousa Andrade, estará voltada contra os fundamentos sociais e económicos do patriarcado, com o propósito muito

nítido de ferir em cheio a nobreza da Província.

É graças a isso que, no meado do século XIX, há, em São Luís, numerosos bacharéis burgueses formados em Coimbra ou em Olinda. Burgueses são os pontífices máximos do humanismo ou do jornalismo político agindo na província. Em mãos da burguesia estão as principais tipografias de São Luís: uma, com Belarmino de Matos, maranhense; outra, com J. M. Corrêa de Frias, português. O espírito de classe reúne os elementos dispersos. E o Brasil assiste à aparição imprevista da mais forte «coterie» de homens de letras, jámais constituída com tanta fôrça nas províncias do Império. Há revistas e jornais. Iniciam-se conferências literárias — as primeiras que se realizaram no país. E publicam-se livros, que dão novos rumos ao pensamento e à cultura brasileira.

São Luís conquista, nesses recuados tempos, pela expressão intelectual de um movimento de origem burguesa, o laurel de Atenas do Brasil. E a burguesia ganhou, assim, a mais bela das batalhas, na luta de classe contra os patriarcas rurais, senhores de linhagem e nobreza.

A decadência do patriarcado rural, desmoronando a nobreza e dando supremacia social à classe imediata, coloca a burguesia do Maranhão na tranquila atitude dos vencedores fortalecidos. Desaparece a luta, extinguem-se os combates. E o esplendor intelectual do Maranhão, que fora a resultante magnífica dessas pelejas, entra, pouco a pouco, a diminuir as cintilações e os brilhos, até que sobrevém, ràpidamente, com a morte ou a dispersão dos lutadores, o período de marasmo.

Rio de Janeiro, Agosto de 1945.

J O S U É   M O N T E L L O

LULA CARDOSO AYRES — «*O Baile*»

Anjos do Aleijadinho

A JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

Anjos do Aleijadinho,
levai-me por aí.
Jamais outro caminho
tão puro conheci.

Levai-me sobre casas
e sobre paraísos:
me sinto todo asas,
me sinto todo risos.

Em vossa carnadura
o sopro da elegia
depôs a noite pura,
depôs o claro dia.

Em vossa face triste
de ingénua claridade
cansou-se o que existe:
repousa a eternidade.

Levai-me num caminho
de branca inexistência,
que eu morro de inocência,
anjos do Aleijadinho.

Ouro Preto, 30-IX-1945.

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

MISTÉRIOS DA LITERATURA POPULAR

A definição, clara e exacta, do que deva entender-se por Literatura Popular está-se tornando cada vez mais necessária. A falsa mas perigosa oposição criada entre o povo, como *classe,* e a cultura superior, que sempre, no passado, nêle se reflectiu, obriga-nos a uma revisão completa do que, por generalizado ou tradicional, o Romantismo considerou como *popular.*

O que se entende por Literatura Popular? A que tem uma origem anónima? Não pode ser, por isso que são anónimas muitas obras, chegadas até nós, oralmente ou em escritos, que não têm nenhum carácter popular, de classe. Há, por outro lado, muitas criações *populares* de autores conhecidos, homens do povo que exprimem menos a sua própria personalidade do que um sentimento geral.

De verdadeira origem popular são, por exemplo, as Trovas do Bandarra, já pela pessoa do seu criador, sapateiro de Trancoso, já pelo que directamente exprimem do mais forte dos sentimentos colectivos do povo português — o sentimento da grandeza da sua *nação,* escolhida e amparada por Deus e por Ele também provada em desastres para que ressurja sempre livre e maior.

Conheci ainda, pessoalmente, um verdadeiro poeta popular — António Maria Eusébio, o Calafate, — e ele e as suas obras revelaram-me alguns aspectos do verdadeiro espírito do Povo Português.

Pelo mesmo tempo viveu outro poeta popular — Manuel Alves, o Cavador — que também alguma coisa nos mostra do que é realmente o povo-classe português e o carácter da sua natural criação em Poesia.

Infelizmente a moda plebeísta do século XIX e a falta de senso crítico a que ela obriga, sempre que se fala do povo, fez da publicação das obras destes dois poetas populares — autênticos poetas e verdadeiros homens do povo — um pretexto para louvor da incultura em vez de um motivo para um estudo sério das condições e carácter de verdadeira poesia popular.

Estava então em moda o dizerem, mesmo os poetas mais cultos, que a poesia suprema era a *popular.*

Tinham por si um bom, mas único, argumento — o muito que da mais alta poesia se recolheu no «Cancioneiro» e no «Romanceiro» do Povo Português.

Mas, são do povo essas altas e muitas vezes perfeitas criações de poesia lírica ou narrativa?

Se considerarmos *povo* em conjunto a Nação, claro que sim. Mas se é do povo apenas (limitação perigosa e falsa) o que provém de uma classe popular, nesse caso eu afirmo que nada, talvez, do *Romanceiro* e muito pouco do que há de belo e alto no *Cancioneiro* nasceu no povo.

Os autores das obras primas do Cancioneiro e do Romanceiro podem não ser conhecidos, mas nem por isso foram menos, e de certeza, homens cultos.

Mas, dir-se-á, essas obras foram aceites pelo povo, por ele conservadas na tradição oral e através dela (muitas vezes só através dela) transmitidas ao tempo de hoje.

Ainda aqui, porém, há que distinguir.

Eram realmente pessoas do povo (tomada a palavra na acepção restrita de uma classe) e que no seu seio viveram sempre, aquelas pessoas que repetiam, aos serões, os *romances* velhos?

Em geral, e pelo que sabemos de quem os recolheu, não eram pessoas vivendo na massa popular.

Eram (quando não nobres e burgueses) aias, amas e serviçais destes. Eram *criadas* no grande e belo sentido que manteve a palavra, até há bem pouco. Eram pessoas do povo mas que viviam em contacto com as pessoas cultas e por elas e para elas, com um mútuo amor que se vai perdendo.

Este facto sugere e explica o motivo principal da riqueza da nossa Literatura Popular: — o estreito e fraterno contacto, sobretudo na província, verdadeira fonte da Literatura Tradicional, entre o povo e os mais cultos elementos da sociedade, unida, aliás, toda ela por grandes e nobres sentimentos comuns.

É que em Portugal a separação de classes nunca, felizmente, estabeleceu diferenças totais no modo de sentir e viver. Não houve nunca em Portugal, e para nosso bem e grandeza, uma vida popular à parte, sacrificada, e adversa à classe superior. O contacto moral entre os verdadeiros nobres (no tríplice aspecto do sangue, do espírito e do valor) e o verdadeiro povo foi sempre fácil, natural, íntimo e mùtuamente benéfico. Só a moderna *democratização* cortou, em parte, esse permanente e vivo contacto, e poderá, se não fôr contrariada, provocar uma hostilidade mútua que jamais existiu e que não tem fundamento sério.

Porque a separação entre *povo* e *senhor* apenas existe onde o povo foi dominado por uma classe fechada, alheia à vida popular, uma *fidalguia* de outra raça, descendente de conquistadores da nação a que se sobrepõe, em vez de fecunda e gloriosamente saída do seu seio.

Onde, como em Portugal, a Nobreza surgiu da própria Nação, e dela contìnuamente se eleva o homem enobrecido por seus feitos (o chefe, o poeta, o artista), não há separação entre o povo e os verdadeiros aristocratas.

Eu resumiria esta realidade social dizendo que não pode haver separação entre o povo e os aristocratas (no sentido verdadeiro da palavra) quando um povo é todo ele constituído por nobres em potencial.

O ideal de Nobreza constitui assim um ideal e incentivo constante da vida popular. Isto reflecte-se na cultura do povo e na sua receptividade para muitas das melhores criações de beleza das classes cultas.

Não significa isto, como se vê, a negação da existência de uma Literatura Popular, nem a diminuição do seu valor. Pelo contrário.

É compreendendo como ela adoptou (e ainda adopta) as criações da melhor cultura que se define o seu imenso valor.

Para isto é que tem de estabelecer-se uma distinção, justa e necessária, entre o que é popular por criação directa de homens do povo, por vezes de muito interesse, e a grande Literatura Popular que não é do povo-classe mas nacional.

Nesta Literatura Popular perduram criações, as mais altas, de fases de cultura anteriores que tiveram e têm a maior influência na formação do carácter nacional. Neste sentido considerada, a Literatura Popular revela-nos a nossa própria raiz milenar.

*

Vem isto a propósito de uma obra, valiosa sob todos os aspectos, de que é autor Luís da Câmara Cascudo.

De há muito admiro o seu espírito, a vastidão e valor da sua cultura, e a probidade das suas afirmações. E esta mesma admiração merece pela sua presente

obra sôbre Contos Populares de Portugal (1).

Para mais, não podem deixar de ser gratas a um Português as conclusões de Luís da Câmara Cascudo sobre o valor do elemento português na formação da etnografia brasileira, e as observações que faz sobre o nosso carácter nacional. Justas e verdadeiras, nem por isso revelam menos a nobreza de atitude e a coragem de as dizer. Coragem, porque desde há muito é moda o Português ou Brasileiro denegrir-se a si próprio e à base racial em que se firma a grandeza das duas Nações irmãs.

Luís da Câmara Cascudo, observando com a penetração de um espírito superior e as armas de uma vasta e profunda cultura de etnólogo, o povo brasileiro e, para isso, também o povo português, encontrou algumas verdades que, nobremente, afirma.

Encontrou verdades e certezas, mas também alguns novos mistérios da Literatura Popular.

Deixo de parte aquelas para, como bom amigo e admirador, o interrogar sobre estes.

Deixo de parte a sua classificação nova dos contos tradicionais que me parece, além de nova, segura, dúctil e adequada a um fecundo trabalho de etnólogo. E volvo ao âmago do problema da Literatura Popular, segerindo o valor de alguns dos seus mistérios e possíveis caminhos para o seu esclarecimento, interrogando-o sobre o carácter da classificação como *populares* dos contos que incorporou no seu livro.

Se a característica da Literatura Popular é, como Luís da Câmara Cascudo indica no seu Prefácio, a *oralidade,* não é de aceitar a inclusão, na sua antologia, de contos que só perduraram escritos (tal como «A Dama Pé de Cabra») ou foram, senão criados, pelo menos recriados por autores conhecidos que lhes impuzeram a sua personalidade.

É o caso de todos os contos de Gonçalo Fernandes Trancoso, verdadeiro criador, cuja importância literária anda diminuída por se considerar a sua obra apenas, ou principalmente, como repositório de criações de *origem popular* ou mesmo, o que é mais certo, como fonte e origem directa de alguns contos que se generalizaram e tornaram populares. É o caso de outros e principalmente de Gil Vicente cujo alto génio, de tão pessoal carácter, criou um episódio dramático sôbre o tema da *Mofina.*

E no entanto, com o meu critério do que é Literatura Popular, eu só tenho que louvar esta inclusão de contos que não são populares por anónimos, nem por limitados à oralidade, nem por nascidos de homens do povo, mas que são populares por nacionais, ligados à tradição e criadores de tradição.

Uma outra inclusão, porém, inteiramente diversa, julgo indevida, numa antologia de Contos Populares de Portugal. É a inclusão dos dois contos de animais «A gratidão do leopardo» e «O Simba dos Pombos», populares sim mas entre os pretos, de Angola, o primeiro, e de Moçambique, o segundo.

Aqui há, parece-me, um êrro, e muito grave, por estar em desacôrdo com o critério fundamental com que foi feita a antologia — o de contribuição para definir as características da *nação portuguesa.* É, pois, necessàriamente da *nação portuguesa* que se trata e não dos territórios do seu Império, apenas geogràficamente considerados. Nestes territórios é *nacional* o que fôr de portugueses, descendentes ou assimilados. Não é nacional o que provenha de gentes ainda não assimiladas, ou os contos sejam produto seu e nativo, ou reflexo de qualquer outra cultura não portuguesa, como, por exemplo, a do Islã. A não se estabelecer esta distinção e dada a variedade dos territórios de domínio português no Mundo, o folclore português

seria, afinal, o de quase todo o globo — da Insulíndia, da China e da Índia na Ásia, da África, da Europa, e, pelo Brasil, também do Novo Continente.

Obra necessária, e já encetada (2), é, por certo, a recolha e ordenação de todo o folclore dos territórios dos dois impérios. Essa obra permitirá, mesmo, um outro e vastíssimo plano de estudos para o etnólogo, na definição das interferências entre as várias correntes, de origens diversas, na formação de uma Etnografia ao mesmo tempo mundial e lusíada. Então se poderá ver como o elemento pròpriamente português não só persistiu sempre como fôrça assimiladora e aglutinante, mas também deu muito mais do que recebeu.

A melhor base para esta investigação seria a recolha e análise do folclore das Ilhas de Cabo Verde.

Numa antologia mundial de contos populares (3) vejo recolhidos e comentados como de «origem africana» alguns Contos das Ilhas de Cabo Verde. Contra o que supôs o folclorista, todos eles são contos de directa e fiel origem portuguesa, com as modificações (bem curiosas) de uma adaptação ao meio. Os do «ciclo do Lobo» revelam a sua origem europeia e portuguesa, até pelos personagens principais e também pelo sincretismo com outros *ciclos*, como o do Demónio-protector (conto do Algarve: «A Esmola ao Diabo») ou o do Demónio-logrado.

Não menos importante senão mais, como um *meio colonial* onde se recriou o folclore português, foi o da sociedade luso-descendente do Estado da Índia. Figurou ela mesmo como conservatório de tradições portuguesas puras.

Suponho que Luís da Câmara Cascudo achará curiosa a seguinte indicação:

José Maria da Costa e Silva, no Prólogo à sua obra: «O Espectro ou a Baronesa de Gaia» (4), (obra falhada como poema mas que contém muito curiosas indicações sôbre o nosso Primeiro Romantismo) e referindo-se aos *romances* em verso, escreveu: «depositados na memória e cantados pelas mulheres, têm-se conservado até ao presente, e corrido o Reino, e conquistas, pois a senhora de quem recebi alguns, que possuo, os havia aprendido de sua mãe em Goa, donde era natural.»

Nas *conquistas*, no Estado da Índia em particular, onde tão alto se ergueu uma nobre sociedade luso-descendente, que em grande parte, se não de todo, o Liberalismo aniquilou, ecoava assim, a voz de Portugal nas suas tradições poéticas e novelescas. A própria Religião Católica dessa sociedade luso-indiana auxiliava a influência portuguesa e a defendia de outras tradições locais. Sem as vencer, creio, mas diminuindo o seu poder.

É um outro e muito vasto e fundo problema do folclore português que ainda não foi abordado.

Na muito reduzida «bibliografia dos Contos Populares Portugueses», que antepôs à sua segunda edição dos «Contos Tradicionais do Povo Português» (1.º volume), Teófilo Braga inclui o livro «Old Deccan Days», acrescentando: «importante sob o ponto de vista português, pois foram narrados estes contos por uma portuguesa, Ana Liberata de Sousa...»

Não possuo este livro, e não me fio inteiramente em citações bibliográficas de Teófilo Braga, para poder concluir que se trata realmente de uma narradora com cultura tradicional portuguesa. Na colecção «Folk-Tales of All Nations», já citada vejo que desse livro «Old Deccan Days», são colhidos todos os contos do Decan, contados por uma criada, a *aiá* dos luso-descendentes. Transcrevo: «They were told by a native ayah in 1865-6 to Miss Mary

Frere, whose father was Governor of the Bombay Presidency» (5).

O editor F. H. Lee parece crer na sua origem indiana, vincando, no entanto, o *humour* do principal conto transcrito, em oposição, de um modo geral, ao espírito hindu. Esse conto «The valiant Chattee-Maker» (6) é, na essência, o conto popular português *Dom Caio* (7) e também o conto das Ilhas de Cabo Verde transcrito nesta mesma antologia universal com o título *The Brave Boy* (8) cujo nome (caso curioso) é «Jon Brandan».

Problemas muito importantes para o etnólogo: Será de origem portuguesa (ou europeia, de um modo geral) a história daquele Fanfarrão, vencedor por inconsciência ou acaso?

Entrou de facto no folclore indiano do *Decan* um elemento novo, português, ou pelos portugueses transformado?

Houve na Índia Portuguesa uma recriação e adaptação ao meio do elemento tradicional português?

Problema geral e mais vasto — o da interferência de várias correntes tradicionais nos meios onde se criou uma sociedade luso-descendente. É assunto que valeria a dedicação de uma vida inteira de um grande etnólogo, para vir a fazer uma obra semelhante à que Luís da Câmara Cascudo está realizando no Brasil e para a qual me permito apontar mais esta directriz.

*

Na *Antologia* a que me venho referindo não cabiam, como se vê, e por ela ser de Contos Populares de Portugal, os dois contos do folclore *bântu*.

Mas, ao contrário, digo que estão bem incluídos nela os contos portugueses, que não se mantiveram na *oralidade* ou, pelo menos, de tradição oral não foram recolhidos. E digo que estão bem porque tomo o critério do nacional para definir o *popular* e não um critério de classe. E para perscrutar as raízes do nacional convém que, em qualquer momento da História (e não só hoje, não só com o aparecimento do folclore como ciência e as recolhas eruditas) e de qualquer época da nossa evolução, se procure conhecer o que era realmente a capacidade de criação mítica ou lendária ou a receptividade que para elas em cada momento existiu no povo português.

É um critério novo para o estudo do folclore. Implica a certeza, para mim absoluta, de uma capacidade *popular* de criação e assimilação, que é contínua, que não é apenas ante-histórica, mas, ao contrário, é, além de contínua, semelhante em todas as épocas da História.

De um caso actual, inteiramente actual, de criação mítica do povo português tive há pouco conhecimento.

Acabava de ser derrotada a Alemanha e destruída Berlim. Morrera o demagogo Adolfo Hitler, e desaparecera o seu cadáver. Poucos dias depois uma criada, regressando da sua terra, próximo de Coimbra, contava a seguinte «lenda» correndo já na região: «Sobre a serra, desceu em para-quedas (note-se o pormenor real misturado ao maravilhoso) um caixão com o cadáver do homem da Alemanha. Todos o procuram porque têm a certeza que está cheio de riquezas, acumuladas com o cadáver. Mas todos, também, temem que, ao ser aberto, traga, não riquezas ao achador, mas morte, ruína e males para todos».

Eis um caso, o mais flagrante por ventura, de criação mítica popular (mesmo popular no sentido restrito de classe) e uma prova mais de que ela é permanente e actual.

Estas verdadeiras criações populares, em cada época, terão de ser analizadas ao lado daquelas que nesse mesmo momento histórico foram aceites da cultura

então dominante, ou persistiram das culturas anteriores.

Assim veríamos, ordenado cronològicamente, o que foi, época por época, a capacidade mítica (criadora ou receptiva) do nosso povo. E seria possível, depois disto, vermos, no que através de todas as épocas persistiu, o que corresponde, real e profundamente, ao carácter português. Porque na *receptividade* das lendas e poesias, contos e histórias de qualquer género, há ainda uma autêntica afirmação do carácter de um povo pois que essa receptividade não é nunca passiva mas activa e de escolha, em acordo estrito com o seu modo de ser.

É já agora possível considerar um dos maiores mistérios da Literatura Popular.

Porque se mantiveram na tradição oral (que significa, pelo menos, generalização na receptividade indicada) algumas tradições e outras não?

Quanto às «lendas cristãs» é fácil a resposta. A própria Religião as mantinha ou renovava continuadamente pela criação de idênticas circunstâncias de sentir e de pensar.

Mas as outras tradições míticas, de origem religiosa também, alheias à Religião Cristã, e até, por vezes contrárias à sua moral ou a ela indiferentes?

A explicação das persistências pagãs no Cristianismo, ou, antes, na forma popular como ele foi vivido, é explicação que me não basta. Porque, de um modo quase absoluto, essas persistências são manifestações de um espírito religioso ainda hoje existente e que não precisaria, por isso, da persistência de tradições.

O problema é o da persistência integral de mitos anteriores ao Cristianismo, em lendas e contos (antes «contos maravilhosos») que verificamos na tradição popular portuguesa mesmo nos nossos dias.

Eu mesmo posso trazer o testemunho da *actual* existência dêsses «contos maravilhosos» que nos transmitem muito antigos mitos, alguns da Grécia Antiga, outros (problema impressionante) que nas mitologias conhecidas não têm semelhança ou filiação. Digo o meu testemunho porque ainda assisti, muito criança embora, à recolha de alguns dêles.

A melhor e mais completa colecção de Contos Maravilhosos do Povo Português é, sem dúvida alguma, a que realizou D. Ana de Castro Osório, minha mãe. Recolheu-os directamente em grande parte da tradição oral e dêsses indicou a região de origem e a pessoa de quem os ouviu. Não na própria colecção dos seus contos, a que não deu aspecto *científico*, mas nas informações sobre a sua actividade de folclorista, que também o foi e com inexcedível probidade.

Desses contos foram recolhidos em Setúbal — terra, por certo, de antiga colonização grega — o conto do «Homem da Moca» (que é o mito de Hércules), o dos «Três meninos da estrela de oiro na testa» (o mito dos Dióscuros) e os contos do «Príncipe Bezerro» e do «Príncipe Urso Doce de Laranja» (cuja base é o mito do Amor e Psique), todos êles ouvidos à velha Mariana Abre, do antigo bairro de Troino.

São contos em que revivem mitos da antiga Grécia, estes, recolhidos em Setúbal, e dos quais só o do «Homem da Móca» tem já a influência do maravilhoso cristão, na figura do Demónio, inimigo do herói, primeiro, e, depois, seu obediente servidor.

Este mito do Demónio é a origem (de si mesmo muito complexa) de outro ciclo de mitos populares de Portugal, incluindo alguns dos mais belos como o conto dos «Sete Pares de Sapatos de Ferro» ou da «Princeza da Áustria».

Mas, qual é a origem dos mais belos e mais intensos contos populares portugueses (entre outros, o do «Príncipe Imaginário», o da «Princeza dos Cuida-

dos», e o do «Príncipe do Lodo») também recolhidos, da tradição oral, em Setúbal e pela mesma voz da extraordinária Mariana Abre?

Como poeta, e com a intuição meditada só de poeta e não de etnólogo, já eu respondi a este problema revivendo o mistério de um maravilhoso extremo-ocidental e atlântico. Mas o problema continua à espera das conclusões dos etnólogos e particularmente, e mais ainda, dos mitólogos.

Criação nossa e própria houve aliás também, pelo menos transformadora, nos contos do ciclo das Mouras Encantadas, como nos contos do ciclo da Morte.

Isto deveria conduzir ao estudo da nossa natural e própria receptividade perante as lendas e contos cuja origem escrita conhecemos. Porque, ao contrário de Luís da Câmara Cascudo, eu creio poder afirmar que se *contaram* em Portugal histórias de cavaleiros andantes, ou, melhor, que se generalizaram como contos, *coisa contada*, e assim popular, algumas *gestas*, *lendas* e *lais* dos ciclos Carolíngio e Bretão e episódios das, posteriores, Novelas de Cavalaria.

Talvez um dia indique alguma coisa do que tenho apurado em leituras e comparações repetidas. Mas um exemplo não devo desde já calar porque se trata de um conto incluído na obra que provocou as presentes observações. Trata-se do conto do «Principe das Palmas Verdes». Aquele príncipe pássaro que se fere nas navalhas e puas postas no peitoril de uma janela por uma mulher invejosa do amor e felicidade de outra que ele ama, aquele príncipe pássaro que assim dobra o seu encanto é o herói de uma lenda céltica que se fixou num dos «Laïs de Marie de France» (9): o Laï de Yonec, belo de toda a beleza da verdadeira Poesia.

Há outros exemplos, mais evidentes ainda, de uma origem (ou já recriação) escrita de muitos contos populares. Não me devo porém alongar mais em matéria que compete aos etnólogos e folcloristas.

Na verdade eu apenas quis propor alguns problemas que, tornando mais profundo o mistério da Literatura Popular e, em especial, dos Contos Tradicionais Portugueses, o poderão, afinal, esclarecer.

É Luís da Câmara Cascudo um dos etnólogos que julgo mais capazes de realizar a imensa obra de investigação e de inteligência que tão necessária é para a compreensão do carácter nacional luso-brasileiro.

Esperemos que possa vir a realizá-la inteiramente, ajudado pela boa vontade de todos os Portugueses que até ao seu retiro estudioso da Cidade do Natal levem os elementos que ainda porventura lhe faltem. Esperemos que essa grande obra se faça. Porque só depois de feita poderá o seu autor dar-nos uma verdadeira Antologia dos Contos Populares de Portugal.

Por agora, a única objecção a opôr ao seu livro, como se nos apresenta, é a de ele não ser a reunião dos melhores Contos Populares de Portugal. Mas é outra coisa de não menor valor: a base de trabalho de um dos melhores etnólogos da Nação Portuguesa.

Dezembro, 1945.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

NOTAS:

(1) «Os Melhores Contos Populares de Portugal», selecção e estudo de Luís da Câmara Cascudo (Edições Dois Mundos — Rio de Janeiro).

LULA CARDOSO AYRES — «*Lampeão e Maria Bonita*»

(2) Principalmente em: «Literatura Africana», compilação, prefácio e notas de José Osório de Oliveira — editada pela Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1944 — e «Contos do Caramô» (Lendas e Fábulas Mandingas da Guiné Portuguesa) por Viriato Augusto Tadeu — igualmente editados, em 1945, por aquele organismo do Estado, cuja acção cultural nunca será demais louvar.

(3) «Folk-Tales of all Nations», edited by F. H. Lee (George G. Harrap and C.º Ltd. — London — 1931). Os contos das Ilhas de Cabo Verde são dados como recolhidos do «Journal of the American Folk-Lore Society».

(4) «O Espectro ou a Baronesa de Gaia», poema seguido de outras poesias por José Maria da Costa e Silva. Paris, 1838.

(5) «Folk-Tales of all Nations», pág. 607.

(6) Idem.

(7) Teófilo Braga — «Contos Tradicionais do Povo Português» — vol. 1.º — pág. 173.

(8) «Folk-Tales of all Nations» — pág. 49 e seguintes.

(9) «Les Laïs de Marie de France», transposés em français moderne par Paul Tuffrau. L'Edition d'Art. — H. Piazza — Paris — 1925.

«Meninos» — Milton Dacosta (Exposição de Arte Moderna do SNI)

VOCÊ, BRASIL

PARA O POETA RIBEIRO COUTO

Eu gosto de Você, Brasil,
porque Você é parecido com a minha terra.
Eu bem sei que Você é um *mundão*
e que a minha terra são
dez ilhas perdidas no Atlântico,
sem nenhuma importância no mapa.
Eu já ouvi falar das suas cidades :
a Maravilhosa do Rio de Janeiro,
São Paulo dinâmico, Pernambuco, Baía de Todos-os-Santos,
ao passo que as daqui
não passam de três pequenas cidades.
Eu sei tudo isso perfeitamente bem,
mas Você é parecido com a minha terra.

É o seu povo que se parece com o meu,
que todos eles vieram de escravos
com o cruzamento depois de lusitanos e estrangeiros.
É o seu falar português que se parece com o nosso falar,
ambos cheios de um sotaque vagaroso,
de sílabas pisadas na ponta da língua,
de alongamentos timbrados nos lábios
e de expressões terníssimas e desconcertantes.
É a alma da nossa gente humilde que reflecte
a alma da sua gente simples,
ambas cristãs e supersticiosas,
sentindo ainda saudades antigas
dos sertões africanos,
compreendendo uma poesia natural,
que ninguém lhes disse,
e sabendo uma filosofia sem erudição,
que ninguém lhes ensinou.

O gosto dos seus sambas, Brasil, das suas batucadas,
dos seus cataretês, das suas toadas de negros,
caíu também no gosto na gente de cá,

que os canta e dança e sente,
com o mesmo entusiasmo
e com o mesmo desalento também...
As nossas mornas, as nossas polcas, os nossos cantares,
fazem lembrar as suas músicas,
com igual simplicidade e igual emoção.

Você, Brasil, é parecido com a minha terra.
As secas do Ceará são as nossas estiagens,
com a mesma intensidade de dramas e renúncias.
Mas há no entanto uma diferença:
é que os seus *retirantes*
têm léguas sem conta para fugir dos flagelos,
ao passo que aqui nem chega a haver os que fogem
porque seria para se afogarem no mar...

Nós também temos a nossa cachaça,
o grog de cana que é bebida rija.
Temos também os nossos tocadores de violão
e sem eles não havia bailes de jeito.
Conhecem na perfeição todos os tons
e causam sucesso nas serenatas,
feitas de propósito para despertar as moças
que ficam na cama a dormir nas noites de lua-cheia.
Temos também o nosso café da Ilha do Fogo
que é pena ser pouco,
mas — Você não fica zangado —
é melhor do que o seu.

Eu gosto de Você, Brasil.
Você é parecido com a minha terra.
O que é é que lá tudo é à grande
e tudo aqui é em ponto mais pequeno...

Eu desejava ir fazer-lhe uma visita
mas isso é coisa impossível.
Eu gostava de ver de perto as coisas espantosas que todos me contam
de Você,
de assistir aos sambas nos Morros,
de estar nessas cidadezinhas do interior

que Ribeiro Couto descobriu num dia de muita ternura,
de me deixar arrastar na onda da Praça Onze
na terça-feira do carnaval.
Eu gostava de ver de perto um luar no Sertão,
de apertar a cintura de uma cabocla — Você deixa? —
e rolar com ela num maxixe requebrado.
Eu gostava enfim de o conhecer mais de perto
e Você veria como é que eu sou um bom camarada.

Havia então de botar uma fala
ao poeta Manuel Bandeira,
de fazer uma consulta ao Dr. Jorge de Lima
para ver como é que a Poesia receitava
este meu fígado tropical bastante cansado.
Havia de falar como Você,
com um i no si
— «si faz favor» —,
de trocar sempre os pronomes para antes dos verbos
— «mi dá um cigarro?» —

Mas tudo isso são coisas impossíveis, — Você sabe?
Impossíveis.

Santa-Maria, Ilha do Sal (Cabo Verde)

J O R G E   B A R B O S A

Recado para o Arquipélago

Jorge Barbosa,
Em Cabo Verde te imagino
Olhando o céu — triste menino
Da Ilha do Sal.

Ah! horizontes do destino!
Ah! solidão da água amargosa!

Nascer poeta é sempre um mal,
Seja onde for — Jorge Barbosa!
Águas e céu, é tudo estreito,
Jorge Barbosa:
Cada um de nós leva no peito
A Ilha do Sal.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1945.

R I B E I R O C O U T O

MALEFÍCIO

ELE chegou. Levantou a tranqueta da porta da casa que era a primeira para quem chegava, e encontrou-a livre. Paredes negras, chão de barrancos, e ninguém! A um canto, uma mesa tosca. No outro, um catre. A chaminé com cinza, um ar de morte e de frio, e na negridão das portas o ar misterioso do inabitado e do abandonado. Todavia, Pampas Maltês ali viveu o nada de quatro anos, curtindo, muitas vezes, à brasa do sol do meio-dia, o tremor de sezões ruins, e à lua das noites sem ruídos, a solidão de homem solteiro.

Durante três anos trabalhou pelos arredores e esperou que outro homem erguesse a tranqueta da porta para entrar.

Quando arriscava perguntas sobre a casa em que se instalara, obtinha sorrisos, ironias, más caras e, por vezes, silêncios.

Pampas Maltês, que não era velho, desejou muitas noites uma companheira. Quando a primavera chegava, incomodavam-no os ranchos de raparigas que se cruzavam com ele. À noite, tinha sonhos fantásticos a que não era estranha aquela primeira casa da vila. Via-se rico, adulado, e a casa transformava-se num espanto de conforto e macieza.

Precisamente no outro extremo da terra, vivia um velho moleiro com uma sobrinha de aspecto assustadiço e débil. O velho Leone, avarento e velhaco, moía, com a força da azenha que se movia na água espumante, dias seguidos, grãos de trigo e de milho. Em troca do seu trabalho, recebia dinheiro. Em troca dos serviços caseiros da pequena Singela, dava-lhe pancadas, imprecações e ameaças.

Um dia Mestre Leone saíu do seu moinho, atravessou a povoação e chegou à última casa da vila — para quem saía.

Estacou ao ver Pampas Maltês sentado no terreiro, de porta aberta para o interior, como quem tem dentro família, calor, aconchego. Estava Pampas Maltês no quarto ano de inquilino daquela casa.

Mestre Leone arregalou os olhos e, porque era bisbilhoteiro e falador, meteu conversa com o morador da casa.

— Vocemecê comprou a casita, hein?

O Maltês fez espanto:

— A quem?

— A quem? Então a quem, senão ao dono? — E o velho riu, acenando com a cabeça num jeito de quem afirma qualquer coisa.

— Ao dono, claro. Ao dono — repetiu ainda.

Pampas Maltês sentia um mal-estar pairando na tepidez da tarde de quase primavera. Um arrepio corria-lhe a pele ao imaginar que o velho vinha de longe, com qualquer mensagem para o intimidar, pois não se lembrava de o ter visto nunca na vila. Talvez fosse aquele o indesejado dono da casa que tinha como sua.

— Mas sabe o que se diz ? — tornou o velho. Olhe : o homenzito que aqui viveu, um dia pôs-se a enriquecer. Sabe porquê ? Porque vendeu a alma ao Diabo. Ih ! Ih ! E sabe ? O Diabo levou-o destes sítios. Mas o pobre deixou cá a mulher, coitadita. Vocemecê sabe o que é uma mulher, pois sabe ?

— Sente-se, quer ?, criatura — indagou o Maltês, de má catadura e aborrecido.

— Pois sim — retorquiu o velho — Vocemecê vive sòzinho ?

— Ainda não arranjei quem me rale — redarguiu o Maltês. Mas pelo que você diz, lá dentro havia de estar a mulher do dono...

— Estaria, estaria, se... Olhe : sabe ? Aqui ficou e aqui morreu. Ele é que se foi com seiscentos diabos e nunca mais apareceu. Uns dizem que está rico, na cidade, na pele de um senhor da alta. Outros, que o Diabo lhe tragou o corpo e a alma. E olhe lá ! — aqui o velho benzeu-se — Vocemecê que aqui dorme, não ouve nada, não vê nada ? As gentes destes lugares não passam a estes sítios de noite, nem que lhes dêem dinheiro. Dizem que o Diabo transforma a casa em palácio para regalo das suas paródias. Vocemecê não tem visto nada ?

Tio Leone estava inclinado para o Maltês com os olhos muito brilhantes e as mãos juntas só pelas pontas dos dedos, como quem espera uma afirmação que seja ao mesmo tempo uma surpresa.

Pampas Maltês que tinha os olhos claros e a voz rouca, só respondeu :

— Não, nada.

Calaram-se e fez-se um grande silêncio no cair da velha tarde.

O velho Leone acenava com a cabeça, como se dissesse constantemente, até com a respiração :

— Pois é verdade, pois é verdade.

Pampas Maltês enrolava um cigarro finíssimo nos dedos grossos.

— Então, há-de ser o que dizem. O Diabo é que o levou, não acha ?

— Não sei — retorquiu o Maltês.

— E a casita não tem dono. Vocemecê teve sorte — E de repente : Quer Você uma cachopa ? Asseada, sujeita, jeitosa ? Dou-lha já.

Aquele oferecimento inesperado mas prometedor trouxe à boca do Maltês um sorriso ambíguo.

— Dou-lha já — tornou o velho — É minha sobrinha, a Singela. Boa, mas não se pode com os bocados da boca. E sabe o que lhe digo? Quando a não quiser, abale. Eu fico pela moça e pela casa. Como o outro... Abale... A casa e a moça ficam. Percebe?

Pampas Maltês não percebia nada.

— A outra deitou-se à levada. Olhe: eu mando-lha amanhã; vem com o cão, com o Bonito. Vocemecê precisa da moça.

Pampas Maltês parecia emparvecido.

O velho despediu-se com uma palmada na barriga do outro. Piscou os olhos e disse ainda:

— Boa cachopa...

Pampas Maltês esboçou um gesto, como quem quer dizer alguma coisa, ou reter o curso das ideias e das combinações.

Na noite que se estendia por hortas, olivais e vinhedos, o velho desaparecera.

Ao desembocar do dia, muito antes de ir ao trabalho, Pampas Maltês ergueu a tranqueta da porta para espreitar o caminho.

Aclarava a manhã por detrás das oliveiras cinzentas. Da povoação começava a erguer-se, através dos telhados, um fumo leve, de lenha bem seca. A cortar o silêncio, só o cantar dos galos, de instante a instante.

Desde a véspera que Pampas Maltês se sentia outro homem. Só de pensar na entrada de uma mulher naquela casa, reparava melhor na desolada negridão das paredes. Apetecia qualquer coisa como cal, bugigangas das que via nas feiras, brilho de talheres, mantas de pêlo branco e alto. Nos montes, nas casas dos lavradores, Pampas Maltês via tudo isso, e móveis polidos com pedras brancas em cima.

Sob o degrau da entrada, quando a noite ia alta, acumulava o dinheiro que ia amealhando.

Alongou os olhos ao caminho. O sol começava a aparecer. Pampas Maltês pôs a enxada ao ombro e saíu.

Encontrou-a sentada no degrau sob o qual guardava o seu dinheiro, com o cão dormindo, de cabeça entre as patas, ao lado. Era ao lusco-fusco e o sítio estava deserto. A rapariga, de costas apoiadas à madeira gretada da porta, sondava o caminho.

Pampas Maltês, altíssimo, crescia à medida que se aproximava. E a rapariga abria muito os olhos azulados, com a mão no lenço que lhe rodeava o cabelo ruivo.

— Boas tardes nos dê Deus. Você é que é a Singela?

Pousara a enxada e enxugava o suor com o lenço de um vermelho berrante, no pescoço, na testa, num jeito de quem se lava.

A rapariga pousou a mão no joelho e respondeu de voz sumida:

— Sim, senhor. E este é o Bonito.

Ao ouvir o seu nome o cão ergueu a cabeça, arrebitou as orelhas e rosnou.

A noite caíra sem estrelas. Pampas Maltês abriu a porta e entrou. Singela, de pé, olhava o escuro que havia no interior da casa. Um fósforo riscou a escuridão, e uma luz de azeite oscilou, tremeu e fixou-se.

— Entre, vá entrando — aconselhou o homem.

Num passo miúdo e incerto, a rapariga passou a soleira da porta e caminhou até meio da casa. Quase colado à sua saia, o cão estacou também. Com a trouxa debaixo do braço direito, Singela olhava intimidada. Pampas Maltês, desacertado de movimentos e sem dizer palavra, começava a acender um lume de lenha rescendente a eucalipto. Após uns instantes de silêncio, a voz da rapariga ouviu-se:

— Eu venho para tratar de vocemecê...

Pampas Maltês ergueu a cabeça, e num sorriso ingénuo de confiado respondeu:

— Não é preciso, menina. Pouse a roupa que cá eu arranjo as batatas.

Comeram. Deitaram-se. Singela no catre do homem e Pampas Maltês em cima da velha manta. O Bonito adormeceu como um gato, ao pé do fogo extinto.

Toda a noite trovejou e toda a noite os dois estiveram acordados. Do eucaliptal que corria atrás da casa, o ruído dos ramos, ao quebrar-se, fazia estremecer a rapariga, que continha a respiração para não acordar o homem. Por seu lado, Pampas Maltês, de olhos abertos, procurava divisar, no escuro, a forma do corpo da rapariga, que dormia a dois passos.

Pela madrugada, com o amainar da trovoada, o sono chegou e Singela adormeceu.

Pampas, de pé, estremecia num incontido desejo. Mas de repente teve a impressão de prender nas mãos uma andorinha, se lhe tocasse. O velho bem dissera que lha dava. Mas não! Havia de ser quando ela quisesse, quando ela lhe quisesse bem.

Saiu. Voltou à noite. Tinha a camisa, que despira, lavada, e o chão molhado de fresco.

Muitas noites de vigília se seguiram para Pampas. Para Singela, muitas noites de temor. Aquele homem que lhe não batia como o Tio Leone, que por vezes crescia em sua frente como um pinheiro gigante; a

casa que rangia e estalava toda a noite, e a lembrança da sua dona, afogada na levada, estendida dias e dias ao sol de um verão abrasador, enquanto não chegavam as autoridades, faziam-na andar num tremor de assombro.

Todo o dia, sem forças para voltar, lhe lembrava o moinho, o ruído da azenha e as conversas com as mulheres que vinham de longe. Por ali, ninguém passava, ninguém vinha. Desejava a hora da chegada do Maltês, mas com ele vinha a noite.

Pelo primeiro domingo de Outubro, Pampas Maltês, com um ar de senhor feliz, mandou-a buscar, à vila, carne para a sopa e vinho tinto. Enquanto Singela saía, levantou a pedra do degrau e tirou o dinheiro.

Foram, pela tarde, de abalada até à feira. Pelo caminho, seguidos do cão, mais de cem vezes lhe apeteceu a boca, o corpo débil da rapariga, e ouvi-la conversar:

— Vocemecê a modos que é muda?

Singela compôs um sorriso e ficou-se calada. De encontro àquela fragilidade passou de largo. Chegaram à feira.

Pampas Maltês, encantado, tomou-lhe a mão:

— A menina é que há-de dizer o que quer. Estes pratos? Estes garfos, estas colheres? A menina é que há-de dizer.

A medo, Singela escolhia a louça da que a quinquilheira lhe trazia.

— Está contente?

Quando chegaram, de noite, a casa, levavam a manta branca, de pêlo alto, louças, duas cadeiras e o papel que lhes assegurava a entrega, ao outro dia, de uma cama de ferro, uma cómoda, uma mesa e mais quatro cadeiras.

Pela primeira vez, Singela proferiu mais do que uma curta frase. Pensaram, os dois, no lugar a dar aos móveis que viriam.

Nunca Pampas Maltês se sentira tão feliz.

— Amanhã, pode a menina estar a dormir... Tome lá já o papel para, quando vier a mobília, entregar ao homenzinho.

A ideia da posse da rapariga ia-se tornando em Pampas uma obsecação. Mas também — que diabo? — ela bem havia de perceber para que eram aqueles aconchegos. Mas nada! Que rapariga!

Quando entrou, à noite, em casa, achou-a nova. A coberta que Singela mais apetecera brilhava na cama larga. Na grade, havia louça. Na cómoda, um retrato da mãe da rapariga. Singela remendava, ao pé do lume, umas calças suas.

Depois da ceia, quando lhe passou perto, Pampas Maltês prendeu-lhe a mão na sua, com força, como se quisesse possuí-la toda com

aquele contacto. A rapariga desprendeu-se ; não disse nada, mas começou a tremer.

Depois dos pratos lavados, deitou-se no catre que estava no mesmo canto, coberto com a mesma manta.

— Então para quem é a cama, menina?

— Para vocemecê, senhor Pampas.

— Para mim?! Para os dois, menina! Diabo de rapariga!

Mas deitou-se sòzinho na cama nova, que ainda cheirava a tinta e a palha.

Durante a noite, sentiu a rapariga tremer como se tivesse uma sezão. Não perguntou nada, mas o sangue dos seus trinta e cinco anos latejava-lhe nas fontes como se estivesse exposto a um calor esbraseante. A casa era, no seu sonho, um palácio. No alto de uma escadaria como nunca vira acordado, Singela abraçava-o e falava-lhe de um amor que ele desconhecia. Acordou cansado. No fim do sonho lutara com a rapariga, que acabara por lhe fugir.

A manhã vinha nascendo. Deitada no catre, meio destapada, Singela dormia. Dormia e sorria. Pampas deteve-se. Mas não pôde pensar por mais tempo na vontade da rapariga. Tomou-a. Beijou-a. E à vista dos seus olhos dilatados de horror, de espanto, de dor, o homem não renunciou.

Os olhos de Singela escorriam umas lágrimas sujeitas. Quando Pampas Maltês saiu, puxou a manta e, na tremura que de novo a acometia, julgava ver o diabo cruzando a porta, depois de tê-la massacrado. Todos os dias e todas as noites que ali passara formavam uma só noite de trovoada, galhos partidos, vento uivante e mulheres a correr para a água da levada, a afundarem-se na espuma marulhante da azenha.

Já pelo meio-dia pôde erguer-se e caminhar. Pegou no retrato da mãe, e sem lágrimas, seguida do Bonito, atravessou de novo a vila em direcção ao outro extremo.

Mestre Leone, de lunetas na ponta do nariz, deitava para dentro de um saco uma farinha branca de jaspe. Ao ouvir o ruído de passos voltou a cabeça. Num gesto de surpresa largou o trabalho e encarou-a.

— És tu? A que vens?

Singela, parada, nada dizia.

— Ele abalou?

— Não, senhor — foi a única resposta que obteve.

— Então porque vens de trouxa e com o cão?

Singela baixou os olhos. Tremia ; e aquele tremor, como um cataclismo, tomava-a dos pés à cabeça.

— Não te convém a sujeição? Queres *parola*?! Pois fica sabendo que à noite, antes de ele chegar, voltas para lá.

E dizendo isto voltou ao seu trabalho.

Singela, à beira da levada, sentou-se no banco tosco onde Tio Leone costumava merendar.

A tarde foi caindo. Fazia um frio húmido, salpicado de gotas de água trazidas pelo vento. Umas lágrimas corredias, que não limpava, deslizavam-lhe pelo rosto; e uma saudade que lhe parecia ser de um abraço que mal conhecera levava-a para o outro extremo da vila. Sabia-lhe a boca a febre, doía-lhe o corpo. O Bonito lambeu-lhe a mão que lhe pendia do regaço. Ardiam-lhe os lábios dos beijos da manhã, da barba que a arranhara.

Em lugar de Pampas Maltês via um moço loiro, de voz suave e mãos finas.

Já então a noite se aproximava. Gelada, depois de um dia sem comer, apoiou-se melhor no banco.

Tio Leone, que em sucessivas idas e vindas, de casa para o moinho, não parara um instante, chegou-se a ela.

— Anda, menina. Põe-te a andar. Põe-te a andar e antes que o homem chegue e te procure. Põe-te a andar.

Já assomava à entrada da azinhaga a figura de Pampas Maltês, de andar firme.

Singela, de pé e com a trouxa debaixo do braço, olhava os dois homens, ambos cada vez mais perto. Depois, num grito que cortou o entardecer, correu para a levada, seguida do Bonito. Não estacou sequer. Deitou-se à água espumante e houve sob o céu um marulhar de onda.

Já então Pampas Maltês se apercebera de que era a sua Singela que a corrente levava, enquanto o cão latia furiosamente. A azenha ainda não parara. O homem lançou-se à água, em direcção àquele corpo que lhe fugia. Conseguiu alcançá-la e trazê-la, de olhos abertos escorrendo lágrimas, sem vida e muito fria.

Tio Leone, como se estivesse doido, ria e batia nas coxas, enquanto gritava:

— Como a outra, na levada!

Depois, como já não esperava nada, Pampas Maltês fechou a porta da casa e, como o que vendera a alma ao Diabo, abalou para a cidade.

Póvoa de Santa Iria, 1945.

NATÉRCIA FREIRE

DA AUTONOMIA DA LITERATURA BRASILEIRA

GONÇALVES Dias, sendo o primeiro, em data, dos grandes poetas do Brasil, foi, por isso mesmo, o primeiro a demonstrar, não já teòricamente, mas pela obra, a autonomia da Literatura Brasileira. Se escreveu em português arcaico as *Sextilhas de Frei Antão*, para «estreitar ainda mais, se for possível, as duas literaturas — brasileira e portuguesa —,» sabia que essas literaturas «hão-de ser duas, mas semelhantes e parecidas, como irmãs que descendem de um mesmo tronco e que trajam os mesmos vestidos — embora os trajem por diversa maneira, com diverso gosto, com outro porte, e graça diferente».

Dificilmente se poria melhor a questão da identidade e divergência das duas literaturas de língua portuguesa. Apesar, porém, dessa lição, dada a brasileiros e a portugueses, por aquele que foi, ao mesmo tempo, o poeta arcaizante das *Sextilhas* e o magnífico cantor do aborígene, raros brasileiros têm deixado de acentuar a divergência e raros portugueses têm sabido reconhecê-la, menosprezando, uns, e exagerando, os outros, a identidade.

Atribuo a maior importância ao estabelecimento de um princípio crítico em tal matéria. Considero uma prova da desorientação da cultura comum aos dois países, ou da cultura particular de cada um, o facto de nunca se ter assentado numa atitude única em história literária. Digo: atitude única, não porque deseje para a historiografia uma posição de equilíbrio em obediência a interesses políticos, mesmo quando se trate dos interesses superiores de uma política espiritual, mas porque creio que não há senão uma atitude respeitadora da verdade: aquela que reconhece que um tronco comum se bifurcou, a partir de certa data, dando lugar a duas literaturas afins mas distintas: a literatura portuguesa moderna e a literatura caracterizadamente brasileira.

O que não deve nem pode subsistir é o processo adoptado por alguns historiadores da Literatura Portuguesa, se é que de processo se pode falar, sendo, como é, tão mal praticado. Ou se omite qualquer referência à Literatura Brasileira ou se fala dela com o desenvolvimento que merece como entidade autónoma, embora de origem comum e de acção paralela. O segundo critério é, não só o que interessa ao destino do Mundo Lusíada, ou seja: à Comunidade de língua portuguesa, mas o que satisfaz as exigências da história literária, que não pode deixar de ser história da Cultura. Como se compreende, efectivamente, que num manual como a *Breve História da Literatura Portuguesa*, dos professores Júlio Martins e Óscar Lopes, se trace (o que constitui um mérito), antes da análise das fases da nossa actividade literária, um quadro da cultura europeia ou das tendências universais da época, e não se consagrem capítulos especiais, primeiro, à repercussão da nossa literatura no Brasil, depois, ao desenvolvimento próprio da literatura brasileira?

Pode, ainda, admitir-se a omissão; não se pode perdoar a referência incompleta e imperfeita, quando não sumária e errada, aos valores próprios do

Brasil. Sem ser em rubrica especial, considero abusiva a inclusão dos autores brasileiros, pelo menos a partir do Romantismo, numa história da Literatura Portuguesa, e não das Literaturas de Língua Portuguesa. Mas, ao menos, deveriam esses autores ter sido tratados com a atenção que o seu valor exige, em vez de alcançar, apenas, descuidadas referências, mais do que insuficientes, injustas.

Não me anima contra os autores da *Breve História da Literatura Portuguesa* a menor má vontade. Devo-lhes a honra de citarem, na «Nota bibliográfica», entre os «Manuais de História da Literatura estrangeira», um único manual referente à Literatura brasileira: a minha *História Breve*. Tenho, por essa mesma razão, de rectificar erros que poderiam ser-me atribuídos e que, no entanto, apenas se explicam, não só por falta de conhecimento directo da Literatura Brasileira, mas por uma desatenta leitura do manual citado como fonte. Como poderá filiar-se na minha, ao que verifico insuficiente, mas constante actividade crítica a respeito da Literatura Brasileira, um passo como aquele em que se colocam a par Euclydes da Cunha e Erico Veríssimo, Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, e se equiparam Machado de Assis e Coelho Neto?

Mas há erros, ou lapsos, mais graves, nessa *Breve História da Literatura Portuguesa*. Nela se diz, a propósito dos «poemas de reminiscência brasileira» de Gonçalves Crespo: «De resto curioso é notar que os grandes parnasianos são poetas tropicais (Baudelaire, Leconte, Hérédia) e que a sensibilidade brasileira se começa a revelar autónoma precisamente com o parnasianismo, através de Gonçalves Dias, Luís Guimarães Júnior e Olavo Bilac.» O tropicalismo de origem, dos grandes parnasianos franceses — Leconte de Lisle e Hérédia (Baudelaire porquê?) —, creio que fui eu o primeiro a apontá-lo, pelo menos em Portugal (e ignoro se críticos estrangeiros o fizeram antes), como possível explicação do Parnasianismo. Duarte de Montalegre, no seu recente *Ensaio sobre o Parnasianismo Brasileiro,* adoptando essa ideia, atribui-a ao autor da *História Breve da Literatura Brasileira,* naturalmente por não a ter encontrado noutro crítico.

O que importa, porém, não é isso, nem mesmo o facto de não ter sido corrigido, na errata do livro em questão, o lapso de ser citado como parnasiano Gonçalves Dias. Digo: o lapso, porque é evidente que os autores quiseram referir-se a Gonçalves Crespo. O que importa é dizer-se «que a sensibilidade brasileira se começa a revelar autónoma precisamente com o parnasianismo», quando essa autonomia se afirma já no Romantismo e se esboça antes, com os poetas da chamada «Plêiade Mineira». Importa, ainda, que sejam citados, como parnasianos, apenas três poetas brasileiros, e entre eles Luís Guimarães Júnior.

Mas há pior! Citando os poetas do *Trovador,* os professores Júlio Martins e Óscar Lopes mencionam «o brasileiro António Gonçalves Dias, 1823-64, que nos seus *Contos* (erro tipográfico, pois que, por certo, se trata de referência sumária aos livros: *Primeiros Cantos, Segundos Cantos, Últimos Cantos* e *Novos Cantos*) introduziu um exotismo ameríndio um tanto convencional.» É ilegítimo ligar Gonçalves Dias ao grupo do *Trovador,* pois que o autor da *Canção do exílio,* de facto um exilado, apenas publicou no jornal dos seus companheiros de Coimbra uma poesia. Aliás, como justamente diz Lúcia Miguel Pereira, na sua biografia: *A vida de Gonçalves Dias,* «o grande poeta do *Trovador* seria o brasileiro, que nele só publicou *Inocência*» — tão grande é a

distância que vai de qualquer dos poetas portugueses do grupo até ao lírico extraordinário de *Ainda uma vez — adeus !*

Não se pode, além disso, julgar em cinco palavras um movimento literário històricamente tão importante e, embora falso, tão rico de poesia como foi o Indianismo. A feliz realização literária de poemas como *I-Juca-Pirama,* a sua autêntica beleza, é um facto de ordem estética que não pode deixar de ser apontado mesmo quando se considere importante o convencionalismo da inspiração. Por ser «um tanto convencional» o «exotismo ameríndio» de Gonçalves Dias, maior prova constitui do seu enorme talento.

Ainda há pior! Depois de se referirem ao «romantismo protestativo» de Castro Alves, os novos historiógrafos da Literatura Portuguesa citam, como «líricos românticos brasileiros», Junqueira Freire, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu e Fagundes Varela, omitindo o nome do que foi, a par de Castro Alves, o maior dos poetas românticos do Brasil: esse mesmo Gonçalves Dias — tão grande lírico que só a Garrett o podemos comparar, na expressão romântica do amor.

Quando os historiógrafos em questão dizem que «o tom dos líricos românticos brasileiros é mais exaltado que o dos portugueses, as influências «satânicas» de Byron, Musset, Espronceda, são mais fecundas sob o clima tropical», não se terão inspirado numa observação de Teófilo Braga, no estudo: *Da Poesia Moderna Portuguesa* que precede o *Parnaso Português Moderno*? Escreveu Teófilo Braga — e honra lhe seja — que o lirismo brasileiro «é superior em veemência sentimental e em novidade de formas ao lirismo português», referindo-se, também, ao «ardor», à «passividade», à «morbidez que toma a linguagem das emoções», ao «desalento», à «acedia da vida», à «facilidade com que tornam natural a imitação de Byron e de Musset» — o que explicou pelo «temperamento contraído pelo cruzamento dos primeiros colonos portugueses com as raças ante-históricas do Brasil.»

Mas não é, ou foi seguida, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, uma *História e Crítica* da Literatura Portuguesa — a do inglês Aubrey Bell —, em que há um apêndice sobre *A Literatura popular,* outro sobre *O renascimento literário da Galiza,* e não se fala especialmente da Literatura Brasileira? Pior do que isso: no «Livro Quinto» dessa obra, consagrado ao Século XVIII, há uma escassa página sobre os «Poetas brasileiros»: Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Apenas! Depois dessa insuficiente referência, só se torna a falar de escritores brasileiros, nessa obra, numa nota a propósito dos parnasianos. E a nota é isto: «Sem contar os do Brasil, que teve um admirável burilador de palavras em Olavo Bilac (1865-1918), autor de *Panóplias* e de outros versos publicados em *Poesias* (1888, Nova Ed. 1904)»! Os tradutores portugueses dessa obra — e um deles chamou-se Agostinho de Campos — não consideraram necessária uma nota que corrigisse a ignorância da existência de uma Literatura Brasileira, inconcebível num historiador da Literatura Portuguesa. Há muitos portugueses que julgam ser possível possuir uma cultura e uma consciência lusíadas sem conhecer igualmente a Literatura Portuguesa e a Literatura Brasileira.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS — *«Sanguinea»*

(Da Exposição de Arte Moderna do S. N. I.)

RECORDAÇÕES DA F.E.B. E DA ITÁLIA

RIO DE JANEIRO, 22 DE SETEMBRO DE 1945 — Hoje à tarde, numa confeitaria, avistei, com surpresa, um velho companheiro da F. E. B. que é, agora, como fora antes da F. E. B., advogado em São Paulo. Está de passagem, voltará amanhã. Mas o encontro foi o suficiente para que lembrássemos o primeiro aniversário de nossa partida para a Itália.

— Imagine você, se o tempo desandasse e em lugar de ser 1945, fosse 1944...

— Estaríamos no *General Meigs*, desatracando do cais Mauá, para ficar parados na baía, no meio da neblina, e daí, a uma hora X, rumar para a grande aventura...

O tempo não voltou a ser 1944, continuou, progressivo e implacável, 1945. Mas eu, com as minhas lembranças, voltei e voltei muitas léguas de memória atrás. Vi-me embarcando, a pleno sol de meio-dia, num bonde de cortinas descidas, na rua Barão de Mesquita. E a grande multidão de curiosos e de parentes dando adeus com os lenços, com as mãos, com as palavras habituais de despedida. Tudo parecia incrível; porém, o que parecia mais incrível, era aquela gente: não condizia tal multidão com o segredo do embarque.

Do bonde de cortinas descidas passámos a um trem também de janelas arriadas, e de trem, finalmente, tomámos logar numa grande fila, à espera de nossa vez de subir a escada do navio e ali nos enterrarmos por duas semanas, para ir ressuscitar em terras de outro continente, entre pessoas que falavam outra língua.

Essa discrição deve ser tomada como o esqueleto da história, o programa do embarque, o itinerário de bota-fora. Sobre esse esqueleto, porém, havia carne e a carne tinha poros que expeliam o suor dos sucessivos exercícios. Parte importante e martirizada da carne eram os ombros, sobre os quais recaía o peso de um enorme saco verde-oliva de vinte e cinco quilos: se fosse viagem de turismo chamar-se-ia aquilo de valise e o passageiro encontrava tudo acomodado no camarote. Sendo viagem de guerra, tudo se acomodava nos ombros.

BORDO DO «GENERAL MEIGS» — Uma das vantagens deste diário é, acompanhando o passar dos dias, ter a certeza de que hoje é segunda-feira, 2 de Outubro de 1944. O tempo que começou a ser contado do dia do embarque, precisa ser registado para não ser esquecido. No fundo, é preciso esquecer muitas cousas neste transporte super-lotado. Nunca senti tanto calor nem experimentei maior promiscuidade na minha vida. São oito horas da noite. Aproveito a mochila para fazer travesseiro. Estou no beliche inferior, há mais dois por cima do meu e positivamente uns quatrocentos em todo o compartimento, que é designado *401-L*. Faz apenas dez minutos que saí de um violento banho salgado, onde alternei sobre o corpo duchas de água muito fria e duchas de água muito quente —

a temperatura do mar à noite e a temperatura constante das caldeiras do navio.

Dentro de um ou dois dias veremos terra — terra da África, ou uma sombra distante do rochedo de Gibraltar. Passaremos à noite em Gibraltar, isto é, durante o *darken-ship*. Depois navegaremos dois ou três dias no Mediterrâneo.

Nem sempre vejo o mar, porque nem sempre as amuradas estão desimpedidas. Os convezes estão quase sempre intransitáveis, e os soldados que se debruçam nas amuradas formam uma enorme parede entre o convés e o mar. Muitos camaradas estão decepcionados com a natureza. Em uma viagem entre a praça Quinze e Niteroi vê-se, algumas vezes, um mar mais agitado do que este. Há, porém, uma grande poesia nas cousas marítimas. Se me debruço numa lacuna deixada por alguém, apesar de espremido e acotovelado, vejo repetir-se o movimento curto e ágil de minúsculos peixes voadores que, à luz da tarde e à distancia, lembram andorinhas no ar.

Há muitas pontas de cigarro esmagadas no chão pelo bico dos borzeguins. Se alguma fica acesa, pode ocasionar perigo. Apagar a brasa de cigarro é ofício mesquinho e monótono como tirar a vida a uma lagartixa.

NO PORTO DE NÁPOLES, 6 DE OUTUBRO DE 1944 — Nunca assisti a um abalroamento de automóvel. Na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, vi alguns que haviam avançado de encontro ao poste. Nunca vi nem esperava ver isto: um navio que abalroou com o armazém. Nem todos os armazéns do cais do porto, em Nápoles, estão de pé e ainda são armazéns. Aquele está de pé, tão a prumo quanto o navio que foi jogado da água para terra, como qualquer jangada de pescador, e acabou por abrir, com a sua quilha, a porta do depósito de bagagens, como qualquer turista vexado com o destino de suas valises.

O porto está pontilhado de outros naufrágios.

BAGNOLI, 7 DE OUTUBRO DE 1944 — Mal puzemos o pé em terra — um quase nada de terra, entre a escada de desembarque e uma fila de caminhões — os paisanos correram para nós, pedindo cigarros. Enquanto o navio atracava, sacudimos um vasto estoque desse artigo, até que uma ordem enérgica, pelo microfone de bordo, pôs termo à distribuição, seu tanto ou quanto volátil desde que, impulsionados como serpentinas, os maços de cigarros descreviam uma curva no ar e iam cair no chão do armazém, provocando engalfinhamento de mãos, de pernas, de corpo inteiro.

Um dos italianos falava português. Alguém apontou para mim, e ele veio até aonde eu estava. Morara quinze anos em Pernambuco, em Olinda, na rua do Sol.

Foi o meu primeiro minuto na Europa. As ondas do Mediterrâneo batiam de encontro ao cais de Nápoles. Ao encontro do meu coração batiam as ondas de Olinda.

ENTRE NÁPOLES E LIVORNO, 11 DE OUTUBRO DE 1944 — Estamos fazendo uma viagem agitadíssima, a bordo de uma L. C. I., um tipo de embarcação leve e pequena que os americanos empregam para os desembarques de infantaria. Lembra-me ao todo um modesto rebocador. Um fio de arame faz de amurada. Há dois compartimentos para, mais ou menos, 60 pessoas cada um. Somos ao todo, o segundo escalão da F. E. B., cerca de doze mil homens. Sobre as águas encrespadas do Tirreno, as dezenas de

L. C. I. viajam numa bela composição de comboio. O desfile é belo visto do mar, e nós podemos apreciá-lo bem porque a nossa L. C. I. é uma das primeiras, navegávamos na vanguarda das outras. Mas dentro de cada um desses barquinhos a vida é um inferno de vómito e de desmaio. Ninguém se aguenta em pé, nem tão pouco aguenta ficar no beliche, que exala um odor enjoativo e asfixiante. A L. C. I. balança longa e profundamente sobre o mar, que mais parece um trapézio, onde as ondas atravessam de um jacto os dois convezes estreitos, amarrados pelo fio de arame. Chegaremos a Livorno exaustos, com as pernas bambas, uma palidez de morte e a certeza de que L. C. I. é uma cousa que ninguém nunca mais esquece, é a pior cousa do mundo. Mas a saudade do Brasil é tão forte que, mal grado esta viagem, estou convencido que, não havendo outra alternativa, todos voltariam contentes, e imediatamente, mesmo em uma L. C. I....

STAGE AREA EM PISA, 13 DE OUTUBRO DE 1944 — Chegámos ao acampamento ao cair da tarde. É outono na Italia e não demorou a escurecer. Armei com outro companheiro a nossa barraca comum. Fizemo-lo com dificuldade, pela falta de jeito e pela impertinência dos mosquitos, que me picaram o rosto e os braços durante todo o tempo. Agora tenho-os humedecidos de um óleo que afugenta esses bichinhos. Acendi uma vela, a casa está mais ou menos em ordem. Acaba de soar o toque de silêncio. A jornada creio que começa aqui, onde acabou a viagem de vinda. Aconteça o que acontecer, uma parte importante e desagradável foi vencida: fincámos no chão da Europa o nosso primeiro pau de barraca...

PISA, 27 DE OUTUBRO DE 1944 — A torre inclinada dá-me saudades do meu amigo Deolindo Tavares. De duas ou três centenas de poesias, que ele escreveu, recordo-me com maior obstinação de um poema geográfico, extremamente geográfico, onde há uma referência à torre de Pisa. Lembrei este poema ao tempo de sua morte. E torno a me lembrar, sempre e sempre, quanto o próprio poeta era uma imagem da torre de Pisa, uma enorme torre inclinada, como torres inclinadas são todos os poetas do mundo: altos, distantes, desaprumados... No escuro, pelos seus quase trezentos degraus, chega-se, finalmente, à cúpula, onde sinos repicam e a vida é um vasto panorama, com igrejas, crianças, casas e rios. Em certos lances, os mais avançados da escada de pedras, há espaço apenas para uma pessoa subir, de cada vez.

EM PISA, NO MESMO DIA 27 — O bombardeio foi às quatro horas. «A las quatro en punto de la tarde», como a morte do toureiro no poema de Garcia Lorca. *Per la mattina? Al pomeriggio?* Foi às quatro horas, o relógio não nega. Foi um bombardeio, vê-se pela parede, a única que ficou em pé; sobre as ruínas há o relógio marcando a hora, e o retrato, provàvelmente, do dono da casa. Da casa, resta a parede. Do dono, resta o retrato. Do tempo, resta o relógio.

LUCCA, 5 DE NOVEMBRO DE 1944 — A luz da lanterna desce como um rio, oscila na noite como um grande laço, envolvendo as casas e edificando sombras. Atrás da lanterna os nossos rostos avançam, na cidade em *black-out*. Equilibramo-nos nos pés, que em tacadas seguras vão ferindo o silêncio. Toda a praça é uma suposição; as portas sombrias nas ruas nocturnas, são cavernas ou poços, escuros e profundos?

Oh! Lucca subterrânea, grande cisterna de águas quietas, onde as nuvens baixam como a tampa implacável numa sepultura...

PORRETA TERME, 14 DE NOVEMBRO DE 1944 — A cidade é pequena, alvejada e fria. Sobre ela se abate a neve dos Apeninos e os estilhaços das granadas alemãs. O *front* está a menos de cinco quilómetros daqui. Cheguei ontem de Pistoia, aonde estou servindo no Q. G. Recuado. O caminho lembrou-me alguma cousa da estrada Rio-Petrópolis. Pela primeira vez, vi neve na minha vida. Eram cinco horas quando saímos de Pistoia, mas já escurecia. Na subida da serra passámos a encontrar *jeeps* e caminhões embranquecidos pela temperatura. E depois, a nossa própria viatura teve de parar para segurar as quatro rodas do carro, colocando-se correntes contra o deslize do chão. Emquanto as correntes eram colocadas nas rodas, aproveitei, com os meus companheiros de viagem, para travar uma batalha de neve... Mais adiante, fomos obrigados a andar no escuro, todavia interrompido pelo clarão dos disparos dos canhões, aparentemente longínquos. As pontes da região eram improvisadas e não sei de nada mais arriscado do que atravessar essas pontes de madeira, modestas e estreitas, sem vê-las, sem senti-las na noite. Três vezes errámos o caminho e por pouco não fomos lançados ao abismo, ao lado das pontes em cujas tábuas não acertámos, de logo, entrar, perdidos, sem direcção, sem tacto, sem conhecimento do terreno. Perto de Porreta, uma delas foi pelo ar, acertada por um torpedo. Soubemos disso aqui no Q. G. Avançado, e avaliámos que o desastre deixou de coincidir com a nossa passagem por uma questão de cinco a oito minutos. Foi impossível dormir com o canhoneio sofrido pela cidade. Outros estão acostumados. Eu estranhei o barulho.

FLORENÇA, 27 DE NOVEMBRO DE 1944 — É impossível dizer todas as impressões de estar em Florença. Sobretudo porque as impressões se perturbam com a minha condição de soldado. Para ser sincero, direi que a primeira sensação foi de conforto: um colchão macio depois de um jantar quente e abundante. Isto é prosaico, mas há dois meses que não durmo num colchão e não me alimento senão de rações frias. Durmo com a vaga lembrança de páginas de romance de Anatole France *(O lírio vermelho)*, recito baixinho um verso de Raúl de Leoni *(Ó Florença! Florença! A mais humana das cidades vivas! A mais divina das cidades mortas!)* e procuro a toda força me lembrar do título de uma novela de Somerset Maugham, cuja história decorre nesta cidade. Adormeci antes de me lembrar, e ainda agora o título não me ocorre.

FLORENÇA, 2 DE DEZEMBRO DE 1944 — O Hotel Brasileiro para praças fica na Piazza Santa Maria Novella. O jardim que outrora enfeitava a praça está devastado. Sobre os canteiros das flores pousam pesados caminhões militares. O *rest camp* americano fica na estação, absolutamente intacta. Muitos brasileiros vão para lá, quando o hotel, como acontece hoje, está super-lotado de soldados vindos do *front* para três dias de repouso na retaguarda. Alguns são joviais e aproveitam literalmente as licenças, comprando as cousas de que mais necessitam, passeando, indo aos cinemas, namorando as florentinas, que são as criaturas mais belas da Itália. Outros, como esse rapaz do 6.º Regimento de Infantaria, não se adaptam, insistem em repisar passagens da luta, são agitados e nervosos, não se despre-

gam dos sofrimentos a que foram obrigados, reagem vivamente diante das legendas que enchem as paredes do hotel: «*Você veio aqui descansar. Esqueça a guerra*». Ele, mal chegou, queria voltar para o *front*. E apenas durante a primeira hora em Florença, envolveu-se num conflito de rua entre um soldado americano e uma *signorina*, sob o pretexto de que aquele era um aliado e esta estava se recusando à sua companhia; ambos eram pessoas absolutamente desconhecidas, para o pracinha do 6.° R. I. Resmunga e protesta porque lhe mandaram repousar. Seu ímpeto é de luta, apesar do grave ferimento que recebeu numa das pernas. Outrora pode ter sido um adolescente tranquilo e generoso, agora a hostilidade é o seu clima. A retaguarda parece-lhe hedionda.

FLORENÇA, 3 DE JANEIRO DE 1945 — Saíu o primeiro número de *O Cruzeiro do Sul*. Trabalhámos até de madrugada. São solícitos, delicados e inteligentes, os gráficos da editora onde publicámos o jornal da F. E. B. O sr. Elvino Fiumi lembra-me extremamente um velho actor cinematográfico, Adolph Menjou. É o chefe das oficinas. Seu expediente na *l'Impronta* vai até às 20 horas. Ontem ele ficou conosco até quase meia-noite, ajudando-nos a resolver certos problemas técnicos de paginação e impressão. A falta de tipos para os títulos em português vai custar ao proprietário da editora, o *cavaliere* Mazzanti, alguns R maiúsculos, que serão retocados até se parecerem com um til, indispensável a civilização e a outras palavras, e também algumas vírgulas solícitas que, ajoelhadas ao pé dos C, emprestar-lhes-ão a categoria de cecedilhas. A composição da matéria será feita numa velha monotipo, porque as linotipos não têm matrizes próprias para letras e acentuações peculiares ao nosso idioma. É um trabalho monotono e indirecto. O funcionamento da monotipo sugere um receptor de telegramas, registra as palavras picotando um rolo de papel, que depois é conduzido a uma máquina de fundir, onde as letras se vão acomodando até a forma última de artigos, notas de comando ou simples noticiário. Tudo isso com o privilégio dos til e dos cecedilhas.

PORRETA TERME, 10 DE JANEIRO DE 1945 — Estamos no auge do inverno e do canhoneio tedesco. No *front* registram-se apenas operações de patrulhas. As cartas chegam do Brasil com maior ou menor regularidade, e são as únicas cousas boas nesta guerra. No entanto, relacionadas com elas, há cousas dolorosas, como a história desse tenente, tombado há poucos dias.

Estava sentado à mesa, mas sem nenhum apetite. Tinha boa aparência, a melhor que se pode desejar no *front*: barba feita, cabelo levemente fixado, a farda de inverno estofada por agasalhos interiores. Sob esse aspecto era, porém, possível adivinhar-se uma apreensão que lhe toldava o brilho dos olhos e fazia que, muitas vezes, levasse à cabeça intranquila as mãos rachadas pelo frio.

Os companheiros, em torno, conversavam com vivacidade. Alguns estavam barbados e com a roupa húmida da última inspecção às posições avançadas. Falavam de seus pelotões, da pontaria do morteiro, das casamatas inimigas. O tenente, sentado à mesa, pouco participava da reunião. Mas não havia motivo para a sua mudez, para o seu jeito casmurro: tudo lhe correra bem nos últimos dias, e acabava de receber uma carta de casa. Mas nem abrira siquer. Cousa rara e inexplicável: receber uma carta e não abrir. Recebera ali, durante o almoço, e pusera no bolso da japona, para ler depois.

Entrou um soldado, com uma ordem urgente do comandante da Companhia. Os companheiros gracejaram:

— *Presto !*

Desde as dez horas, o Capitão estava no P. C. do Major, em conferência. Nem sequer viera para o almoço, em companhia de seus oficiais, como sempre acontecia.

O tenente recebeu a ordem e às três horas marchou à frente de seu pelotão para o local do ataque. Esperou que caísse a noite para escalar o objectivo: um morro alto, íngreme, coberto de neve. Sob a protecção do escuro, às quatro da manhã havia cumprido a missão, com êxito absoluto: estava, com os seus homens, na crista do morro. Muitos soldados alemães, pegados de surpresa, haviam sido mortos, feridos ou feitos prisioneiros. Restava, porém, consolidar a posição conquistada. Um mensageiro partira para o P. C. da Companhia.

Às seis horas, porém, uma inesperada situação se apresentou tràgicamente: a elevação estava cercada pelo inimigo, ao alcance de seus morteiros. O tenente comandou a retirada, tentando romper o cerco. O terreno era difícil e o inimigo cruel. Lutou-se durante duas horas. O tenente conseguiu salvar muitos de seus homens, que chegaram às posições brasileiras sob o comando do sargento. Mas tombou, vítima de um estilhaço.

A carta foi encontrada intacta, e recolhida. O censor pegou da pena e escreveu sobre o envelope: *Morto em combate (devolver).*

Era uma carta do Brasil, que retornou ao Brasil, intacta, sem ser lida. Retornou à pessoa que a escreveu, à mão que redigiu as notícias de casa. Mãe? Esposa? Filho? Noiva? Pai? Alguém a escreveu. Alguém a recebeu de volta. O tenente tombou pensando nesse alguém.

FLORENÇA, 9 DE MAIO DE 1945 — O comércio está fechado, desde ontem à tarde e até depois de amanhã. Nas portas das casas de negócio há um aviso impresso sobre as cores da bandeira italiana: *Chiuso per esultanza nazionale*. Todas as ruas estão embandeiradas. A guerra acabou ontem. Estivemos, um grupo numeroso de soldados brasileiros, bebendo à vitória na *piazzale* Michelangelo. Ao contrário da maior parte das pessoas, sinto-me abatido e triste. O fim da guerra não me trouxe nenhuma alegria. Penso, porém, que isto é uma cousa injusta, e busco em mim mesmo coincidir o meu sentimento com o dos camaradas que fizeram toda a guerra no *front*. Penso no sargento Raymundo Nonato Ribeiro, a quem a noiva, chamada Moema, mandava constantemente pedir retratos; ele dava de ombros, considerando futilidades, e mandava dizer que não tinha tempo para tirá-los, só depois que a guerra terminasse.

Agora Moema lerá nos jornais o fim da guerra. Não havendo mais inimigos, os *fox-holes* poderão ser aproveitados como sementeiras para florir de novo a montanha dos Apeninos. O sargento Nonato poderá posar, com demora e com luxo, até o fotografo encontrar o melhor ângulo para focar no pulso do herói o arco-íris das divisas, aberto sobre o verde-mar do uniforme...

JOSÉ CÉSAR BORBA

C A B U Ç U

No meu cavalinho branco
— Meu cavalinho de pau —
Salto valado e barranco,
Atravesso rio a vau,
Desço morro, subo monte,
Trepo na crista da serra,
Percorro todo o horizonte
P'ra alcançar o fim da terra.
Branco ginete da infância,
Voa por cima do mar!
Devora tempo e distância!
Tenho pressa de chegar!
Na extrema curva do mundo
Um vulto verde e amarelo
À beira de um fosso fundo:
É brasileiro o castelo
Da fada minha madrinha,
Com vinte torres no ar!
Madrinha, dá-me a varinha
Feita de vidro e luar
P'ra que antes de o sol nascer
Eu volte a ser o menino
Que fez tão mal em crescer,
Em seguir o meu destino

Por este mundo de Deus...
(Menino empresta-me os olhos,
Que pouco vêem os meus!...)
Canseiras, mágoas, abrolhos
Não conseguiram matar
O guri que eu fui um dia,
Que ainda me há-de levar
De volta à verde magia,
Ao Cabuçu redentor,
À xac'ra da minha avó
Onde fui rei e senhor.
(Como laço de cipó
É o teu abraço, saudade!...)
Madrinha, eu peço tão pouco!
Não peço felicidade,
Que eu bem sei o preço louco
De tanta inútil ventura...
Eu quero, madrinha, apenas
Um dia de infância pura
Em paga das minhas penas.
Ao toque dessa varinha
Põe-me outra vez no terreiro,
No jogo da pampolinha,
No Cabuçu feiticeiro
— Meu País-das-Maravilhas!
Quando vinha a cerração,
Continentes, mares, ilhas
— Europa, Cáspio, Ceilão... —
Sorrindo por trás das moitas
Chamavam os meus dez anos

Para as viagens mais afoitas
Sem mapas nem portulanos...
Cabuçu da guabirova,
Da pitanga, do caju,
Do cavaquinho, da trova,
Da pamonha, do beiju!...
No estio, como um crisol
Fervia a pedreira; aos centos,
Estatelados ao sol,
Os camaleões pardacentos
Fincavam no capinzal
O olhar idiota, parado;
Um pó branco como sal
Chispava no chão gretado.
Nas noites de sexta-feira
A bruxa do Engenho-Novo
Cozinhava a bebedeira,
Sambando, dando corcovo
Na roda do candomblé;
Do fundo da mata espessa,
Andando pé ante pé,
Vinha a mula-sem-cabeça
Ver se o guri já dormia...
(O garoto dorme... dorme
Mais tempo do que queria
Na minha vida uniforme...)
Meu Cabuçu feiticeiro,
Tem pena da minha lida
Tão longe do teu terreiro,
Tão longe da tua vida!

Lida de escravo, de boi,
Que boi cativo hoje sou...
(Quanta alegria se foi!
Quanta tristeza ficou!)

— O cavalinho da infância
Dorme no velho baú
E perdem-se na distância
As terras do Cabuçu...

Funchal, Dezembro de 1944.

P. LEÃO DE MOURA

O varredor nocturno

O varredor nocturno está varrendo
e varrendo a memória da cidade...

Ele é um boneco
de mãos espantadas
de cara pintada
cabelo de arame
e rodas nos pés
que passa seus dias
num canto afogado
da caixa da lua
forrada de peixes.

De noite ele foge
da caixa da lua
— seu corpo de mola
dá saltos mortais ! —
e meio apagado
no denso mais denso
da noite que corre
se põe a varrer...

E varre sem tempo
com rodas nos pés
as cartas ingénuas
— do seu para sempre ! —

palavras que morrem,
se curvam, se alongam
em formas irreais
e risos rolando
— brinquedos perdidos
na rua sonora... —
raízes geladas
e choros e rezas
que tornam ao chão.

Mas quando clareia
a rua imprevista
num salto ele volta
à caixa da lua
forrada de peixes
— boneco de mola
de mãos espantadas
de cara pintada
cabelo de arame
e rodas nos pés —
levando com ele
o lixo apanhado
— memória de um dia! —
deixando a cidade
de braços abertos
perdida na espera
do dia que vem...

Belo Horizonte (Minas Gerais).

FERNANDO VÍCTOR

PROBLEMAS DE LITERATURA E DE FILOSOFIA PORTUGUESAS

A uma vulgar facilidade de pensamento é devido o não reconhecimento do problema da literatura portuguesa, ao contrário do que acontece com o problema da existência de uma filosofia portuguesa que a opinião unânimemente reconhece. Talvez afins, talvez idênticos, os problemas da literatura e da filosofia portuguesas são os mais prementes da cultura nacional. Para a sua solução apareceram dois livros que importa considerar.

No primeiro, «Introdução à História da Literatura Portuguesa», João de Castro Osório propõe-se iniciar um vasto estudo da literatura nacional que promete levar a efeito. Neste livro indica e justifica os critérios a que deverá obedecer esse estudo, fazendo preliminarmente uma crítica justa e exacta — e, mais, justa e exacta por ser feita de um ponto de vista de defesa da cultura nacional — dos critérios de origem estrangeira em que tem sido estudada a nossa literatura.

De lastimar é que a vasta obra a que João de Castro Osório se propõe não seja realizada adentro daquela instituição em que, pelos fins culturais que visa, ela seria apropriada. Mais uma vez um estudo de basilar interesse cultural se realiza fora da Universidade e mais uma vez transparece a necessidade de uma reforma das condições em que vive, ou se morre, o nosso ensino superior, condições que permitem o acolhimento, mediante concurso que nada averigua ou conclui da capacidade do concorrente, de professores, até estrangeiros, a ministrarem ensinamentos que só com um profundo sentido da nossa cultura podem ser compreendidos, como seja o da Literatura Portuguesa, e o não permitem a quem, como João de Castro Osório, dá reais e definitivas provas de uma real e definitiva capacidade.

Por isso, o estudo a que se propõe o Autor da «Introdução à História da Literatura Portuguesa» terá de ser realizado nos precários meios de influência que um particular tem ao alcance num ambiente hostil a qualquer espécie de política cultural. O certo é, porém, que esse estudo, prometido e começado a realizar, não pode passar despercebido sob pena de sofrermos de inconsciência cultural. E tanto menos o pode passar quanto mais se verifica o esquecimento em que se apaga a obra de Teófilo Braga (a única que, séria e completamente estudou a Literatura Portuguesa) — esquecimento devido, por um lado, à corrente inadmissibilidade dos conceitos que ela supõe e, por outro, à corrente noção de literatura que, de tão fácil, se não explicitou ainda.

Já algumas vozes se ergueram a interrogar os estudiosos da literatura acerca do conceito do objecto desse seu estudo. A interrogação avultada é hoje um problema no panorama cultural português. E, respondendo a ela, só João de Castro Osório, neste livro de que vimos falando, expôs um seu próprio conceito, dele partindo para, justificada e coerentemente, enunciar os critérios a seguir nos estudos literários.

Segundo o Autor, a Literatura é o conjunto de obras escritas, sendo este um todo independente, e como tal evolutivo, que pode exprimir e ter como factor o génio nacional. O conhecimento dela será conhecimento da sua evo-

lução, do condicionamento da criação literária e das obras independentemente consideradas. É este um conceito histórico-literário. Por isso considera João de Castro Osório secundário o estudo dos géneros literários. «A vida de uma literatura não é analizável pelo critério «biológico» mas pelo seu próprio: o histórico-literário». Também por isso a literatura é possuída de uma vida própria que a autonomiza em relação à história e, até, à língua. Será um êrro dizer, como Croce, que a história da arte é a história da civilização humana.

Mais atentos à essência de cada actividade, nós discutimos ainda o que seja literatura porque só pela sua essência ela se torna possível. Assim, é-nos difícil compreender em um mesmo conjunto e integradas em um mesmo critério obras que se diversificam por se possibilitarem diversamente. Julgamos que o problema dos géneros literários é o problema de cuja solução depende a integração própria de cada obra literária. E porque no fundo de toda a manifestação cultural se encontra o que é essente ao homem, parece-nos que, expressa nos factos ou expressa na literatura, existe sempre a história da civilização humana.

Mas não encontramos no livro de João de Castro Osório rigidez que se possa opôr a um estudo dialéctico (no sentido de procurar a essência humana ou filosófica da obra literária). Pelo contrário, na maleabilidade e largueza dos princípios enunciados, está previsto esse estudo. Estes princípios, acompanhados da devida justificação, a amplidão de directrizes que abrangem e as profundas observações acêrca do conceito de literatura que implicam e exprimem, tornam notando e notável o livro de João de Castro Osório. A prosseguir essa obra, realizará o Autor um trabalho meritório só comparável, na cultura portuguesa, com a esquecida obra de Teófilo Braga.

*

Álvaro Ribeiro, num opúsculo intitulado «Leonardo Coimbra», expõe com brevidade e concisão os diversos aspectos — moral, político, religioso, pedagógico e filosófico — da personalidade de Leonardo Coimbra. De todos esses aspectos resulta para o leitor esta convicção grata para o português: Leonardo Coimbra foi um filósofo. Filósofo no modo de aperfeiçoamento ético; filósofo no comportamento político; e na motivação da sua conversão ao catolicismo e no poder sugestivo da eloquência com que ensinava e no lirismo em que exprime a sua obra. Por isso, no panorama espiritual português, a personalidade de Leonardo Coimbra aparece como singular. E o seu estudo será de concludentes resultados para a compreensão da espiritualidade portuguesa em geral e, em especial, da filosofia portuguesa.

Se o português tem sido acusado de incapaz para o pensamento do universal, isto é, da filosofia, esta acusação poderá parecer justificada se desatentamente o julgarmos pela natural inclinação poética que o exclusiviza na particularidade simbólica ou pela falta de uma concreta ideação nacional; isto é, se à abundância da expressão poética não fizermos a correspondente crítica filosófica e se na poética expressão do pensamento não virmos um momento da nacional expressão filosófica.

É na obra de Leonardo Coimbra que, pela primeira vez, é já clara expressão filosófica a forma lírica do pensamento, pelo que Alvaro Ribeiro afirma: «Ao escrever (Leonardo Coimbra) num estilo sintético, predominantemente lírico, não obedecia casualmente à tendência artística da sua personalidade, mas fielmente à nacionalidade do seu génio: à filosofia portuguesa melhor corresponderia a espontaneidade poética do que a reconstrução prosaica, no

momento que antecede a expressão lógica».

Profundamente nacional, Leonardo Coimbra encontra-se no dramático ponto crucial de transposição do momento poético para o filosófico. Por isso — e assim o parece entender Álvaro Ribeiro — a sua obra não é ainda manifestação discursiva da filosofia portuguesa, mas é já o mais próximo precursor de tal manifestação. Se Leonardo Coimbra é já um filósofo, se «tudo quanto era humano, natural e mundano servia de tema à sua especulação», o seu pensamento depende ainda de um compromisso, pois «atribuía (à filosofia) uma função mediadora entre a ciência e a religião» e «partira de um conceito de filosofia que facultava à intuição e à experiência uma progressiva indução no misticismo».

A sua conversão ao catolicismo explica-se, assim, pelo acordo entre o pensador e a pessoa, conversão que, embora revele o aperfeiçoamento ético próprio do autêntico filósofo, revela também a imprópria subordinação da filosofia à religiosidade. Imprópria porque, sendo a filosofia uma forma de conhecimento do absoluto, possui em si, como a religião, a satisfação às mais profundas exigências humanas.

Mas Leonardo Coimbra viveu numa época e sofreu uma educação que lhe exigiram a meditação dos métodos e resultados da ciência, inconciliáveis, pelo intelectualismo, com uma «teoria do conhecimento que abrangesse também a metafísica, a arte e a religião». Teve, por isso, «a necessidade de completar o intelectualismo: — com o intuicionismo, no domínio do conhecimento, com a fé, no domínio da acção moral».

Filósofo que venceu a tendência do génio nacional para a expressão poética e pensador dos caminhos que conduzem à fé na interrogação da Natura e do Espírito, Leonardo Coimbra deixou na sua obra uma profunda expressão da universalidade, transpondo, em manifesto acôrdo com a tradição espiritual da Pátria, a particularidade simbólica e científica.

Professor de uma Faculdade de Letras — porque, então como hoje, não existia nas nossas Universidades Faculdade de Filosofia — exerceu sugestiva influência de mestre em discípulos que como tal se vão afirmando à medida que vão distinguindo o pensamento próprio. Entre estes, Álvaro Ribeiro, afirmando o poder de fecunda sugestão originária da obra do mestre eloquente, marca também, quando aponta o intuicionismo que, mediante a mística, levou Leonardo Coimbra à fé, a distância que o separa do mestre a quem a deve. O Deus que, para Leonardo Coimbra, se revela em nós próprios e cujo conhecimento adquirimos pela intuição, revela-se também no alheio susceptível de ser interrogado, nele proporcionando um conhecimento mediante a especulação. E à verdade sempre distante e ciosa de mistério, feminina e inviolável, de Leonardo Coimbra, melhor corresponde a especulação que guarda a integridade do sujeito humano e respeita o segrêdo do objecto divino do que a intuição que percorre, sequiosa e esfomeada de união, o caminho da mística e da fé.

Mas Leonardo Coimbra foi ainda, na filosofia nacional, um momento precursor. Precursor e fecundo. Tanto que, com optimismo confiante, podemos esperar a expressão verídica da filosofia nacional que a sua obra de mestre e de escritor possibilitou a uma geração de discípulos.

O R L A N D O   V I T O R I N O

A DEUSA

(FANTASIA)

PEQUENINA fantasia de sabor pagão, naquele mundo irreal da Grécia antiga, entre os cedros e os sicómoros milenários que viram perpassar, como aparição sumediça e esquiva, o vulto do gordo Sócrates, de passo estugado a caminho do Pórtico no sopé do Parténon, cuja nobreza de arquitectura hierática comovera, inda-agora, a alma frígida de Renan.

A Deusa surgira com suave brandura, da sombra da rama transfiguradora dum sicómoro gigante, coevo de Scopas e de Aristides:

— Não me reconheces tu?

— Reconheço-te e admiro-te. Tu és a mais nobre Deusa da antiga Hélada, com o teu elmo de bronze cinzelado e reluzente e a tua túnica drapejada que te cobre o corpo de mármore de Delos.

Perdeste já a lança que usavas trazer na dextra? E a serpe? A serpe coleante e mole, símbolo da sagacidade e da prudência? Não trazes tu, presa a ti como por encantamento, a serenidade divina do Olimpo, na fronte rectilínea e suave que se prolonga nas dobras langues do teu claro manto, que é mais claro que o sol da Ática?

Não és tu a radiosa Deusa do tempo de Micenas e de Hissarlik e mesmo de Sparta, no hierático Templo de Égina, junto à Necrópole de Kamiros, saída nobremente das mãos finas de Fídias, ornada da égide espessa, toda bordada de serpentes sobre os seios úberes, de onde se desprende a túnica curta, sobre a majestatica túnica talar, drapejada solenemente, até ao arco dos teus pés magníficos de Deusa antiga?

— Chamaram-me Ateneia Parténon e tive Templos em Biblos, em Mileto, em Rodes, em Corinto e em Atenas, no alto da inspirada colina, de onde se lobrigavam os filósofos de passo brando, caminhando contemplativamente na direcção do pórtico dórico do Templo de Asclépios, ou então nos dias heróicos, sob o sol de cobalto do Mediterrâneo, se viam marchar os efebos atenienses e os efebos espartanos, esbeltos e fortes, para Salamina e Maratona, ou para os despenhadeiros fragosos e imortais das Termópilas, sob o comando duro, da dura voz de Temístocles.

— E que fazes aqui perdida, na lendária floresta dos cedros e dos sicómoros, na intimidade langue das ramagens e dos troncos milenários?

JORGE BARRADAS — «*O Regresso do Soldado*»

(Da Exposição de Arte Moderna do S. N. I.)

— Ando errante.

Caminhámos nas folhas secas, sob a ramaria coeva do bosque húmido, todo impregnado de mitológicas lendas. Não ia em alvoroço, não, a minha alma de vivente, atónito e ansioso, porque, na verdade, não me era de todo estranha aquela formosa Deusa, bela, límpida e solene, do tempo de Micenas e de Hissarlik, que caminhava a meu lado, magnífica e mansa, e que eu contemplava de soslaio, fascinado e atraído pela radiosidade e nobreza daquela imortal filha de Fídias:

— E agora como te chamam?

— Razão.

— Foi por ti que se ergueram os feios cadafalsos e se incendiaram revoluções; é para ti que os Homens caminham, cegos como mariposas tontas, atraídos pela fascinação do teu encantamento e pela magia ideal da tua luz, onde eles se queimam, coitados, avançando no furor das marchas triunfais, deixando atrás de si pègadas de sangue, desperdiçado e inútil, nos vãos caminhos constelados de estrelas frívolas e nas escaladas ideais e clareantes.

E, *ab initio,* os Homens te procuram àvidamente com os corações na concha das mãos frementes e cheios de fome de ideal, de ideal que se esvai como nuvem de Maio. E eles tudo têm feito por ti, desde as perfídias clangorosas aos heroísmos, desde os crimes belos às lapidações, aos sacrifícios, aos festins e às suaves idolatrias.

— Os Homens?

De susto, estremeci. A Deusa arrastou-me longo tempo e caminhámos lânguidamente, a passos lentos e firmes, naquele bosque fechado, onde havia concílios de duendes e elfos maneirinhos, através das espessuras verdes das ramas de clorofilas gemebundas, aquando os faunos se esgueiram ou se aconchegam mais, ocultos nos tufos dos juncos e das ervagens emaranhadas, ou atrás dos troncos grossos e espamozados pelo furor dos séculos, enquanto eu, mudo e impassível, como anjo bíblico, sentia a mão quente e fina da Deusa, desgarrada do Olimpo tranquilo, que me conduzia e encaminhava como mãe generosa através daquela floresta amarela de sonho translúcido, muito envolvido no silêncio de pélago morto e profundo, das negras penumbras abissais. As pregas da túnica baloiçavam ao zéfiro brando, como espuma solene, contra o ritmo digno e perfumado dos seus passos, que a floresta parecia escutar estranhamente, ascendendo e descendendo as seivas amigas, nas hastes braciais, hercúleas ou apolíneas dos plátanos prateados, dos sicómoros atléticos e nodosos, dos cedros arrogantes ou dos melancólicos ciprestes aguçados e hirtos como punhais. Sentia, sob o mole frémito dos meus pés, o sub-mundo das raízes

tentaculares e violentas, estrangulando a gleba como garras silenciosas, no misterioso banquete das transmigrações vorazes do húmus e das linfas ascencionais.

A Deusa de fronte olímpica, divina e calma, como outrora no alto da colina inspirada do Parténon, entremirando os soldados de Alcibíades ou os atletas adolescentes dos ginásios do Pôntido, emudecera para mim e caminhava brandamente, como em fofo palco de tapetes de surda lã, pisando as húmidas folhas e as corolas minúsculas das florescências humildes e rasteiras, no grave chão duro do bosque aflitivo, de cuja humidade humosa se desenroscavam os sáurios nocturnos. Braços lancinantes de troncos contorsionados como Lacoontes gigantes ou lutadores titânicos emaranhados, exibiam a sua Dor, a sua verdadeira Dor, violentamente zurzidos na garra dos vendavais.

Outros troncos solitários e isolados, jaziam abertos e parados na crucificação extática e dolorida das magnas solidões dos descampados incompreensíveis e eternos. Outros troncos, de caules mais débeis e mais finos, nos distais cocurutos, como acrobatas do alto, indiferentes em face do infinito espaço imóvel, cujo silêncio imenso apavorara Pascal, e dançando baloiçadamente ao Sol o doce minuete mendelssohniano das brisas alegres e ágeis, vivendo no alto à custa das violentas adsorvências gloriosas das raízes possantes e activas, enterradas tentacularmente na negra lucarna do sob-solo infernal. Outros ainda, aguardavam na urna de Pérgamo dos botões primaveris, o surpreendente desabrochar de gentilíssimas florálias perfumadas para as grinaldas abrilinas, de colorações e olores de quintessência que coroam os poetas e os heróis nas frontes, e os santos na pedra das peanhas, em grácil esmaecimento de agonia malherbesiana ou no trono magno da Virgem murillina ou rafaélica, em coronas de ex-voto, nos nichos de Maio e nos altares extasiados. Outros entrelaçam-se e dão-se as mãos subtis em galerias e arcadas de triunfo nupcial harmonioso, como em parque de Watteau, num bailado abrilino de Musas, do irreal e delicadíssimo Sandra Botticelli ou de ninfas nuas aladas de gases vaporosas na carnação tremente, ou das Três-Graças fusiformes e esguias como ais de saudade, sob o olhar erótico dos Sátiros e dos Faunos caprinos e da efebia de Dionisos afrodisíaco e lânguido, voluptuosamente espreguiçando-se, na sombra olorosa dos eloendros em flor.

Toda a floresta silenciosa, secreta e clandestina, fechada e espessa, parecia enlanguescida por Eros ou por Deméter, poderosamente una e forte, no seu combate tentacular das raízes, como garras desvairadas e penetrantes através do sub-solo crostoso, na rebusca consciente da vida palpitante, no labor misterioso da metempsicose dos átomos, no terrível

vaivém das ascenções e descenções das seivas verdenegras e dos olores esparsos e sibilinos que a natureza-mãe espalha prodigiosamente, no seu perene latejar de miríades de assimilações e transmigrações gentilíssimas e surpreendentes.

A Deusa caminhava, solene e lenta como um personagem de palco, e eu ia preso na dobra do seu claro manto, que era mais claro que o Sol da Ática e que o vento ondulava majestàticamente.

O silêncio envolvera tudo na sua cortina de veludo cinzento das tardes cadaverosas e que tudo abafara, mòrbidamente: arbustos, florestas, montanhas dormentes como dorsos de larvas, colinas alvas, horizontes opalinos, oiteiros de carvão e vales verdenegros. As aves já moles pela ausência do Sol, já afundado na cisterna do poente, entaliscavam-se nas fendas das penedias solitárias para dormir, ou mergulhavam violentamente no imo do arvoredo plumoso, urna de cismas e de medos, de onde, pela noite alta, os noitibós e os bufos monotonizam no ar gélido o pingo cadenciado do seu pio funéreo, metronizando o tempo, terrìvelmente, minuto por minuto, hora por hora, como uma clépsidra de mau agoiro.

A Deusa conduzira-me até ao planalto esplendoroso, de onde, lá muito do acume, os olhos humanos, terrificados, podiam ver, em baixo, a clareira da Vida, sob a reflexão holofótica do grande Sol de melancolia que se escoava do céu vazio e mudo, esfinge azul, cuja cúpula metálica, opaca e parada, abruptamente cortava a visão do Infinito e do intransponível.

A rama harpejante da floresta suspendera o murmúrio wagneriano, a sinfonia dormente da ramaria, e apontando-me de frente o abismo iluminado pelo jorro de luz daquele grande Sol de melancolia, a Deusa disse:

— Eis ali a clareira da Vida, aonde os Homens dançam a grande Dança, a mágica dança, Citereia de batalhas sem fim, incessante revolutear de quadrilhas e rumbas, montanha movediça de dançarinos obstinados e delirantes.

Entre eles, no turbilhão daquela dança frenética e rodopiante, havia um efebo belo, justo e sensível, caído no chão e desprezado, e que os outros pizavam, e cujo corpo era mais branco, mais branco que os mármores de Paros.

— Ó Deusa ! Por Zeus, ó Deusa ! Quem é ? Quem é Ele, que tanto sofre caído no chão, e tem o corpo tão branco como os mármores de Paros, e é tão belo ou mais belo que o Apolo do Belvedere ? E tem a alma inflamada e radiosa como um pleno-Sol ? E são tão grandes as suas asas de anjo ou de águia que rojam no duro solo, doloridamente ! E ele sofre,

porque todos o pisam. E porque está caído no chão e parece estranho e acanhado na clareira da Vida? E não dança!

— Não sabe dançar.

— Por Deméter! E porque o pisam?

A Deusa disse:

— Porque ele não faz nada de útil.

— Ó divino Erectneu! Quem é?

— Em nome de Zeus te digo que não me lembro bem...

— Ó Deusa, ele tem uns olhos ardentes e carbunculosos, e uma alma radiosa como um pleno-Sol.

— Ah! Chama-se Poeta.

— Pois se ele é belo e divino como o doce Apolo, e tem uma alma radiosa como um pleno-Sol e não dança, nem sabe dançar na clareira rodopiante da Vida, porque não o salvas tu? Agarra-o...

A Deusa pôs-se nua até às ancas:

— Como? Como? Não vês?

Oh! Deuses inermes de todo o Eliseu e do Olimpo!

A Deusa não tinha braços.

Terrível, o *tohú-bohú* da Noite.

MENDES DE BRITO

Balada do Ano Bom de 1945

Todas as sombras estão paradas.
Estão caladas todas as vozes
na meia-noite triste.

Há um encontro de desejos mortos
e esperanças loucas
na meia-noite triste.

Será a presença do primeiro dia
ou surgirá o dia da ira
na meia-noite triste?

Terá cor de lágrimas ou tédio
a hora que nasce
na meia-noite triste?

E o destino do poeta à toa,
cuja infância não teve canções,
dentro do mundo que renasce
na meia-noite triste?

P O E M A

Eu te daria o poder sobre todos os ventos perdidos,
sobre todas as águas em ânsias,
sobre os navios sem rumo,
sobre as forças sem destino,
sobre todas as formas vagas eu te daria poder

Extinguirias a luz e o ritmo,
mas eu te daria o poder sobre todos os ventos perdidos,
sobre todas as águas em ansias,
sobre os navios sem rumo,
sobre as forças sem destino,
sobre todas as formas vagas eu te daria poder.

Extinguirias a luz e o ritmo
mas ficaria entre nós e o mundo
a distância que separa dos vivos os mortos...

Natal (Rio Grande do Norte).

(Do livro inédito: «POETA À TOA»).

A N T Ó N I O   P I N T O   D E   M E D E I R O S

TEATRO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E UM DRAMATURGO

«O teatro brasileiro não sugere e nem poderia sugerir a ninguém uma sensação de eternidade; pode ao contrário sugerir uma impressão oposta: de inexistência ou de morte. De inexistência: é o mais exacto.»

Encontra-se este juízo formulado num assaz interessante estudo sôbre *Literatura teatral*, inserto no primeiro volume do notável *Jornal de Crítica* de Álvaro Lins. A autoridade de quem o profere não nos permite duvidar da sua veracidade. E efectivamente, de acôrdo com as — bem poucas e bem espaçadas — notícias que chegam até nós, parece não existir um teatro brasileiro. Existem, sem dúvida, experiências e tentativas isoladas, achegas individuais para a criação desse teatro, a que se procura dar expressão nacional e projecção universal. Mas um autêntico teatro brasileiro — no sentido de movimento colectivo, congregando dramaturgos, actores e público (as três pedras angulares em que repousa o edifício teatral), canalizando fôrças diversas para um objectivo comum e transcendente —, eis o que não existe. Creio ser esta a luz a que deve interpretar-se o pensamento de Álvaro Lins.

Não se pode, pois, falar num «teatro brasileiro» — na acepção em que se fala de um teatro russo, americano ou francês (para só nos referirmos às três nações que, em matéria teatral, hoje caminham na vanguarda). O que há são tentativas — melhor ou pior logradas —; e, lamentàvelmente, quase todas desconhecidas entre nós.

Bem entendido: dos Oduvaldos Viana ou dos Luís Iglésias, não vale a pena falar. Eles são os artífices de um teatro de salão, superficial, inconsequente, essencialmente burguês, impessoal, alheio às preocupações e angústias do nosso tempo. Os próprios dramas históricos de um Magalhães Júnior — cujo *Disraeli* Amélia Rey-Colaço nos apresentou, com Raúl de Carvalho encarnando a figura do célebre estadista inglês — são desprovidos de interêsse, tanto histórico como dramático.

As únicas obras realmente significativas e importantes que hajam chegado ao conhecimento das nossas plateias, são as de Joracy Camargo. Um grande comediante brasileiro — Procópio Ferreira — trouxe amorosamente até nós os «vagabundos intelectualizados» de Joracy (pedindo emprestada a Eduardo Scarlatti a expressiva síntese que epigrafa um penetrante estudo sôbre o ilustre dramaturgo brasileiro). E vimo-los e ouvimo-los discorrer em tôrno de questões de flagrante interesse social, como habitantes do mundo do pensamento e das idéias, no palco do «Ginásio» e mais tarde no do «Avenida» — através das cenas de *Deus lhe pague...*, de *O Bôbo do Rei*, de *Maria Cachucha*. É pena que o nosso público não conheça — a não ser através do livro (e, portanto, não as conhece *teatralmente*) — as demais obras de Joracy Camargo: *O Burro*, *O Sábio*, ou, principalmente, essa curiosa moderna moralidade que é *O Neto de Deus* — síntese perfeita de todas as características do teatro do seu autor, a saber: poderosa fôrça dialéctica (prevalecendo mesmo, por vezes, sobre a sua fôrça dramática); conteúdo social que procura adaptar-se às exigências dos tempos que vivemos; transigência burguesa dos finais (que, por

via de regra, prejudicam a construção ideológica anterior).

Conhecemos, pois — do que vale a pena conhecer, — Joracy Camargo. E mais nada. Mas não haverá, realmente, mais nada? Será realmente este o panorama — tão desolador — do actual teatro brasileiro?

*

Sinceramente: — não o creio. Ao lado da excepção Joracy Camargo, outras excepções existem. No citado capítulo do *Jornal de Crítica,* Álvaro Lins fala das *Três tragédias à sombra da Cruz,* de Octávio de Faria, como tratando-se de «uma tentativa de literatura teatral realmente séria». Não conheço essa obra; mas uma conheço que não hesito em considerar como das certamente mais interessantes do inexistente teatro brasileiro. Refiro-me a *Rua Alegre, 12,* de Marques Rebêlo — espécie de parêntesis dramático na obra do romancista admirável de *Marafa,* — e é dela que pretendo ocupar-me mais demoradamente.

A originalidade da obra e o seu carácter tìpicamente brasileiro não ficam prejudicados pelo facto de, através das suas várias cenas, perpassarem diversas influências; mais concretamente: pelo facto de Pirandello — um dos três ou quatro pilares sôbre que assenta o teatro contemporâneo — estar, de um modo geral, presente em toda ela. É que o influxo do grande dramaturgo siciliano foi inteligentemente assimilado pelo dramaturgo brasileiro, que o traduziu numa linguagem inteiramente pessoal. Por essa via logra *Rua Alegre, 12* preencher o duplo requisito essencial às verdadeiras obras de arte: ser nacional pela forma, atingindo, pelo conteúdo, a mais larga universalidade.

O tema da peça é, com efeito, de raíz caracterìsticamente pirandelliana: o choque entre as aparências e a realidade, o conflito entre as formas e a vida. Marques Rebêlo podia, mesmo, ter dado à sua peça o título que outro poeta italiano moderno — Luigi Chiarelli — apôs à sua melhor obra: *La maschera e il volto.* Porque a história de *Rua Alegre, 12* é, no fundo, um pretexto — mas um pretexto todavia não desprovido de interêsse, como adiante se verá — para o dramaturgo pôr a nu as distâncias que os hábitos e as convenções sociais traçam entre a máscara e o rôsto. Um pretexto à semelhança do que sucede nas obras de Pirandello — onde a intriga em si mesma pouco ou nada vale (haverá assunto mais banal, mais simples, do que o — propositadamente assim querido pelo autor — dos *Seis personagens* ou de *Cada um de sua maneira*? — dois exemplos entre tantos outros). O que acima de tudo interessa é o desenho que o poeta levanta em torno e a partir dêsse dado inicial, são as repercussões humanas que do tema originário se desprendem, as sugestões filosóficas que dêle o dramaturgo extrai.

Daqui poderá concluir-se que, na peça de Marques Rebêlo, se concentra uma dualidade de tons, em que reside, afinal, a própria razão de ser da obra: Um, objectivo — consistente na anedota que serve de suporte aos três actos de *Rua Alegre, 12,* em si mesma considerada; outro, subjectivo — a construção filosófica erguida a partir dessa base. A peça comporta, assim — digamos: dois registos, duas graduações, nìtidamente separados (mais nìtidamente do que nas obras de Pirandello). Alternam as cenas em que cada um se mostra como é perante os outros, com as cenas em que cada um se mostra como é perante ele próprio. Este conceito da personalidade humana — bivalente, complexa e não-absoluta —, tão caro ao autor do *Henrique IV,* apoia-se em re-

centes teorias científicas — desde a psicanálise de Freud e a relatividade de Einstein.

Uma subtil poesia do quotidiano, em que a emoção e a ironia se fundem, e um lirismo realista denso de humor percorrem as cenas da peça de Marques Rebelo compostas na escala objectiva, atingindo a sua expressão mais perfeita na cena do jògo do lòto, que põe têrmo ao segundo acto. (Aquela poesia do quotidiano, aquele lirismo realista, aquele humor subtil que palpitam na obra de alguns dos mais significativos poetas brasileiros contemporâneos — um Manuel Bandeira, um Carlos Drummond de Andrade, um Ribeiro Couto —, e que derivam da grande Katherine Mansfield.) Sob esse aspecto, *Rua Alegre, 12* é uma pintura, deliciosa de observação e certa de traços e cores, da vida carioca — lembrando, por vezes, no seu ambiente familiar e doméstico, a célebre comédia americana *Life with Father,* de Howard Lindsay e Russell Crouse. Há o quer que seja de ao mesmo tempo terno e cómico — na sua simplicidade — neste retrato de uma família da classe média: é que — no dizer de Álvaro Lins — onde Marques Rebêlo melhor se realiza é ao «exprimir literàriamente a melancolia e o ridículo dos seres humanos».

As mesmas personagens intervenientes nessas cenas transitam, depois, para os breves intermédios que — numa hábil e sugestiva evolução do objectivo para o subjectivo, do social para o individual, do aparente para o real — constituem a parte sem dúvida mais curiosa da obra. Esta ganha, então, em universal o que perde em nacional.

Simplesmente, agora, essas personagens aparecem-nos tão só como almas, tombadas as máscaras impostas pelos hábitos sociais — numa dissecação de ideias e sentimentos que tem qualquer coisa (pelos seus processos) de psicanalítico. «É muito séria, muito dolorosa, esta história da vida nos obrigar a algumas traições» — diz uma das personagens. Mas todas essas traições, e tantas e tantas pequenas misérias, e tantos remotos e perturbantes sentimentos, e tantos desejos, e tantos apetites, e tantos ódios — tudo isso nasce, vive e morre dentro das paredes da alma, recalcado pela fôrça das conveniências, amachucado pelo medo. E as personagens não ousam trazer os seus sentimentos para a luz do sol; receiam confessar a si próprios os seus apetites, os seus escaldantes desejos; não arrancam de si a coragem para dizer as palavras que pensam... E os gritos da alma são abafados, cobertos pela voz das conveniências; e os ódios refervem subterrâneamente, mas não explodem, antes se projectam no mundo sensível, mascarados de sorrisos... A este respeito, as cenas entre «Barbosa» e «Clotilde» — marido e mulher gritando-se todo o desprezo que trazem dentro de si, toda a raiva de se sentirem amarrados, para sempre e sem remédio, um ao outro —, ou as entre «Cazuza» e «José» — em que os dois se dizem aquilo que nunca tiveram, nem terão, a coragem de se dizer —, devem registar-se como documentos humanos dotados de uma terrível vibração dramática. (Daqui não anda muito afastado o Eugene O'Neill do *Strange Interlude* — embora o tom das auto-explicações, das introspecções, seja, na peça brasileira, mais directo.)

Rua Alegre, 12, com os seus habitantes, cada um vivendo o seu conflito interior, adquire assim o valor e as proporções de um símbolo: é como um microcosmo, onde tudo — por ser humano — acusa a dedada inexorável do relativo. E — ao mesmo tempo — sente-se o pulsar, trágico e doloroso, de um outro drama: o das distâncias que medeiam entre os seres, que vão

de uma alma para outra. No final da peça, uma voz — a do marido que se suicidou — diz estas palavras: «Vida significa incompreensão. Ninguém nos compreende, não compreendemos ninguém. Acabamos por não compreendermos a nós mesmos, e as nossas vidas se aniquilam em lutas pequeninas e inglórias.» (Dir-se-ia um eco da voz de Tchekov, aquele Tchekov que, no dramático *Ivanov* — sua primeira peça em mais de um acto — pôs na bôca do protagonista a seguinte pungente afirmação: «Eu não o compreendo, nem você me compreende, nem nós nos compreendemos a nós mesmos...»)

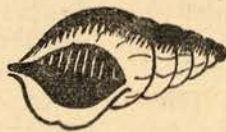
E a peça de Marques Rebêlo termina por uma cena simples, desadornada, mas muito humana e trágica nessa sua simplicidade. A casa vazia e nua, Guilhermina, a velha criada negra, acabando de a varrer, e lá fora o ruído de um automóvel que se põe em marcha. Os habitantes do número 12 da Rua Alegre mudam para outro bairro — mas levam consigo os seus eternos dramas íntimos, os seus sentimentos ocultos e inconfessados, os fantasmas do seu passado... E por sôbre tudo isto, irrefreável como as águas de uma enxurrada, a vida vai passando, vai passando sempre...

*

E eis, no que julgo serem as suas linhas essenciais *Rua Alegre, 12,* de Marques Rebêlo. É certo que o dramaturgo apenas focou problemas individuais e se preocupou com o drama de cada uma das personagens considerada isoladamente — quando o teatro moderno está voltando as suas atenções para o estudo dos grandes problemas colectivos. Mas isso em nada invalida o alcance artístico e até humano da sua obra — que é bem o espelho de um momento de tragédia e angústia na história da humanidade.

Pois esta obra não logrou ainda — que eu saiba — verticalização sôbre um palco! Entretanto — no Brasil como em Portugal — os empresários são os primeiros a queixar-se em público da falta de bons originais...

Janeiro — 1946.

L U I Z - F R A N C I S C O   R E B E L L O

NO CAIS

. . . .

Há gritos...
Apitos...
Sirenes tocando...
Rolando... rolando...
— tão negros, sem rumo —,
vão rolos de fumo,
que um vento,
violento,
arrasta no ar!...

Enlaçam-se os braços;
devoram-se as bocas,
num frenesi amargo, doloroso...
Os olhos que vão,
perdem-se de saudosos,
nos que ficam,
vítreos, pasmados...
Cegos pelo pranto,
que as imagens apaga,
— antecipada ausência...—,
Procuram fixar,
dizer,
a despedida amarga...

E as mãos desvairadas,
perdidas no espaço,
são gritos,
que as bocas exangues
não podem soltar...
São garras inúteis,
que o destino quebrou
e não conseguem prender
a vida que foge...

O navio
partiu...
levando tristezas,
nos porões sombrios...
Deixando saudades,
pelo cais; vazio
dos olhos chorosos,
que seguem ansiosos
o navio
...que partiu...

E o cais já deserto,
— para os indiferentes —,
continua ainda,
guardando,
evocando,
a tortura infinda
das almas ausentes,

que, longe ou perto,
não deixam de ver
e ouvir:

sirenes tocando,
gritos...
apitos...
nuvens de fumo,
— farrapos rolando,
tão negros, sem rumo —
soluços e ais
sempre a reviver
como se, uma vez mais,
a cada instante,
voltasse o navio,
já distante,
a partir
do cais...

E as mãos desvairadas,
pelo ar,
— garras que o Destino quebrou,
num sofrimento
doloroso e atroz —,
tentassem ir tão longe como o olhar,
— que afinal se cansou... —
Irem mais longe, ainda, desoladas,
ultrapassando, ansiadas,

a curva veloz
do pensamento...
Para de novo enlaçar
os corações que ficaram,
àqueles que embarcaram,
e lá vão, a chorar,
sobre o mar,
no navio
...que partiu...

A N T Ó N I O   C O N D E Ç A

Poema para a Mãe do Poeta

Mãe, este é o poema da minha compreensão
— das minhas líricas manhãs de adolescente
bêbado de sonho, de olhos mais além...

Mãe, este é o poema da minha compreensão...
Sei por que os teus cabelos embranqueceram precocemente,
sei por que o teu rosto aparenta mais idade,
sei por que os teus olhos perderam o brilho e a expressão...

Sei a razão de andares curvada, cabeça pendida para o chão,
e por que tremem as tuas mãos esguias...
Sei tudo, Mãe, e por isso
este é o poema da minha compreensão.

Sei os sacrifícios, que sulcaram o teu rosto
e embranqueceram os teus cabelos...
Sei as lágrimas choradas, que roubaram expressão ao teu olhar,
e a luta que alquebrou o teu corpo, Mãe...

Sei tudo, Mãe, e por isso
este é o poema da minha compreensão.

Mãe, não digas nada. Deixa que seja eu a adivinhar
por que razão embranqueceram os teus cabelos,
e os teus olhos pararam,
e o teu corpo se alquebrou, e tremem as tuas mãos...

Mãe, tanto te sacrificaste por mim!
Sei as noites passadas sem dormir à beira do meu leito de doente,
sei o trabalho árduo para me criares,
sei as jóias empenhadas ou vendidas,
sei o pão furtado à tua boca para que eu não sentisse fome...

Sei tudo, tudo, Mãe.
E por isso
este é o poema da minha compreensão.

(Do livro a sair do prélo: «MISSIVA»)

D A N I E L F I L I P E

Menino Longe

(CAPÍTULO DO ROMANCE: «COLÉGIO AMARELO»)

NÃO se conteve, como quereria continuar a conter-se, (orgulho que a si próprio se torna enigma, de menino fraco, filho único, amimado e sem-saber) quando o Pai disse ao Cónego-Director as palavras de encargo e contrato, a seu respeito: ali lho entregava... que o fizesse estudar, ser homem... vinha bem preparado, o exame do 1.° grau fora bonito... gostava de papéis e livros, mais que de turbulências e correrias... e, enfim, (Ricardo comovia-se: frémito na voz, cristal avivando os olhos...) pedia para ele (Zé Cunha, o terrìvelmente sensível, envergonhava-se como involuntário mendigo, em alguém «pedindo para ele»! Supunha-se mendigo de outro mendigo que nem lhe permitisse gastar fala: — «Dê-me um copo de água para este menino!» — ou: — «Reparem para este menino!» — Arrepio! Tom de mísero esfarrapado, mostrando os aleijões ou as chagas do filho; anzol para esmola, mais de enojados que nos querem longe, do que de benditos que nos queiram alívio), pedia para ele «benevolência dentro da justiça». O cónego, saciado de quotidianas entrevistas iguais, dizia e prometia o de sempre no franzir beiços de sempre, no badalar treinado da cabeça, fina e penteada de popa à frente.

Encontravam-se no salão de música (José verificaria, breve, não existir outro «salão», além do refeitório e para não se chamar assim aos austeros «estudos», aulas ou camaratas... Mas era uma das manhas daquele sacerdote esperto e escovado designar restritivamente o aposento de receber — arrumadíssimo, engrinaldado nos florões das molduras doiradas, em espelhos, adamado nas almofadas sobre cadeiras e sofás cheiinhos de carrapetas e rococós, no chaile em bico do piano, nos candeeiros, jarrinhas, retratos e encadernações, búzios e colunas estorcidas, — para as famílias dos alunos pressuporem, conhecedoras do *salão de música,* enfiadas de salões, a outros destinos votados). Essa era uma das suas muitas manhas, como tinha de contar-se-lhe entre as infalíveis habilidades conseguir que nenhum pai, mãe ou «encarregado de educação» bisbilhotasse, ao lançar no internato um educando, os dormitórios, a cozinha e as sentinas, — ranhos porquíssimos naquele nariz de cera composto, do salão, do escritório directorial, da sala de jantar e dos quartos individuais, ou para três, ou para quatro, dos discípulos mais caros, que as pos-

ses livravam da barafunda confusa das camaratas. E para os engeitadores bem intencionados dos pequenos não estranharem — parecerá impossível, mas nem os mais minuciosos estranhavam nunca! — a falta de amostra dos bastidores do casarão, levava-os aos balneários, impressionantes, polidos, belos. Mas ocultava o seu não funcionamento. Cenário apenas, nunca inaugurado, ignorava-se porquê, nunca avezara mesmo água nos canos. Ao sábado, havia as primitivas celhas; e, como a sua utilização era voluntária, só alguns dos «*grandes*» davam, com regularidade, maior trabalho de despejos aos fétidos serventes, de blusa xadrês azul e branca, comuns à feitura atamancada das camas e ao apresentar das travessas imutáveis de feijão nas mesas, sem esquisitices de lavarem as mãos entretanto.

Encontravam-se, pois, no salão arrebicado, vistoso. Fim da tarde de Outubro; sol aparecido com atraso, depois da chuva de todo o dia, acompanhante certo das despedidas lacrimosas de Mãe, Madrinha e pessoal da quinta, na madrugada de engulhos, à beira do «char-à-bancs» exilador, e, já na cidade, também coerente melancolia da levada até ao casão amarelo, rodeado de mimosas fustigadas e coriáceas piteiras. O romper maior dos soluços em Zé Cunha deu-se quando o Pai se voltou todo para ele, a disfarçar-se nos pigarros, para lhe acentuar — saibo de blasfémia! — que o homem seco, sorridente e misterioso, faria papel, para o futuro, de Família, para desabafos, pedidos, dádivas de educação e do precisado. Que se lhe dirigisse... O padre assentia, meloso. José sentiu que nunca lhe pediria nada, nunca se lhe confiaria, sempre havia de desconhecê-lo. O paralelo com as afeições, substituídas, na cruel fórmula, por esse vulto, doeu-lhe como nada até aí! O desespero amolgou Ricardo; de repente, esquecendo o terceiro, franqueou-lhe: — «Não queres ficar, meu Filhinho? —». Dos maiores estoicismos, em toda a vida insaciada de José, foi ter coragem para responder, no meio de arrancos e lutos da alminha pisada: — «Fico.» — Como um caixão pesado, homens levavam a grande mala pelas escadas acima, para sotão. Um *prefeito*, magro, assomou à porta, retirando logo, discreto. Ricardo Cunha pôs-se em autêntica fuga, após um beijo e um abraço que o atontaram de modo a ser mudo no «shake-hands» ao director e não permitir a este a cortezia de acompanhá-lo até ao limite da cerca. A porta do guarda-vento vibrou. O cónego teve um movimento para segui-lo, mas ele corria, como cobarde responsável, de boa fé... José Cunha ouviu ou cuidou ouvir a chicotada no «Tip-Top» e as rodas, longe-mais-longe, do carro. A chicotada dir-se-ia quebrar, de golpe, a ligação tenra e terna com o seu mundo terno e tenro. O rodado, a sumir-se em som, britava areias e fibras do coração mais pequenino de todo esse pequenino mundo. Marcavam-se, no ante-crepúsculo, três letras

dum vago mas doridíssimo FIM. Morria alguma coisa, mais depressa do que morria a tarde!...

Uma sineta estremeceu, rouca e próxima. O garoto, sem abrir parêntesis na grande mágoa com a estapafúrdia ninharia, oriunda da sua mania estética pelos brunidos e areados, calculou-a (depois, veria não se enganar) feia de verdete, azebrada. A intimação do director perdera meiguices falsas, agora que Ricardo Cunha já tinha desaparecido:

— «Vá lavar as mãos, arranjar-se. É o primeiro sinal para o jantar.» —

José transpôs a porta. Datou de então o seu andar curvado, de velho precoce. O cónego Almada ficou a ageitar, aos sopapinhos femininos, um almofadão com libélulas bordadas.

Frente a um dos quatro lavatórios reles do grande dormitório, onde só a cama do prefeito magro e pálido se salientava, em arrumo, da muxagata duvidosa dos outros leitos pobres, atabalhoados, Zé Cunha esperou o seu lugar. A maioria dos educandos era de pretos e mulatos, pensionistas cómodos, sem vigias na metrópole e cujas mesadas chegavam das remotas Áfricas, desacompanhadas de encargos especiais ou pedidos de informação. Ele nunca vira negros. Esgazeou-o um terror, consubstanciando na novidade dos monstros mal cheirosos, rutilantes de dentições claríssimas, a noção infantil dos diabitos do Inferno, torrados, péssimos, a rirem dos tormentos! Deu conta de a sua cama — identificada pela manta felpuda verde-azul, mandada pela Mãe cuidadosa, em sobrecelente para hipóteses de frio — calhar entre a de um mulatão vigoroso, popular por isso segundo se notava, e a do preto mais medonho de escuridão: o «Tota», como ouvia chamarem-no. Este lavou-se antes dele (inútil cuidado, pensava José, olhando-o de fuligem após o sabão...) e, por trocista maldade, piscando o olho de icterícia aos outros, que se riam às fungadelas, não deixou pinga de água à utilização do novo companheiro. Primeiro romper de hostilidades para a série de derrotas e de abafamentos que duraria um ano lectivo, azedo e lento, salgado de choros, debilitante de fastios, incurável para sempre!

Aos tropeções, às canchas no corrimão, num cavalão estrondear de brochas nas tábuas,—que uns «*chíus!*» repreensivos de outro prefeito, este com barba anteriana e olhos claros, coarctavam, para trégua fugaz, no primeiro piso (o dos quartos individuais, de três, e de quatro) — a malta estapafúrdia voava a aproveitar minutos de ar livre antes da sinetada para a

refeição. Atrás, devagar, perdido, desprezado e já sem norte, desceu Zé Cunha. Passando pelo homem, ouviu-o:

— «É o novo aluno?» —

Achou desnecessário responder.

— «Então, não se cumprimenta?!» — Nada. — O *senhor* é mudo?» —

Pela primeira vez lhe chamavam «o senhor»... Os seus nove anos valiam-lhe para todos, até aí, a amorável e protegida designação de Menino. A diferente temperatura de mimo das duas qualidades sintetizou-lhe o gelo da mudança, de *sua* Casa para aquela. Chorou mais; chorou muito alto. — «Estamos bem servidos!» — ironizou o homenzarrão louro para estudantes dos mais velhos, que passavam, correctos e engraxados, saudando-o: — «Boa tarde, senhor doutor!» —

Assim cumprimentavam o Pai, lá na aldeia, o feitor Paulino e os demais. Nada, nada o rodeava, em formas ou sons, que escapasse à sina de gravame para a aguda saudade. O corrimão, um bengaleiro, o relento de comida vindo do rés-do-chão... Àquela hora, Mãe e Madrinha chorariam. A Maria Bárbara embarraria, como sempre, no bengaleiro, antes de virar à escada, enclavinhar inseguro das mãos no corrimão, para lhes levar à «Sala de cima» a notícia, desprezada, de encontrar-se pronto o jantar, bem como o correlativo alvitre de ser mais prudente não esperarem pelo senhor doutor para comerem. Olhando-as em pranto, rebuscaria consôlo e contagiar-se-ia também... O Menino estava longe. Longe daquele ninho, dentro dum covil estranho — onde o Pai o deixara «para o fazer homem...» e onde a velha não calculava, decerto, que o chamassem «senhor», coitadito!, nem que vivessem pretos e um barbaças temìvelmente chamado Leão.

— «Vá! Ou sobe ou desce! Aqui é que não tem nada que cheirar!» —

Descer custa menos. Só por isto o pequeno tomou o rumo dos outros; e sentou-se num banco, ao canto, desatento ao jogo misterioso em que, com violência, os rapazes brancos e os monstros escuros se empenhavam. Apenas soube, desde logo, que nunca a sua repugnância medrosa lhe permitiria brincar com os demónios! Soluçava, fatigado, de olhos quase sêcos. Uma bola, enlameada, acertou-lhe em cheio; não se mexeu: estimaria imenso que o matassem.

As miradas de todos, durante a desconsolada refeição (cada uma das quatro enormes mesas encabeçada, nos dois extremos, por dois regen-

tes de estudos, vigilantes, ou alunos aplicados, do 7.°, que iam receber aulas ao Liceu) dividiam-se em trocistas e desinteressadas. À esquerda, servindo-se antes dele, ficou a pérfida escuridão de «Tota»; e o fastio do mártir quase deu graças íntimas a Deus pela voracidade com que o negralhoz rapava de todo as travessas enormes, de ferro esmaltado ou barro refractário, que os imundos criados punham, de rompante, com comida amossegada, fétida, destinada às bocas de seis rapazes, cada, e, afinal, as do grupo onde ficou, limpas só por cinco: todos menos ele — último. O vizinho da direita — menino da sua idade, mas inacreditàvelmente loução, — encetava outra, pertinente a outra meia dúzia. Riam-se à socapa, da engraçada continuação que ia tendo a partida do preto relativa à água do jarro... Zé Cunha pensava que não morreria à fome, embora lhe deixassem, sempre, apenas o caldo, difícil de usurpação por distribuído em pratos individuais: trouxera, em baùzinho de folha, acondicionado pela Maria Bárbara, marmelada, biscoitos — dos chamados «matrafões», duros e duradoiros —, bolachas, ovos para tomar-lhe as gemas com açúcar, ou mandar mexer, na cozinha. Além disso, o Pai autorizara a confeitaria da Praça das Freiras, donde se sortia e ficava perto do Colégio, a fornecer o «menino José» de tudo quanto a este apetecesse. Não morreria de fome, ainda que o «Tota» não lhe deixasse migalha nas travessas ou terrinas; ainda que o nojo daquilo tudo o abandonasse um dia, para lhe dar tréguas de condescendente apetite.

O cónego Almada entrou, no lavado e escovado ar destacadíssimo, orientando-se, rápido, à mesinha do ângulo, só para ele, florida por um solitário. Rumor de onda brava, do levante geral, disciplinado. Excepção: Zé Cunha. Os chefes da sua mesa desesperavam sinais: que se erguesse! O miúdo da direita bateu-lhe uma cotovelada de camaradagem. Inútil! Almada visou-o, um segundo ou dois; esgar de compreensiva tolerância à má educação embezerrada; confiança de os seus métodos poderem curar-lha... (Tudo num sorriso de dois segundos, o máximo!). Depois, benzeu-se e entrou de comer, pleno de delicadezas, o linguado pelado e o puré de batata da sua invejada dieta especial. Os dois homens das cabeceiras mimavam ameaças, assombros: — «Parece impossível!» — murmuravam. Os rapazes, com alternativa servil, olhavam para eles, para o director — os postados de frente — e para o pequenito. Este não via senão o prato, escodeado no rebordo, vazio. Lembrava-se da linda loiça de sua casa: grinalda de amoras — Que cores doces! Por enganchar de ideias, a saudade trouxe-lhe ecos duma doce cantiga que a Princepelina sabia e cantava:

«Ó minha amora madura,
diz-me quem te *amadurou*.
Foi o sol e a geada
e o calor que ela apanhou.»

Amava principalmente a recordação que embonecava a melodia: Princepelina encharcada, ceguinha da molha, passando à vista da janela, na estrada, em tarde feroz de Outono, depois de recolhido o vinho e as maçãs (o sujo criado jogava-lhe ao lado a cesta da fruta, verde ou seca). Ocorriam-lhe pormenores. Havia oito dias que sòmente parava a chuva quando as nuvens imaginavam que nenhum mortal andasse na rua ou nos campos e até o Emídio, encarregado das malas da correspondência postal para o comboio, se acoitasse em alguma gruta dos cantoneiros. Mas a chuva não é — e isto enraivece-a! — poderosa o bastante para vencer a precisão de os camponezes acarretarem esterco para a terra voraz. E, já não sabia quantas vezes, chegara à sua clausura de timorato de constipações o côro resistente das moças que andavam no trabalho do Visconde, venturosas e pobres. A mesma cantiga da Princepelina... Sumiam-se as vozes, triunfadoras da chuva, que gelava mais, depois. Gabriela remexia os gravetos de vides na brazeira temporã. E o filho, sentia-a envelhecer — com a alma feita assim borralho de mais um verão que a queimara e que, após queimá-la, morrera como os outros morreram, como todos hão-de morrer, como tudo morre.

Lá voltava Princepelina novamente, a dilacerá-lo — mas a dar tepidez à chuva:

«...e o calor que ela apanhou
Debaixo da silveirinha.
— Ó minha amora madura,
minha amora madurinha!...»

«Tota» arrotou. Zé Cunha estremeceu. Os contíguos disfarçaram risadas. O prefeito magro franziu a boca sem beiços, em «*chiu*»!

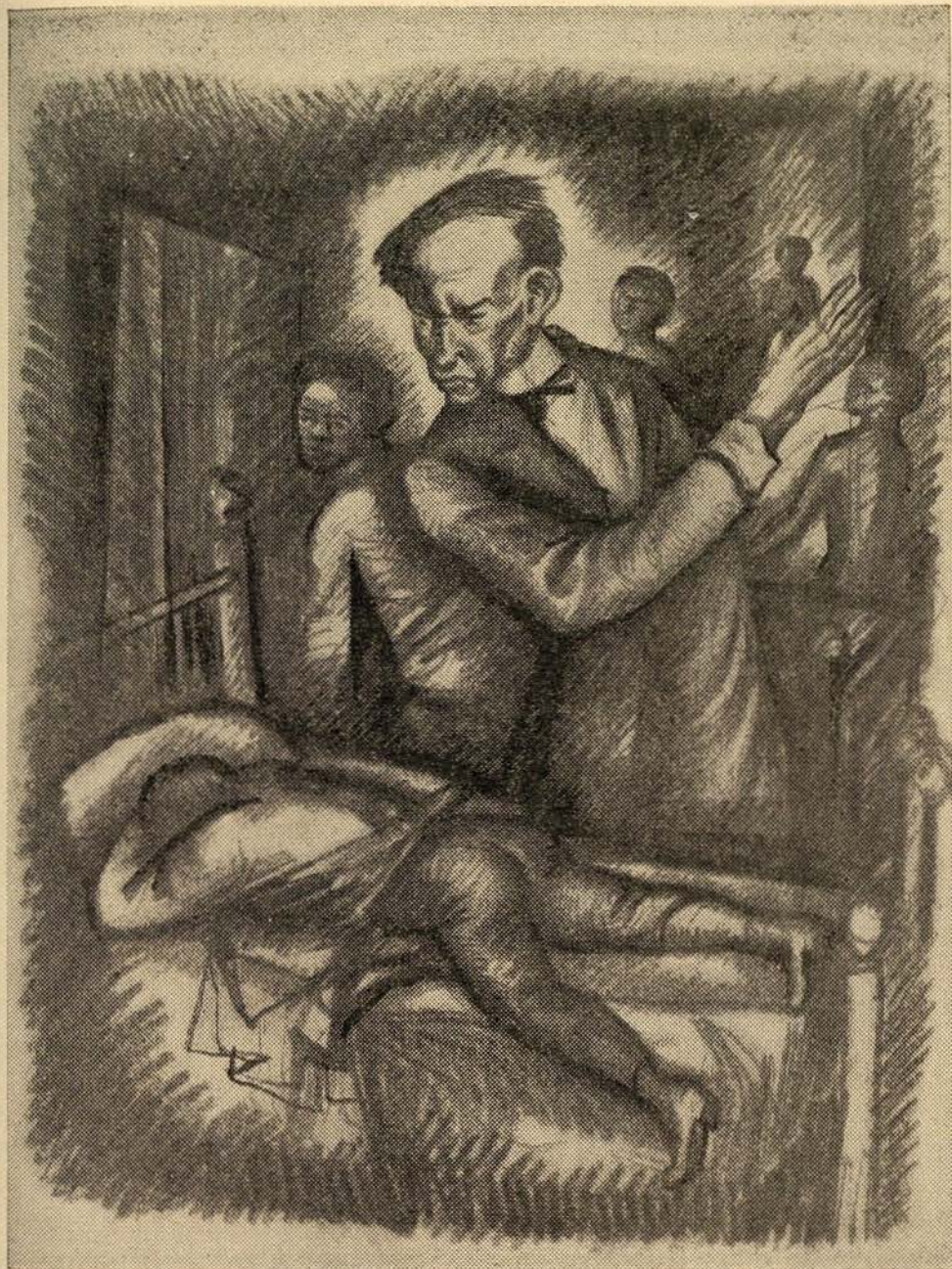
Aquela gente ergueu-se, enfim, dos lugares. Adivinhava-se na mais jovem ou menos açaimada por génio nato e regime, o insofrido impulso de correr à desfilada para as portas, quando tinha de esboçar, antes, nas caras e nos peitos, a persignação formalista do agradecimento a Deus pelo sustento material mais uma vez concedido. José foi dos poucos que efectivamente rezaram; mas não deu graças pela sopa e pela maçã: pediu ao seu Anjo da Guarda e ao «Santo do seu nome» — invocação aprendida

desde a Primeira Comunhão — que lhe tomassem em «desconto dos seus inúmeros e enormes pecados» o quanto padecia. A sua oração demorou mais do que as outras, hipotéticas ou, com certeza, não idênticas, porque ninguém parecia padecer assim, muito! O sinal da Cruz, traçado em fecho, já só foi assistido — embora talvez não reparado — pelo cónego Almada, a quem um dos criados ia servindo frango corado, com arroz de manteiga... Pela porta se esgueirou, dorido, curvo, hesitante. Para as bandas do claustro, estrondeava grande vozear de brincadeira. Encontrou, antes da saída, a escada dos dormitórios; subiu-a. As lágrimas corriam pelas faces abaixo, mornices de saudade. Pensou em o Pai dever já ter chegado a casa. Calculou-lhe a resposta comprometida de comoção a interrogações, mudas ou entarameladas, das duas senhoras: — «Lá ficou. Está bem. Perguntei-lhe se queria vir; coitadinho, disse que não, com muita coragem.» — Elas soluçariam com mais altos gemidos. E Maria Bárbara, que teria parado na tarefa de servir a anormal ceia, soltaria um suspiro rijo, para logo derivar heròicamente: — «Façam favor de comer, que são horas e mais do que horas. As coisas requentadas perdem o «peladar». Andem...» — O gato miaria. A governante resmungaria contra. E a Mãe, tremendamente sentimental, havia de atribuir ao *Alepo* comparticipação inteligente nas lembranças voando aonde o Menino! Cerrara-se a noite, mas a camarata definia ainda em claridade os pertences, numa indigência luarenta devida às seis vidraças porcas, por onde passavam vestígios de reverberos eléctricos: luz fantasma, distante, pálida... José cismou no candeeiro de petróleo, com depósito verde cujo enchimento a abelhinha nervosa e arranjada, que era sua Mãe, não endossava a quem quer, assim como o aparar ou o substituir das torcidas; existia até, num escano umbroso da *cozinha velha*, — simples e fresco corredor de passagem, desde que se construíra o acrescente da casa — um armário baixo, com dois largos e fundos gavetões, albergues de trapices e ferralhagens na inactividade, muito simpáticos à curiosidade dos pequenos em horas de chuvisco ou calor proibitivos, — a que a gíria doméstica chamava a *mesa dos candeeiros*. Para obedecer a uma iniciação pueril de aldeão ante um dos requintes que a selecta de leituras apelidava «conquistas da ciência», chegou ao interruptor, abriu-o... e logo o fechou, em taquicardia do medo de alguém o encontrar ali, denunciado pelas lâmpadas acesas, quando o silêncio caído há instantes sobre o casarão lhe indicava ter começado o *estudo da noite*, de que o director tivera tempo para falar a Ricardo, ao dar-lhe nota do horário adoptado no internato. Decidira não aparecer nesse misterioso *estudo* (após o qual, serviam «o chá») e, para a falta, achara *truc*: simularia dormir, vestido, em cima da colcha, se o procurassem.

Tal premeditação, — ao modo do que cabia em sorte a todas as ideias e intenções dos seus miolos trabalhadores — mostrava, para a face repousante da matreirice esperta, o avêsso inquietador de consequências desde logo previstas em lonjura ; pensou que nunca aprendera a bem vestir-se, nem a perícia recôndita de lavar conscienciosamente os ouvidos, nem o abrir da risca no cabelo estacado (contrário de às ondas)... O mesmo exclusivismo, carecido de confiança nos dotes alheios, que levava a frenética Mamã a não confiar de outrem o amanho delicado, um pouco maníaco, — no estilo do fabrico da cola pela resina... — das luzes, incumbia-a, só a ela, de assear e vestir, ainda aos 9 anos já feitos, aquele filho único, tão pouco mudado aos seus olhos desde a ama, que o apartamento para o Colégio do Calvário — etiqueta de agoiro ! — lhe cavava remorsos e espantos vagamente parentes do expô-lo na Roda da Misericórdia, nuzinho, indefeso !...

Mais com este temor moinhento do que com a vista — porque a claridade exterior não dava para detalhes —, Zé Cunha reparava para a gabardine escura, as meias altas tapando sem elegância as pernas muito para cima do encoberto pelos calções do fatinho novo, à inglesa, odioso por o haver talhado, naquela cidade de exílio, o alfaiate do Pai, (Luís Gaspar, nas Escadinhas da Cadeia, com uma tesoura aberta, insígnia do estabelecimento) e só estreado no dia mais triste da sua vida, — enquanto as outras roupas, dormentes na mala, as tinham confeccionado, ou o Antero, lá de Melcate, ou as mãos cariciosas das duas Senhoras, em tardes de labor costureiro importante, na sala de cima... Com esses atavios menos novos, girara nas carreiras da quinta, jogara a bola para a Princepelina se espantar (vagamente lhe palpitava o esta nunca ter pagado o devido valor de admiração aos pontapés com dedicatória, nem às vertigens do tricicle nas ladeiras...), e se roçara, capcioso, pelos vestidos da Ritinha, da Heloísa... Por tudo lhes queria bem, tanto, quanto mal queria ao fato cintado, vestido apenas para as *provas* na terra madrasta e, pronto, para fugir, da pior vontade, a tantos encantos. Deu conta de suar ; aquilatou-se entroixado em camisolas, agazalhos dificílimos de pôr ou tirar, manejáveis sòmente pela santa sabedoria das mãos que, receosas do frio no peito susceptível, lhas tinham enfiado pela cabeça e esticado em cima do busto, na madrugada que parecia afundada na história dum pesadelo e, afinal, fora cruelmente rés-do-dia passado, na realidade ! (Lágrimas. Lágrimas. Borco na cama dura. Desistência de remexer na mala, companheira muda ; medo de estoirar à saudade que de lá extraísse pegada ao mínimo lenço !... Os mimos de comer : marmelada, bolachas, forminhas de maisena, fresca e branca de mármore doce, — apanhariam bolor, pela mesma cobardia sen-

timental; os ovos apodreceriam; mas ele também não podia arriscar-se a desencaixar o aloquete do baùzinho. A Madrinha, em sucessivos ensaios adestrara-o: — «Vês como se abre isto? Olha. — Estalido, *tec*, do engenho. — «Não custa nada. Ora faze lá.» — *Tec*. Sabia. Sabia... mas agora, no desterro, não queria, não podia.) Se a Mamã tivesse ministrado lições também, para a barafunda de abotoar os bibes nas costas, espetar as medalhinhas religiosas e a figa na camisola de dentro (como era supersticioso, não podia supor-se sem aqueles amparos transcendentes; e como não sabia desprgá-los e pregá-los, futurava nunca conseguir trocar por outra, sem mácula, aquela cataplasma que a transpiração lhe dava às costas), e lavrar com o pente o cabelo refrigerantemente molhado, — pouparia um cuidado que, por mais cisquento do que os outros, nem por isso era menos aguçado e capaz de vexatórios resultados. Ele bem tinha reparado na habilidade fácil com que os companheiros — a quem estava certo de nunca requerer auxílio bem sucedido para as difíceis «toilettes» — anediavam o penteado (os pretos não necessitavam de tentá-lo, por sorte da estranha lã, rente e frisada, que ele, de cómoda, considerava boa característica) e, três, que visse, apertavam sem desastre o tubo de pasta branca ou vermelha (sempre no interesse da COR, fantasiava esta mais gostosa) sobre a escova de esfregar os dentes. Ele bem tinha reparado... E conhecia-se desageitado para tais manobras. Tinha as mãos «*topinhas*», troçava Maria Bárbara quando partia um pires ou não alcançava construir um rodeiro de corcódea para um carrinho, enquanto o Ayres e o João fabricavam ràpidamente os seus. A ausência de vocação manual arrastou-lhe ao medo de tudo a sua aversão ao desenho; e, com esta, veio a da aritmética. O nada que, para o 1.º exame, — brilhantismo, cria-se que sem precedentes no meiozinho, áspero em famintas rivalidades, das mestras primárias habilitadoras, levando rapazitos ao júri de Sabugosa — fizera por aprender da árida matéria, contas e problemas, oferecera-o, com dedicatória da sua gratidão homenageadora, à paciência, santa tanto mais que sem mel de mimalhices e lirismos, da Madrinha, dotada para os conhecimentos exactos como para a abnegação mais total a ele e aos Pais, nem sequer parentes dela mas já instituídos herdeiros por testamento da Senhora solteira, sem consanguíneos de recta sucessão forçada, *apenas* ligada à esposa de Ricardo Cunha (e, logo, a este e ao filho sobrevindo) pela coabitação de uma vida inteira, desde que a madrinha comum às duas, morta sem descendência, entre elas repartira, por disposição voluntária, a grande casa de Melcate. Ricardo casara em 1908, no mês do Regicídio. Filho mais velho da última morgada assim continuada a respeitar-se na região indiferente às abolições liberais, entrara na carreira diplomática;

valsara em Viena e São Petersburgo, escapara à febre amarela do Rio e já havia esbandalhado despreocupadamente a fortuna quando, numas férias imprevistas, reparou em Gabriela Reiriz, sua parente próxima, nunca saída da Província, mas linda, sagaz e educada o bastante (sem o saber ou divertindo-se em não o mostrar) para safar-lhe do ânimo, até aí tão fútil, rabiscos leves de austríacas, brasileiras, russas, — talvez circassianas e peruvianas, como nos «Sinos de Corneville»... Quando implantaram a República, viu-se demitido. Desta medida, ganhou Melcate o mal-iniciado lavrador, com hábitos de elegância pouco a pouco bambeados nas vigias dos vinhedos, nas lutas com limítrofes rurais, freimosos em mudarem-lhe os marcos das fazendas, por convictos — mas, breve, desenganados — de tal senhor, enfrascado de Colónia e cheiroso de charuto, não perceber nada de burlatas em cuja aprendizagem, a eles, tinham nascido os dentes. Surpreendidos pela força do adversário, perigoso e educado, ex-pródigo volvido administrador tenaz, capacíssimo de cerceamentos se os visse úteis, — logo a facção dos impotentes para roubarem-no envazou com os pés--frescos aos quais o Cinco de Outubro pegara asas de Mercúrios, emparceirando joguinhos contra o «talassa», abocanhando a fraternidade íntegra das Senhoras, gravando miseráveis escorrices de insultos, a canivete, nos eucaliptos da «Feira». Ricardo, impertubável, civilizado ainda que já afeito a colarinhos sem goma e jantares sem mudança de andaina, desprezou empregar uma palavra exaltada sequer no chicotear de raivas à canalha ; preferiu ir socando esborrachantemente, um por um e sem escândalo plebeu, os mais potentes ou menos desgraçados dos pulhas: o «Flautas», o Jaime Ferraz — que tentara namoriscar-lhe uma Irmã, Elsa, e do repúdio nunca se curara —, o Ernesto *Mirra,* a esperá-lo, pelo anoitecer, de pistolão, grotescamente derreado a guarda-chuva... Ricardo Cunha gozava com discrição as equimoses atribuídas, sem crédito de ninguém, a quedas, desastres... Se algum, hipócrita ou semeador de cautelosa reconciliação, se desvergonhava a cumprimentá-lo, chapéu ou boné fora, dias sobre a surra, respondia, à guisa de nada os ter contraposto. E isto, por sóbrio e impecável de estilo, abatia tantos ímpetos de carqueijeiro, esgaçava tantos rasgões no grosseiro burel de espíritos sem travão nem rebuço, imunizava e impunha tanto o excepcional cavalheiro, — que umas eleições, manobradas em diletantismo e experiência, triunfaram limpamente, em proveito da lista conservadora (Dr. Luís Ferreira, Visconde do Banho..., para Senadores), servida mais no gesto de quem apalpa os próprios *biceps,* do que quem francamente confia em remendos minoritários... Tratava-se, acima de tudo, de tornar inútil a padelada de guisado aos eleitores do recém-jacobino Ferraz, antes progressista. O carneiro foi comido

em derrota. Ricardo sorriu e, desportivamente, esqueceu-se de entrar em futuras tricas.

O próprio condão de *desorientar* presenteou-o gradualmente com quinhão do respeito votado por aquele povo, no fundo desde sempre, aos Reirizes ; e foi com os da Junta — convencidos de «bons republicanos»... — pedir ao Bispo um Padre, quando o de lá morreu e não foi substituído logo. Ajudava-o o viver em solar com capela anexa e janelas vetustamente bonitas ; o encontrar sempre no bolso uns centavos para atirar da varanda aos pequenos que vinham da escola ou iam com as ovelhas ; o ter tirado um curso — e o não ter vivido sempre na terra. (Matrizava isto como o maior prestígio, ao conceito aldeão: quem não sai da terra, seja titular ou brasileiro, se não se diferencia, não tem «mistério», não interessa, por igual ; é preciso, aos beirões, causar sempre inveja e, de quando em vez, *fazer-lhes falta,* para que nos bem-queiram). Eis o que o aproximava, por certos ângulos de personalidade distanciadora do vulgo, (nela, secura a descoberto — de quem se conhecia descendente duma açafata real ; nele, risonha frieza que, por complacente, não cortava menos veleidades de convívios) mais de Dona Maria da Graça — a «Senhora solteira», madrinha como segunda Mãe de José —, do que da Esposa, emotiva, popular, e, em tudo o que a interessava, uma precipitada, uma repentina, coração pertinho da boca, de quem Zé Cunha, disciplinado embora pela dissimulação diplomática ou determinadamente hostil, legado paterno, — herdaria a irremediável *fantasia,* geradora do efeito nocivo duma luneta de forte graduação a um indivíduo de esplêndida vista: não lhe deixar a menor nitidez de visão, tudo lhe esfumaçar, tudo lhe diluir... Cansando-o até de maneira tão paralela à da luneta ao tal sujeito da comparação, — que às vezes lhe deixava os olhos vermelhos, molhados... (Só assim e então principiava a ver claro ; mas, após curto intervalo, nova cegueira !)

Donde (José começava a adormecer, simultâneamente satisfeito e admirado de ninguém andar a procurá-lo, em severo jogo das escondidas)... donde a Madrinha perceber muito de aritmética, enquanto a Mãe compreendia melhor, como ele, o dividir das orações nos textos interessantes, as inflexões precisas para ler, as gracinhas dos gatos pequenos, a beleza do sol a nascer e dos marmeleiros ou pessegueiros floridos... Donde o martirizarem-se os dois em desgostos e saudades gigantes, nascidos de coisas, para os outros dois, sem sequer o casulo duma contrariedade ou com o aceno apenas — «até amanhã !»—de vistas enxutas «até à vista...» Donde aquela espevitada e subitânea lembrança, a arder no prólogo do sono, da sua cama antiga, tão bonita, tão lembradora dos Morgados de Freixoso, Avós, de tradição por ele preferida — e, em engraçado capricho

das genealogias — bem reviventes na D. Gabriela, cujo homem, sem parecenças tão flagrantes, era quem, direitinhamente, escrevia o nome na folha mais a prumo da boa cepa. (Depois, inscrevia-se Zé Cunha, recuperador nítido, ao que escutava de velhos, do feitio e dos trejeitos desse ramo). Um grande orgulho lhe definiu indigno de si o catre onde chorava e enfiava memórias umas nas outras, esticando a sua pouca idade até ao princípio e ao fim do Mundo! Desprezaria! Desprezaria! Nunca daria satisfação a nenhum desses estranhos, as palmatoadas não passariam das palmas das suas mãos; nas casas dos Seus, em idos tempos, antepassados do padre-director, do prefeito magro, do das barbas, de outros, teriam comido na cozinha, «balsado» os cachos no lagar, matado os porcos ou catado as pulgas aos cães. Mais remotas ainda, avós do «Tota» haveriam penado chicotadas, escravas sem jus, a punho de Capitães onde corria sangue hoje seu — enquanto, no negro, corria algum do que escapara de esguichar, no morder das correadas. Aquele menino prasenteiro, à sua direita na mesa, era bonito como certos criados de mesa e barbeiros... Ele — era feio, triste, fraco... mas chamava-se José Reiriz da Cunha, podendo encadear muitas dezenas de apelidos, livres dos borrões de lacaios e selvagens. — Que lhe importava ser professor de aritmética e desenho o próprio cónego Almada? Desprezaria... Desprezaria...

Meio acordou com as abanadelas frouxas (— «Vá... Vamos a despir!») de quem as gretas das pálpebras, (despegadas com esforço e fingimento, para logo se doerem ao brilho das lâmpadas sem resguardo, trazidas a pique, do tecto de estuque, pelos fios condutores) lhe revelaram como em pesadelo banal, ser o vigilante esquálido, empenhando-se em que ele se metesse entre os lençóis, enquanto os rapazes, já nas camas, — a tentativa certamente durava há um bocado — suspendiam, com curiosidade divertida, a engrolada oração da noite, para ver a cena. — «*Pst*... Faça favor... (Empurrões cadenciados, a modos de rolar, para cá e para lá). Onde tem o seu pijama? Ouça! — » Uns malandretes riam... Humorizavam: — «Isso sim!? Está ferrado no sono! Talvez regando-o com o jarro...» — A voz rachada, às fífias, repreendia: — «Os senhores calem-se! Senão castigo todos!» — Nervoso, suputando-se fulcro com seu quê de ridículo no frustrar das intenções despertadoras, bateu com força — a sua mesquinha força de anémico sub-alimentado — no cachaço de José. *Tota* expandiu, imparàvelmente graçoleiro: — «Ora, nem mais!... Assim com uns *caldinhos*, o emplastro há-de bulir!» — Gargalhada unânime. Mas o fracote do homem perdia a cabeça, desembestava! A costa-de-mão ossuda, contundente, apanhou as gengivas do negro, deixou-as a raiar sangue, que ficaram a babar no bacio durante as epilepsias da investida

retomada para com Zé Cunha. A nuca, os ombros, as nádegas, a espinha, — o pequeno virara-se para baixo; fincava os dentes na almofada de folhelho —, massacrava-os a dextra.

O folhelho da fronha estalicava, rilhado! Não importavam dores e nódoas. Magoava como pez a ferver vertendo em pústulas vivas sentir aquele esfaimado vingar-se, sem dúvida, de subalternidades e desdéns, em murros de amassadouro sobre uma criança, uma criança que ia recordando, aos safanões do cobardinho, o exagerado temor dedicado pelos seus às «pancadas na cabeça», reforçado por exemplos, em conversas pessimistas, de pessoas que tinham caído fulminadas ou criado tumores ou endoidecido por via de traumatismos... quedas... agressões...

A porta abriu-se. Era o das barbas, atraído pela balbúrdia, vindo do dormitório onde assistia, — mais plácido, como ele: o dos «*maiores*», — a inquirir:

— «Que se passa aqui, ó Clementino?» — (Chamava-se grotescamente Clementino, ainda por cima, o reles carrasco, divagava José...)

— «An?...» — Adivinhava-se estafado, às bagadas de suor. E em vaga subserviência, mais composto, à presença do colega, por mais antigo, mais categorizado, quando não simplesmente por mais robusto e céptico. — «É este *novo*, que adormeceu vestido. Faltou ao estudo e ao chá. Estava a ver se era capaz de o fazer acordar...» —

— «Parece-me teimoso como um burro, o menino!...» — (Afinal, avinagrarem esta suave palavra com tamanha crueza, ainda feria mais fundo do que o extravagante apôdo de «senhor»!) — «A gente cá o amansará, descanse! Agora vá-se deitar, homem. Deixe-o ficar assim. Visto que gosta, que «*sopeteie*»...! Enfie-se você na cama, que eu fecho a luz. É tardíssimo!» —

— «Não é preciso incomodar-se, senhor Leão, muito obrigado. Eu deito-me às escuras.» — Falava verdade. Sempre assim procedia, por complexo de inferioridade raquítica.

— «Como queira, então... Até amanhã.» —

Leão saíu. Tudo enegreceu como a pele do *Tota*. A última bulhita que se ouviu, antes do chocalhar dos ferros sob a enxerga de Clementino, foi o urinar surdinoso deste, disfarçando, o melhor que se pode, a comum necessidade...

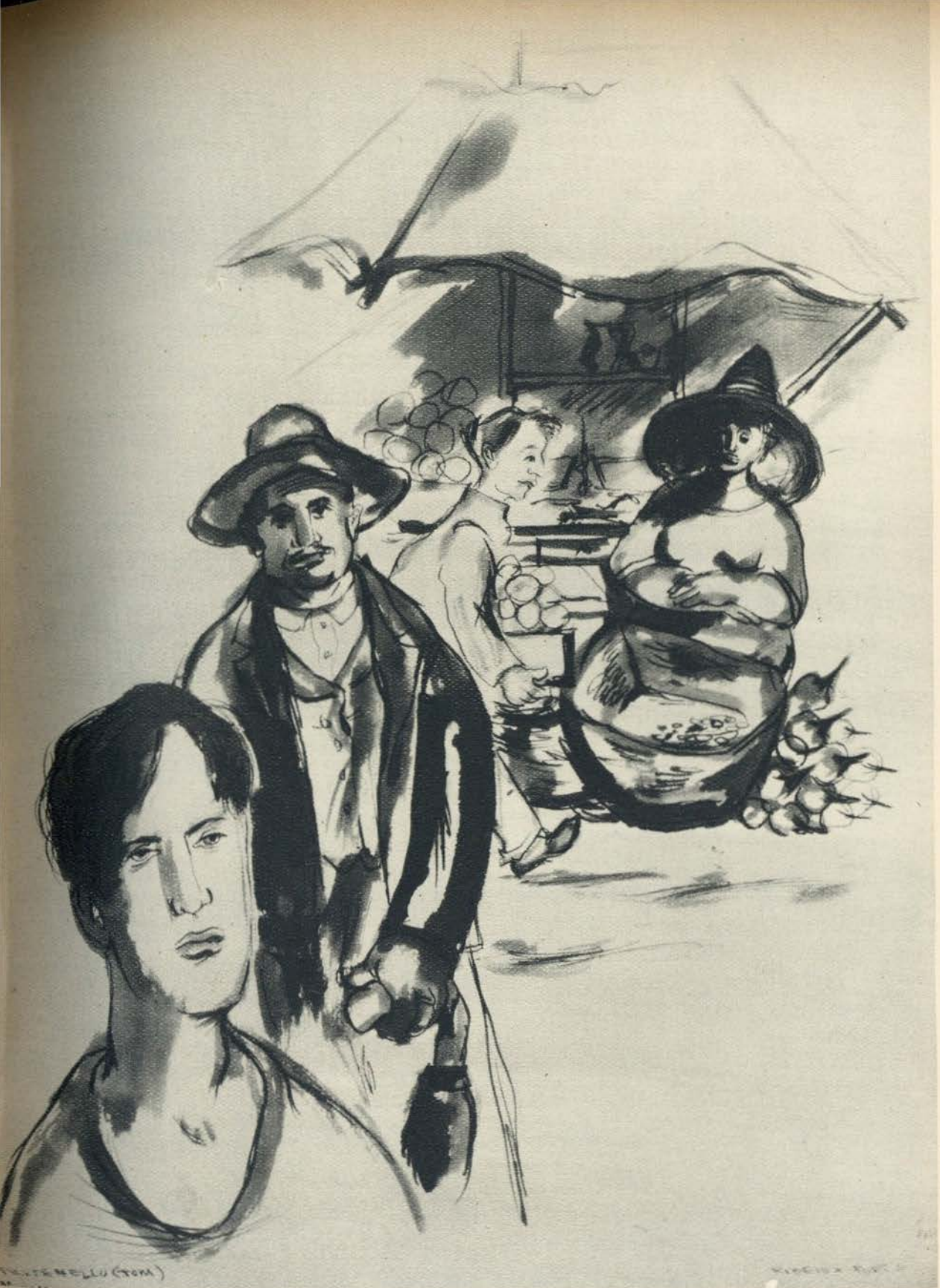
***

De tão curto lhe deixarem o sono, todavia lavorado de aperreamentos no cinto da gabinarda (gabardine ou qualquer sobretudo, em dialecto

de Maria Bárbara), nos alfinetes ajustadores de peças de dentro — imprescindíveis para todo o acto de vestir dirigido pela Mãe, nela ou nos outros, consoante brandas e inúteis censuras de Ricardo — José Cunha estrenoitou-se ao chamamento brusco da alvorada (andava já, à roda dele, a safra-nafra das abluções resfolegadas e do enfarpelar dos demais), pensando que o soquete ríspido do professor a despertá-lo entrasse na sequência dos maus tratos conducentes a fazê-lo despir. Percebeu, enfim, que, pelo contrário, se tratava agora de forçá-lo a reerguer-se, embora a manhã ainda não rompesse; e que só o sistema de magoá-lo era o mesmo, para entrar ou para sair da cama. Atolambado, num feixe de amarrotamentos, prevendo-se,—sem coragem nem paciência para verificar—sarapintado de equimoses, moído *cum'ó* sal, diriam os rústicos melcatenses, suportava a impressão, ao sentar-se na borda do leito, de cair em desmaio, de a sua pobre carne (tão ameigadita, alvo de tantas preocupações! Enfrascavam-na em reconstituintes... Uma borbulha era um alarme!...) sucumbir depressa, como se desvincara e perdera, numa só noite, — nem acabada, porque as lâmpadas ainda esperavam, incandescentes, pela manhã sem anúncio — a graça da gabardine nova, que o tornava distinto, por opinião dos seus, e ali engelhava, lamentável rodilhão!

Frente à vidraça norte, até onde se dirigira, apagado e mudo a aguardar vazão nos lavatórios em que se desembaraçavam sucessivos rapazes, — a sua vista, pouco a pouco útil, poisou, do outro lado da rua, para lá da sebe, numa chaminé alta, de fábrica, soprando fumos diligentes. Charolas de madeiras: traves, rolos de pinheiro mal cascados, ripas, tábuas, encruzados ou a pino, jaziam sob um telheiro. Silvou, com urgência aguda e fumarada furiosa, um apito. Árvores grandes, ramalhudíssimas, passando do nanquim para o *crayon* na progressiva definição matinal, acenaram arrepios de folhitas confusas. O assobio pareceu-lhe um grito de chamadoiro. A brisa, um gesto, convite a que reparasse e reconhecesse... Rápido: aquilo era a mata e a serração das Fontinhas, luxo e lucro dos Limas, um dos quais casara com a Prima Gilda, comprara as sortes dos outros — no bosquedo e na casa e, segundo o parecer dos parentes avessos a indústrias, estragara «aquele condado» com o mostrengo da fábrica à ilharga. Ora este homem, criticado e feliz, era nem mais nem menos do que pai da Heloísa e da Ritinha! José desorbitava-se e, com a aurora a alaranjar a fundura da direita, nasciam, gémeos benfazejos, o alívio de quem no oásis inaguardado topa água e sombra, e o assombro pelo atraso em apelar para aquele bem, no abandono da sua dor, certo como era o Pai haver-lhe, na véspera, tentado esmorecer o esmorecimento, com a ideia de participar ao cónego que, domingo-sim, domingo-não, o

pequeno iria «passar a tarde em frente, às Fontinhas...» Só agora se recordava da frase, enquanto dita desentendida, como a canção não emociona o técnico gravador de discos, senão quando, ciente do material e longe o temor, a escuta sossegado, livre da profissão. Ricardo, apressando, comovido, a despedida, esquecera-se da advertência. Almada e sequazes, de tão duros e desatenciosos, por certo ignoravam totalmente o parentesco couraçante. Apartados, por somenos, das relações boas com as cerradíssimas estirpes da Beira, refractárias ao máximo em internar vergônteas na pocilga (*La Guardia* possuía outro *chic*, outro cunho) — os docentes do Calvário mostravam cuidar Zé Cunha um Zé Ninguém, igual aos outros ou mais baixo, porque o afogadilho da resolução, aliado ao pressupor vaidoso de os apelidos falarem por si mesmos, eximira de identificações, cartas para tratamento excepcional, previdências... Depois, o endosso ao dormitório, mais barato, inferiorizava de sub-casta quem o levasse. E o cómodo recurso, naturalmente ocorrido em princípio, de ir para casa dos Primos, frequentando as aulas em externato ou semi-internato, logo se demitira por causa das lascívias precoces, de todos sabidas e, até, impulso principal da separação de José.

Ali estava este, como com a outra frase feita, tomada em adivinhação do amor, (— «Não sabe o que há-de fazer-lhe!» —) a «*sopetear*» — verbo do vigilante Leão... — o que seria nascer a alguém «uma alma nova» graças à segurança daquela próxima propriedade, aos apitos daquela fábrica claramente aparecida então já na hossana da manhã toda nascida ; graças também ao ante-prazer dos domingos de quinze em quinze dias, fartos de «*matrafões*» nas merendas e de carreirinhas frescas da Rita, sobre as relvas onde alcançaria modo de reatar com Heloísa meiguices, quietamente gostosas, de arremedo conjugal... Uma visita delas — como quem diz, de alguém das Fontainhas — ou uma carta de Ricardo remediando o esquecimento, pediriam ao cónego permissão para o ciclo regular das apetecidas visitas. Os demónios que o cercavam desciam a miniaturais proporções, faltos de omnipotente diabolismo: qualquer coisa no género de garras tesoiradas, galhos embolados... «Costas quentes», onde os murros temeriam marteladas tão chovidas como «as de ontem...». O desdém, em si próprio semeado para imediata colheita, por esse meio todo, de más refeições, mestres coçados, pretos da Guiné (quando os geografava assim, sem saber, sub-conscientemente deitava sobre eles o escarro do ridículo estribilho, palhaço grilheta sem cura: «...charuto na boca, chinelo no pé» !), criados de blusa porca, atada em nó abaixo do estômago e, tanto quanto lhe ensinava o conhecimento de mais de metade do edifício (o lado-Sul erguia torreão bicudo, para o pára-raios, simétrico do que

D. THOMAZ DE MELLO (TOM) — *«Desenho»*

(Da Exposição de Arte Moderna do S. N. I.)

PAULO FERREIRA — «*Desenho*»

(Da Exposição de Arte Moderna do S. N. I.)

a sua camarata encimava, em inclinações murais de mansarda, apenas notadas agora), geral laboratório dividido em cheiros de ralé — mofo morno de sedas velhas, teclas suadas, de piano, cera de tábuas, estufa: salão de música; poeira em tranças de passadeira, bolor em papéis de escritório, — filtrado pela porta onde se lia: «DIRECÇÃO» — ferro de passar panos: corredor até meio; corredor para os lados de trás: ranços de cozinha, loiça ordinária mal limpa que se desempilha, feijão chícharo guizado, repolho podre; verniz do corrimão, enegrado pela brunideira das mãos maculadas; parêntesis de loção baratinha («Ach. Brito». Porto. *La Goya*...) insinuada dos quartos do primeiro andar, na mescla de outros perfumes misteriosos: toda a relice e a náusea, na antro que o encafuava, — o desdém, em si próprio semeado para imediata colheita, — ia parafusando José Cunha — frutificava, no momento presente, em quase só indiferença, enviuzada de alto a baixo, um nadita menos sossegada e alheia, mas muito parecida com a de quando, banhado, risca à banda, colarinho redondo em cima da gola do duradoiro precioso «fato azul» (oferta — nem de propósito!... — da Prima Gilda num festejado «4 de Junho»: os seus anos), mirava da varanda indigesta de folhagens trepadeiras, garotos esfarrapados, não nascidos para apreciar gomas, lavagens, perfume, esfussanarem-se no pó das valetas, sujarem-se pelo terreiro a cabo sem ninguém que os limpasse.

Indiferença fria, em lugar do activo desprezo primeiro ideado. Nem dignos, quaisquer, de rebeldias — vê-lo-iam cumprir, sem um vocábulo ou um gesto além dos precisos; para lhes furtar a categoria de repreenderem-no, medrosamente que fosse, quando sabedores de quem era e de quem vinha; sem uma aproximação camarada nem uma hostilidade canseirosamente definida, porque as duas guias do dilema de atitudes postas de parte, em valor absoluto os distinguiriam, e eles não valiam maior atenção do que os petizes embosteirados e as velhas falazando mal. Nesta calma de principezito desterrado mas certo da revoada das honras, não agradecíveis por concernentes, se arredou, manso, da janela, afim de deitar água à cara e às mãos. A mais perfeita desencardidela, o mudar das roupas, o bulir na mala transformadora e no baùzinho das gulodices *só suas*, ficaria para logo, em hora de recreio a que, como a todas as por vir, seria ausente ou espectador depreciativo. Regadores e jarros estavam sem pinga (os colegiais haviam já descido todos, sem o seu ensimesmamento, venturoso da notável, rica, libertação vitoriosa, dar por isso); o pó dentífrico, o pente, as escovas, o sabonetinho de glicerina, escondiam-se ainda na bagagem: desencantava-os logo, na hora destinada. Eis o que poderia explicar a esse Clementino com cara de desgraça, roxo de olheiras, a quem

a chegada do sol semelhava extrair a coragem contraditòriamente poltrona de malhar em alguém como de noite—imundo morcego ou nem tanto...—, poupando-lhe a forcita de inquirir, sem frente a frente:

— «O senhor não se lava?!» —

— «Agora, não, senhor. Não tenho água.» —

— «É pedi-la.» —

Mas José Cunha *saíu como resolvera sair,* olìmpicamente despenteado, sujo, engelhado e marcado, na firmeza recém-nada de coisa nenhuma conseguirem contra si as estranhezas dum insignificante ou as paredes-mestras dum armazém de insignificâncias, em frente do qual fumava a chaminé e ramalhavam os carvalhos da quinta das Fontinhas!

R O D R I G O   D E   M E L L O

NOTÍCIAS RADIOFÓNICAS DA POESIA BRASILEIRA

Um poeta em cada terra

Só quem tiver sobrevoado o Brasil, do Natal ao Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro a Pôrto Alegre, poderá ter uma ideia própria da extensão desse imenso país. Revejo, numa lembrança que é já saudade, não direi os meus passos, mas os meus vôos por sôbre campos, montanhas, cidades. Aqui é o Recife; este é o rio São Francisco; agora surge a Serra do Mar; eis a baía de Guanabara; lá está o Cristo Redentor, no alto do Corcovado; chegámos ao Rio de Janeiro. Depois, em nova viagem, aparece-nos São Paulo, erguendo-se em arranha-céus no meio do Planalto; depois, os campos do Sul, que parecem da Europa; depois, à margem do Guaíba, enlaçada pelas curvas suaves da sua paisagem, impregnada da voluptuosa melancolia dos seus crepúsculos, a cidade de Pôrto Alegre. Noutra viagem, em meio das alterosas montanhas de Minas, vemos, estendida sobre um imenso vale, a cidade de Belo Horizonte.

Inacessível aos aviões, estrangulada pelos montes, fica a velha cidade de Ouro Preto. São precisas seis horas de comboio para alcançá-la, mas chegaremos, ao mesmo tempo, ao século XVIII.

Voltando a Belo Horizonte, entraremos de novo na nossa época, procurando inùtilmente, nessa cidade de cinquenta anos de idade, a mais leve sombra de uma tradição. Em São Paulo, poderemos vêr como o ritmo da vida americana apaga todos os vestígios do Passado. No Rio de Janeiro assistiremos à luta entre a paisagem e a urbe, entre a História e o Progresso. Mas nesta metrópole, na imensa cidade comospolita, como na pequena cidade dos Trópicos que é o Natal; na ainda suave, embora já dinâmica Porto Alegre, como na cidade tentacular que é São Paulo — em todas as terras do enorme Brasil, floresce esta espécie de orquídea: o poeta lírico. Não há ruídos de construções que abafem a sua voz, como não há existência melancólica que lhe queime as asas do sonho.

Logo ao chegar ao Brasil, nessa simples escala das carreiras aéreas que é o Natal, descobri um poeta ignorado — autêntico poeta, absolutamente inédito, que tive a satisfação de anunciar, no seu próprio país, aos seus felizes camaradas dos grandes centros. Chama-se esse jovem poeta: António Pinto de Medeiros, e o seu livro inédito: *Poeta á toa*. Verificareis, pelos poemas que vou lêr, que não se trata de mais um poeta inexpressivo, como tantos, mas de uma voz que já não se confunde com as outras. *(Leitura da «Balada do Ano Novo de 1945» e do «Poema», de António Pinto de Medeiros)*.

Hoje, de volta a este microfone, quero falar, apenas, de poetas ainda desconhecidos em Portugal, e ler, sòmente, inéditos poemas, já que tive a felicidade de recolher alguns.

Em Minas Gerais, deram-me, como companheiro na visita a Ouro Preto, um moço poeta: Alphonsus de Guimaraens Filho — herdeiro do talento e da alma daquele que foi um dos maiores poetas simbolistas do Brasil e um dos mais puros poetas místicos da língua portuguesa. Sabia, apenas, que era au-

tor de um livro de poemas: *Lume de Estrelas,* mas ignorava a sua Poesia. Fiquei a conhecê-la com o seu próprio timbre, recitada pelo poeta diante das igrejas de São Francisco de Assis ou de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em Ouro Preto, envolvidos, ambos, pelas nuvens baixas, naquele angustioso cenário de montanhas, sentindo adejar, em torno, os anjos do Aleijadinho. António Francisco Lisboa, o Aleijadinho, foi um mestiço, arquitecto e escultor, auto-didacta genial, que, no século XVIII, viveu nas Minas Gerais traçando igrejas e esculpindo imagens. O poeta de hoje, obcecado, como o artista de ontem, pelas visões celestiais, intitula *Nostalgia dos Anjos* parte do seu novo livro de poemas, a sair do prelo. Mas não tinha cantado, ainda, os anjos de pedra do Aleijadinho — tão etéreos e tão vivos, tão espirituais e tão humanos; do Céu pela expressão, do Mundo pela carnadura. E junto de mim, que sou homem da Terra, nasceu o poema que faltava. *(Leitura do poema : «Anjos do Aleijadinho», de Alphonsus de Guimaraens Filho).*

Quem, entre nós, ama a Poesia, conhece, pelo menos, uma poetisa brasileira: Cecília Meirelles, editado, como foi, em Portugal, um dos seus livros. Aqueles que estão em contacto directo com a literatura brasileira conhecem, também, Adalgisa Nery. Outros, menos numerosos, conhecerão, ainda, Henriqueta Lisboa. Noutra ocasião, falarei dessa pena de ave que é Henriqueta Lisboa, e do novo livro de Cecília Meirelles: *Mar Absoluto,* que nenhum navio trouxe ainda até ao Tejo, mas que voou comigo no «Clipper», por ser a mais alta mensagem poética do Brasil destes dias.

Hoje, quero dizer, apenas, que no Rio Grande do Sul descobri uma nova poetisa: Lila Ripoll. Autora de dois pequenos livros de expressão ainda incerta, quis Lila Ripoll dar aos portugueses o presente de alguns poemas inéditos de um novo livro a sair, intitulado *Por que?* É uma das raras alegrias do crítico, poder transmitir aos outros o prazer encontrado na descoberta de uma nova fonte de Poesia. Não é ainda um mar, a poesia de Lila Ripoll, mas é, sem dúvida, uma fonte de água límpida, embora com certo travor. *(Leitura dos poemas: «Naufrágio» e «Anunciação», de Lila Ripoll).*

A quase dois meses de distância, ecoam ainda dentro de mim as mil vozes da terra brasileira. Algumas dessas vozes irão perdendo a sonoridade, mas as da Poesia ficarão sempre, por certo, a vibrar, como as mais dignas de memória. Nem tudo, sem dúvida, no Brasil, é cântico harmonioso. Escutemos, porém, sempre e só, o que é belo.

Uma grande poetisa: Auta de Sousa

Que vontade de escrever uma elegia sôbre essa «pobre tísica»! Mas é mais imperioso o desejo de afirmar, contra a injustiça do Destino, o altíssimo valor da poetisa.

Poucas vezes, efectivamente, o Destino terá sido tão injusto. Essa moça teve contra si todos os maus fados. Nasceu numa cidadezinha qualquer do Rio Grande do Norte, em 1876. Órfã de pai e mãe, teve, apenas, o carinho de uma avó. Viveu no Natal, que ainda hoje é uma pequena cidade sem estímulos intelectuais. Ainda adolescente, manifesta-se-lhe a tuberculose, e anda por vilas e povoados do interior do Estado, buscando, em vão, algumas melhoras, até que vem a Morte levá-la, quando tinha só vinte e quatro anos e poucos meses.

Como consolações, em vida tão triste, só poderemos apontar: o carinho da avó, o descobrimento da literatura

no colégio de freiras francesas onde foi educada, a fé religiosa e a vocação poética. Diz um biógrafo: «Tinha catorze anos quando começou a escrever versos. Três dias antes de morrer assinava os últimos».

O mesmo biógrafo acrescenta: «Incompreendida ainda hoje, seu nome não foi incluído nas histórias literárias, nem seus versos são encontrados nas antologias que circulam entre nós». No entanto, o seu único livro: *Horto*, publicado no ano anterior ao da sua morte, teve, dez anos depois, segunda edição, e há meia dúzia de anos voltou a ser editado com um prefácio de Tristão de Athayde, que em Auta de Sousa soube vèr, não só a profunda emoção religiosa, mas o grande talento poético. Por sua vez, Manuel Bandeira, com a sua autoridade de primeiro poeta, deu à sua infeliz irmã lugar condigno na antologia das *Obras Primas da Lírica Brasileira.*

Isso pouco é para compensar a brevidade, a melancolia e a dor da sua existência. Se aceitarmos uma vida assim frustrada de todos os bens da Terra como o prèço pelo qual essa mulher pagou a glória de deixar no Mundo uma mensagem, teremos que reconhecer que outra audiência, mais ampla, merecia ter entre os Homens. Se no Céu encontrou, por certo, a glória mais alta a que a sua alma de crente aspirava, não esqueçamos que essa pobre moça escreveu, no breve poema *Agonia do coração,* a despedida da vida mais pungente que as palavras da língua portuguesa puderam alguma vez exprimir.

Auta de Sousa faleceu em 1901, e ainda hoje, lendo esses versos em que ela chora: «eu vou morrer!», vem do fundo de nós um grito: Como é possível que haja cânticos no ar e nas almas, se uma criatura como essa pôde ter um destino assim!?

Luís da Câmara Cascudo, que não pôde conhecê-la, deve ter visto ainda, na sua cidade, o rasto de tão magoada aparição, e pôde, assim, invocá-la: «Pequena e magra, dois imensos olhos negros, reluzentes e vagos, Auta passava na velha Natal como um fantasma querido». Como foi possível — Luís da Câmara Cascudo! — termos falado de tanta coisa, aí no Natal, e nunca ter surgido, nas nossas conversas, o nome desse dolorido anjo da Poesia!? Por onde arrastávamos nós os espíritos, para que esse espectro, tão querido de ambos, não tenha aparecido a purificar-nos com a luz das suas lágrimas?

Foi preciso o ambiente de Ouro Preto — tão longe do cálido Natal! — para que as suas asas me tocassem. Numa manhã de Domingo, sob a chuva miudinha, triste, triste de fazer chorar, enquanto esperávamos a hora da missa na igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, o poeta Alphonsus de Guimaraens Filho recitava-me essa patética súplica que é a *Agonia do coração.*

«Moças! não cantem que eu vou
morrer!»

dizia a voz do jovem poeta, tão puro e místico, e eu senti que alguma coisa de etéreo abalava o meu coração. Seria ela que por mim passava? Só sei que não teria coragem de continuar a falar de poetas sem dizer aos portugueses que houve no Brasil uma pobre moça que foi uma grande poetisa. Santa Auta de Sousa!

Outra poetisa

O Brasil é terra de poetas. Já o disse Guilherme de Almeida, no poema *Raça :*

«Nós. Donatários? Caciques? Zambis?
— Qual! Poetas e poetas e poetas e
poetas!»

Por outras palavras, poder-se-ia dizer: Descobridores, índios, bandeirantes, escravos? Qual! Poetas e poetas e

poetas e poetas! Ao nascer para a História, o Brasil teve logo o seu baptismo literário: a carta de Pero Vaz de Caminha. Os índios, fora da etnologia, foram sempre vistos através dos poetas, desde Santa Rita Durão e Bazílio da Gama a Gonçalves Dias e José de Alencar. Podem os historiadores dizer como foram, realmente, os bandeirantes; no fundo, serão sempre figurações poéticas do sonho das esmeraldas. Por sua vez, os escravos serão sempre, também, os heróis românticos do poema de Castro Alves.

Ainda não há muito tempo, tudo fazia crer que a prosa dos romances sociais e dos estudos sociológicos tinha substituído a Poesia, no Brasil. Houve até um poeta que julgou morta a Poesia, ou terminada a sua missão! Vendo bem, a Poesia nunca cessou de viver. Provaram-no, até, alguns romances. O que estava era sem coragem de reivindicar os seus direitos. E agora, parece que, de novo, ela ousa dizer: Aqui estou!

Notícias do Brasil têm que ser notícias da Poesia. Daquela cidade de Porto Alegre, que passou a ser uma das minhas cidades, chega-me uma carta. E que diz nela o amigo tão recentemente encontrado mas cuja amizade vence a distância?: «Novidades, poucas. Saíu *A Rosa do Povo,* do Carlos Drummond, uma excelente colectânea de poemas. É o sinal de uma nova fase do poeta, que agora cede um pouco mais ao *temporal,* mas, ainda assim, conservando as linhas aristocráticas da sua lírica. De Emílio Moura, recebi o *Cancioneiro,* também excelente. Quanto aos prosadores, desde que partiste não apareceu coisa de fôlego».

Lá no extremo sul do Brasil e em meio das mutações do cenário político, esse homem entendeu que o que importava que eu soubesse era que tinham saído novos livros de poemas no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Ah! Guilhermino Cesar: não há cargo político, nem função pública, nem incursão no campo do romance social, nem actividade crítica, nem cátedras de Estética e de História da Literatura que abafem em você o menino poeta do grupo *Verde* da cidadezinha mineira de Cataguazes. E ainda bem, amigo!

Eu não sou poeta — você sabe — mas creio que sei sentir a Poesia. A dos poetas e aquela outra que esteve conosco na tarde em que comemos um churrasco, com o Manoelito de Ornellas, à margem do Guaíba; na excursão à alpestre Caxias do Sul; no passeio fluvial em demanda da inacessível cidade colonial de Rio Pardo — a poesia que há nos pampas e que eu não vi, mas encontrei no gosto do chimarrão e na amizade de vocês todos, gaúchos bons, humanizados pelo Negrinho do Pastoreio!

Mas como é que você não me diz nada do novo livro de Henriqueta Lisboa: *A Face Lívida*!? É possível que você prefira, como eu, a poetisa de *Prisioneira da Noite*. Neste novo livro, a poesia de Henriqueta de Lisboa apresenta-se um tanto descarnada, mas continua a ser a de uma das vozes mais puras do Brasil. Essa trémula pluma, que é Henriqueta Lisboa, pode dizer, hoje como há seis anos:

«A poesia — oh muito simplesmente:
é a nossa mesma forma de existir.»

«Prisioneira da noite», cantora da infância, ou pálida mulher com «a face lívida dos que resistem pelo espanto», ela é sempre a mesma sensitiva flor de uma árvore de Belo Horizonte que os botânicos desconhecem. Flor ou pluma? Talvez uma nuvem.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

V Á R I A

Dois Livros sobre o Brasil

Eduardo Dias, *Memórias de Forasteiros Aquém e Além-Mar — Brasil (Séculos XVI-XVIII)* — Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1946.

É o segundo volume duma obra cuja necessidade se fazia sentir de há muito em Portugal. O primeiro tomo, aparecido em 1945 e redigido por Eduardo Dias e Rodrigues Cavalheiro, ocupa-se do continente português, da África e da Índia no período que decorre dos séculos XII (fundação da Nacionalidade) a XVI (perda da Independência). No prefácio — intitulado *Passaporte* — os seus autores escreveram em relação ao propósito de se consagrarem ao Brasil, na sequência geral da obra, mais do que um tomo especial, o seguinte: — «...desde que a irresistível marcha dos acontecimentos gerou ali a colossal Nação de que nos orgulhamos, impõe-se que o assunto seja tratado àparte. Assim, e como em grande parêntesis à obra geral, foi organizada uma secção (já no prelo), compreendendo o período que vai do Descobrimento à Independência — secção essa distribuída àquele dos elaboradores que, pela sua longa estada em terras de Santa-Cruz e pelos conhecimentos de que dispõe, inerentes à matéria, devia naturalmente incumbir-se da matéria.» Eis a génese deste livro, a que outro imediatamente se seguirá, tratando do mesmo tema, para que o aludido parêntesis à obra geral se encerre.

O nome e a cultura de Eduardo Dias — autor já duma vasta obra de erudição e de literatura que o recomendavam especialmente para uma tarefa destas — são garantia suficiente do interesse e da honestidade destas páginas, que abrangem treze capítulos, todos de leitura empolgante. Através deles vão desfilando quantos estrangeiros de categoria nas três primeiras centúrias da História do Brasil penetraram na maravilhosa natureza — nas praias, nas florestas, nos montes, nas margens dos rios — do que era, ao tempo, o mais belo florão da Coroa portuguesa. Após a análise, feita sobre os mais recentes elementos de estudo, do «diploma natalício» de Pero Vaz de Caminha — na verdade, o primeiro forasteiro que pôs pé no Brasil —, segue-se uma larga teoria de viajantes, de nautas, de aventureiros, homens de guerra, uns, missionários de Cristo, outros, ávidos negociantes os restantes, de que ficaram registadas as impressões de maravilhoso assombro perante a exuberância da paisagem, a peculiaridade da gente, a extravagância da língua, a riqueza do solo, a benignidade do clima. Vespúcio e Pigafetta, Cabeza de Vaca e Hans Staden, Jean de Léry e Francisco Pyrard, Jean Nieuhof e Gaspar Barléu, C.-F. Behrens e Carlos Maria de la Condomine, italianos, castelhanos, holandeses, franceses, — desfilam nestas páginas curiosíssimas, a que não falta a elegância literária necessária para esconder, sob o encanto da frase, a fadiga que o autor sofreu na investigação documental e bibliográfica a que prèviamente se entregou.

Amadeu Cunha, *Sertões e Fronteiras do Brasil — Notícias da Época Colonial* — Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

Um dos géneros literários que, durante anos, mais prosperou e se multiplicou na República das Letras foi o das *vidas romantizadas*. Está ainda na memória de todos o êxito obtido, por tal modalidade, no intervalo que mediou entre as duas Grandes Guerras, a de 1914 e a de 1939. Êxito justificado, pois ia de encontro ao gosto do público leitor, que desejava a realidade histórica banhada num pouco de fantasia estilística.

A obra de Amadeu Cunha, *Sertões e Fronteiras do Brasil*, concebida e realizada dentro do mais puro rigorismo da investigação histórica, dá-nos, não a *vida romantizada* dum personagem, mas a *biografia autêntica* duma Nação. Através das suas páginas, em que se aliam o gosto do escritor e a honestidade do erudito, nós assistimos ao nascimento, infância e adolescência do Brasil, até atingir a sua maioridade — que foi a sua Independência.

É um livro que faltava nas nossas estantes, e para mais escrito por um português apaixonado pela grandeza da sua terra,

compreensivo também dos desfalecimentos inevitáveis da sua História. A epopeia extraordinária da posse do solo virgem de além-Atlântico, o autor no-la descreve, passo a passo, através das várias modalidades de que se revestiu — o «primitivismo», os donatários, o governo geral, o «bandeirismo», a Reconquista, as missões, o oiro e os diamantes, etc. Toda a maravilhosa adaptação da nossa raça se encontra descrita e louvada nestas páginas escritas por quem sente e conhece o assunto a fundo.

Um resumo dos tratados que mais interessam à história do Brasil colonial, uma nota sobre o português e a miscigenação e uma bem elaborada cronologia completam com felicidade o volume, através de cujas 350 páginas sopra sempre o amor de Portugal e do Brasil. — R. C.

Da Vida Brasileira

(Notas pessoais, para o público)

Se pudemos chamar a João Neves da Fontoura «o grande Embaixador do Brasil em Lisboa»; se a sua atitude no Rio de Janeiro nos fez dizer que ele era «um verdadeiro Embaixador de Portugal», temos a certeza de que, como Ministro das Relações Exteriores do seu país, servirá igualmente as duas nações.

Prefeito do Rio de Janeiro durante vários anos, Henrique Dodsworth pôde conhecer intimamente o povo português, ou não fosse a Capital Federal do Brasil a segunda cidade de população portuguesa. Está assim preparado para ser, como Embaixador em Lisboa, um amigo de Portugal.

Durante mais de um ano, como Encarregado de Negócios do Brasil em Lisboa, Ribeiro Couto foi, na função diplomática, o que já era nas letras: uma presença viva da nação irmã.

* * *

Mário de Andrade continua a ser, depois de morto, o homem presente que foi para quantos o conheceram ou se corresponderam com ele. Na nossa última viagem ao Brasil, em toda a parte, no Rio, em Porto Alegre ou Belo Horizonte, como em São Paulo, encontrámos em todos a grande saudade do escritor e do amigo. Ainda agora, numa carta, que nos diz a poetisa Henriqueta Lisboa?: «O que tivemos de notável ùltimamente — isto em São Paulo —, foi a comemoração do 1.º aniversário da morte do nosso querido Mário, com uma semana de conferências, concertos e exposições de pintura. Já é sinal de que será um dia plenamente compreendido este genial espírito desbordante. Assim seja.»

No próximo número publicaremos uma série de cartas de Mário de Andrade, convencidos como estamos de que a sua extraordinária personalidade se reflectiu na correspondência, melhor ainda, talvez, do que na obra. Acompanhará essas cartas a reprodução do busto admirável de Mário de Andrade, executado por Bruno Giorgi.

* * *

Manuel Bandeira publicou, em edição da Casa do Estudante do Brasil, a sua *Apresentação da Poesia Brasileira, seguida de uma pequena antologia,* escrita especialmente para a editorial mexicana Fondo de Cultura Económica, que realiza, na verdade, uma obra de cultura. É uma síntese como só a inteligência crítica do grande poeta seria capaz de escrever. O que não significa que esteja isenta da inevitável deficiência de todas as sínteses.

Cotejando esse ensaio com a antologia: *Obras-Primas da Lírica Brasileira,* da responsabilidade de Manuel Bandeira, é lícito estranhar que muitos poetas considerados dignos de figurar em tal antologia não merecessem, ao menos, a citação do nome no trabalho crítico. Algumas omissões serão justificáveis — nunca a do nome de uma Auta de Sousa.

* * *

A Livraria José Olympio editou ultimamente, entre muitas outras, quatro obras que merecem ser destacadas: *José Bonifácio,* por Octávio Tarquínio de Sousa, *A vida de Gonçalves Dias,* por Lúcia Miguel Pereira, *Rio-Branco (O Barão do Rio-Branco),* por Álvaro Lins, e *Rui Barbosa (Tentativa de compreensão e de síntese),* por Luiz Delgado. Independentemente das qualidades de cada uma, essas biografias têm a importância de constituirem como que quatro retratos do homem brasileiro, por mais diferente que este se mostre.

* * *

Minas é terra de poetas, talvez por a Poesia ser uma evasão. Só por ter concebido a Poesia como um acto de fé e a ter praticado como prece, pôde Alphonsus de Guimaraens viver quinze anos na cidade

tristíssima de Mariana. A Poesia representa tanto para os mineiros que pode haver no Brasil poetas maiores — não os há mais puros. Se ainda fosse precisa uma prova, bastaria o novo livro de Emílio Moura: *Cancioneiro*, em que o ritmo tradicional dos «rimances» serve a mais depurada das linguagens poéticas.

E novos poetas vão surgindo na terra de Minas. Entre os mais novos, embora sem obra publicada, começa a destacar-se Fernando Víctor, de quem neste número publicamos um poema que não destoa junto das composições de Emílio Moura e de Alphonsus de Guimaraens Filho. No próximo número será a vez de Henriqueta Lisboa, que nos mandou um admirável poema: *Poesia de Ouro Preto*.

* * *

Os mineiros não são apenas poetas. Que admirável contista foi João Alphonsus, cuja morte prematura só viemos a conhecer no Brasil porque de tais acontecimentos não se ocupam as agencias telegráficas!

Cyro dos Anjos, autor de *O amanuense Belmiro*, romance consagrado, deu-nos, num novo romance: *Abdias*, nova demonstração da capacidade de análise psicológica do brasileiro de Minas.

* * *

Que os escritores e editores brasileiros que nos ofereceram livros, e muitos foram, não estranhem o nosso silêncio, porque seis meses não bastaram para os trazer até esta margem do Atlântico — esse mar que, apesar de ser nosso, ainda nos separa. Quantos desses livros poderiam estar, há meses, alimentando o nosso fervor pela terra e pela gente do Brasil, e são apenas, como essa terra e essa gente, tentações insatisfeitas!

Duas palavras só, para salientar, ao menos, a compreensão do nosso esforço em prol da literatura brasileira, manifestada na oferta de numerosas obras, não só pelo escritor Augusto Meyer, director do Instituto Nacional do Livro, mas pelas editoras José Olympio, Livraria Martins e Livraria do Globo.

* * *

Os institutos oficiais e as editoras brasileiras já não servem só a literatura do Brasil, mas a cultura comum. Edições como a de *A Demanda do Santo Graal*, que se deve ao próprio Estado brasileiro, a do *Arquivo Camoniano*, publicado pela Academia Brasileira de Letras, ou a de *Textos Clássicos* portugueses, anotados pelo professor Sousa da Silveira, constituem a prova de que o Brasil mental reconhece que há um património comum a servir, a defender e a ilustrar. O mesmo se poderia dizer a propósito de estudos como o de Cristiano Martins sobre Camões-lírico, ou o de Carlos Dante de Morais sobre Antero. Não é outro o significado do facto de a editorial Agir, dirigida por Tristão de Athayde, incluir no seu programa a publicação de um estudo de João de Castro Osório sobre *Gonzaga e a Justiça*.

* * *

A Livraria Martins, de São Paulo, animada pela dinâmica inteligência de José de Barros Martins, publicará, não só a «nova edição, revista e aumentada», da *História Breve da Literatura Brasileira* da autoria de um escritor português, mas o curso de conferências: *Panorama da Literatura Portuguesa*, professado por esse mesmo escritor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre e na Biblioteca Municipal de Belo Horizonte.

* * *

Escasseiam, no Brasil, as revistas literárias. Tendo suspendido a publicação a *Revista do Brasil*, dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa, sendo tão raros os números da *Lanterna Verde*, e dedicando-se a *Revista Académica*, ùltimamente, à consagração dos valores plásticos do Brasil (Portinari, Lasar Segall, Bruno Giorgi), o pensamento literário brasileiro, fóra da *Revista Brasileira*, da Academia, conta, apenas, com um meio de expansão periódica: os suplementos dominicais da imprensa diária. Só o Rio Grande do Sul, tão afastado e tão esquecido pela crítica do Rio de Janeiro e de São Paulo, soube encontrar a forma de definir a sua consciência literária, editando a revista *Província de São Pedro*. «Fronteiros do Brasil», — como lhes chamámos, — os escritores gaúchos que se reunem em torno dessa revista, ou da ideia que ela exprime, podem servir de exemplo às outras províncias literárias.

* * *

Que a noção da *diversidade* do Brasil não faça perder de vista a sua *unidade*. No pre-

fácio de uma antologia de *Prosas Brasileiras*, novo volume da Colecção «Cruzeiro do Sul» da Livraria Bertrand, explicamos o duplo fenómeno a quem quiser entendê-lo. Diga-se, de passagem, que o interesse da editorial portuguesa pela cultura brasileira, manifestado por essa colecção, da qual já saíram dois volumes: *Contos Brasileiros* e *Ensaístas Brasileiros*, não obteve ainda o prémio de uma referência na imprensa do Brasil. Para a colecção de *Antologias Universais*, da Portugália Editora, está o organizador daquelas antologias brasileiras preparando uma nova selecção de Contos Brasileiros.

* * *

Portinari não é o único pintor do Brasil. Sabem-no os portugueses, desde que lhes foi dado conhecer a pintura lírica de Cícero Dias. No próximo número daremos a reprodução de três quadros: um de Lasar Segall, outro de Guignard e outro de Pancetti — três pintores que a inteligência viva do Brasil já não discute.

Neste número damos a reprodução de quatro quadros de um único pintor: Lula Cardoso Ayres, que o Brasil desconhece ainda porque toda a sua vasta obra a reserva ele para uma demonstração em que se possa ver, não só a evolução da sua pintura, mas o que ela, em conjunto, procura e consegue exprimir: o homem do Nordeste, todos os aspectos da sua vida e todas as manifestações da sua alma. Depois de pintar, com exactidão naturalista, os tipos étnicos, Lula Cardoso Ayres, em novo ciclo, pintou as cenas da vida sertaneja como o próprio povo as representa nos bonecos de barro. Pertencem a essa fase os quatro quadros que reproduzimos e que só poderão ser bem apreciados quando bem entendida a intenção do pintor ao tomar por modelos, não as próprias figuras humanas e os animais, mas a sua representação pelos barristas populares, tão extraordinários, do interior de Pernambuco. (Lembramo-nos da magnífica colecção de bonecos reunida por Benício W. Dias). A última fase da pintura de Lula Cardoso Ayres é suprarealista, mas não porque ele o seja, e sim porque, num novo ciclo, interpreta o suprarealismo do povo: as suas lendas e «abusões», crenças no sobrenatural e visões fantásticas.

* * *

Prova a existência de uma Comunidade Lusitana o facto de o notável folclorista brasileiro Luís da Câmara Cascudo, não só ter organizado uma antologia dos Contos Populares de Portugal, mas ter traduzido uma das obras fundamentais para o conhecimento da gente daquela terra de África que é a maior parcela do Império Colonial Português: *Folk-tales of Angola*, de Heli Chatelain, ainda por publicar na nossa língua.

Prova-o, também, o interesse que despertou em alguns intelectuais brasileiros a literatura caboverdeana, ao repetirmos na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional do Rio de Janeiro a conferência que realizáramos na Biblioteca Municipal de São Paulo, com o título: *Projecção literária de Portugal no Mundo Português (Um novo sector da Literatura Portuguesa)*, utilizando o nosso trabalho: *Poesia de Cabo Verde*.

A propósito, convém dizer que, ao publicar o introito e a conclusão dessa conferência, ou seja as suas partes inéditas, a *Revista Académica* suprimiu umas tantas palavras. Lendo um poema inédito do caboverdeano Oswaldo Alcântara: *Poema a Jorge Amado*, para demonstrar a compreensão que os crioulos têm da literatura brasileira, a sua simpatia pelo Brasil e as suas particulares afinidades com o Nordeste, dissemos haver desejado ser portadores desse poema e ter o maior prazer em o tornar conhecido. Acrescentámos, porém, que procedíamos assim porque nenhum artigo de qualquer programa político nos impedia de admirar — e essa declaração, que tinha a sua razão de ser e significava qualquer coisa no momento da vida brasileira em que a fizemos, foi eliminada, sem dúvida intencionalmente, pela redacção da revista.

* * *

Um dos factos mais importantes da vida brasileira, daqueles a que assistimos na nossa última viagem, foi a instalação em edifício próprio da Casa do Estudante do Brasil — coroamento da obra perseverante e infatigavel da ilustre senhora Dona Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça.

Para além da política, o Brasil vai construindo o seu futuro com obras como essa, como as Faculdades de Filosofia, como o Instituto Nacional do Livro, como o Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (porque sem Passado não há Futuro) ou como o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronómicas, com a sua Universidade Rural, cuja magnifica realização se deve ao agrónomo Heitor Grilo — poeta à sua maneira.

* * *

A colónia portuguesa do Brasil cotizou-se para custear bolsas de estudo em Portugal, a atribuir a brasileiros, e só quem desconhecer a obra admirável dos Gabinetes Portugueses de Leitura ou do Liceu Literário Português se admirará de que comerciantes e industriais contribuam para uma política cultural. O resultado da subscrição aberta, para esse fim, pela Federação das Associações Portuguesas, deve-se, sem duvida, ao prestigio do Comendador Albino de Sousa Cruz e ao zelo do poeta Herculano Rebordão (que se faz esquecer, mas que temos a obrigação de não olvidar), mas deve-se, também, àquele «seguro instinto patriótico que inspira a grande massa da colónia», a que já aludimos.

Destinam-se essas bolsas a estudantes e cremos que a professores (entre estes figurará, por certo, um Thiers Moreira). Não será demais esperar que também delas possam beneficiar os puros escritores. Terá, assim, a colónia, que pode verificar quais são os verdadeiros amigos de Portugal, ocasião de os premiar com aquilo que mais desejam: o directo conhecimento da nossa terra, da nossa gente e da nossa alma. Como já dissemos: «Em Portugal desconhecem-se muitos dos nossos melhores amigos brasileiros e dos mais desinteressados zeladores da nossa cultura...» A própria colónia pode, porém, desconhecer alguns casos identicos ao do grande poeta Alphonsus de Guimaraens, que sofreu, toda a vida, a saudade atávica de Portugal.

J. O. de O.

Anotações à Vida Portuguesa

Eça de Queiroz não era nenhum deus. Nenhum génio. Era um homem como todos nós — que almoçava e jantava a horas certas, provàvelmente aparava o bigode uma vez por semana, brincava com os filhos e contava-lhes histórias de fadas e princesas, mentia à mulher quando comia qualquer coisa que o médico lhe tinha proibido e se via atrapalhado para equilibrar o orçamento da casa. Um homem como outro qualquer — que além disso, escrevia.

Sim, um homem como todos os outros. Um escritor *quase* como todos os outros. Com pouco mais talento do que os mais talentosos, com pouco mais inteligência do que os mais inteligentes, tão bom escritor como os melhores, excepto um pormenor. Eça era português — e era europeu. Se os seus pés estavam em Portugal, os seus olhos nunca esqueciam Paris, o Bois, Londres, o Canal, Flaubert, Dickens, Zola e Balzac. Se os seus pés estavam em França ou na Inglaterra, os seus olhos nunca se esqueciam do Chiado, de Tormes, de Sintra, de Luís de Camões, de Garrett, de Camilo, e dos seus amigos Ramalho, Oliveira Martins, Antero, entre outros.

Apenas um pormenor — quase nada: o bastante para o consagrar como o melhor romancista português de todos os tempos. Porque até hoje, nenhum se soube lembrar desse pormenor, desse insignificante pormenor.

* * *

É curioso o esforço dos estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa a favor do teatro português, que não se encontra exactamente no seu apogeu. Depois de largos anos cuja tranquilidade apenas era perturbada pelas inevitáveis récitas de finalistas, formaram-se dois grupos de teatro, constituídos apenas por estudantes, cujos intuitos de apresentar os melhores autores portugueses e estrangeiros, especialmente os menos conhecidos do grande público, podem muito bem conduzir ao aparecimento de novos autores dramáticos e, como consequência, a um reanimar do nosso teatro.

* * *

Habitualmente, chama-se à Europa o Velho Continente, e à América o Novo Continente. Classificação relativa, é claro, pois a antiguidade de ambos os continentes é exactamente a mesma (que me perdoem os geógrafos, se digo asneira...). Relativa, portanto substituível por outra. A Europa levou para a América a civilização, com tudo o que a palavra implica. A América recolheu todos os elementos fornecidos, digeriu-os, adaptou-os à sua maneira de ser, e agora devolve-nos tudo, em «nova edição aumentada e corrigida». Na indústria, no comércio, nos costumes, na arte este fenómeno pode muito bem ser verificado. Mas onde ele se torna um símbolo, é na literatura. Em Portugal, por exemplo, a influência francesa, inglesa, alemã, italiana nas novas gerações está a ser progressivamente substituída pela influência norte-americana e brasileira. É caso para chamar à Europa Novo Continente, e à América, Velho Continente.

* * *

Uma das características do português é a sua ambição excessiva. É por isso que em Portugal as revistas literárias quase nunca «pegam». Quem se mete a fazer uma revista literária, começa sempre por formular este pensamento: «Ou vou fazer uma coisa *boa*, ou então, não vale a pena.» Faz um contrato com a melhor tipografia, compra o melhor papel e reune os melhores colaboradores. Resultado: o primeiro número é uma obra-prima — reproduções lindas, fotografias maravilhosas, versos dos poetas mais inspirados, artigos dos ensaístas mais profundos. O segundo também é uma obra-prima — mas já não sai no dia marcado. O terceiro sai no dia marcado — mas já não é uma obra-prima. O quarto nem sai no dia marcado nem é uma obra-prima. O quinto, o sexto e o sétimo são um lento declínio, melancólico e por vezes arrogante; e o oitavo, ou o nono, ou o décimo já não sai. Isto já sucedeu muitas vezes para ser mentira.

* * *

Não é apenas um critério estético ou intelectual, que nos faz apreciar as obras literárias. Por isso — infelizmente — elas não obedecem muitas vezes apenas a critérios desta ordem. Os primeiros novelistas históricos conheceram uma grande voga, sobretudo pela exaltação dos ideais de cavalaria da Idade Média — uma forma como qualquer outra de satisfazer o instinto combativo. Era a luta, a guerra por um ideal, trazida a casa a um preço módico, num instrumento manejável, e sem perigo algum. Os românticos tiveram um enorme êxito principalmente porque tinham como centro o amor, o coração, essa maneira humana de disfarçar qualquer coisa de mais instintivo. E os «neo-realistas» norte-americanos, brasileiros e portugueses devem grande parte do seu êxito actual à adulação (consciente ou inconsciente) daquele mesmo instinto combativo. O mesmo que, na vida, nos obriga irresistivelmente a tomar uma atitude «por» ou «contra». O mesmo que está na base das «novelas policiais» — estar com os «detectives» ou com os «gatunos», com os «heróis» ou com os «miseráveis»...

* * *

Nós nunca vemos aquilo que mais está diante dos nossos olhos. Vivemos toda a nossa vida no mesmo sítio, e de repente, vem qualquer pessoa de fora que nos mostra o que, por nós próprios, não tínhamos sabido ver. O livro há pouco saido: «La caravelle et les corbeaux» de Suzanne Chantal, está neste caso. A primeira parte é a história de Lisboa, que nós tínhamos aprendido no liceu e a que nunca tínhamos ligado grande importância. A segunda parte é a descrição da cidade e do carácter dos portugueses. Pois bem, aquilo que nós julgávamos banal é, afinal, maravilhoso. A história que tínhamos aprendido com esforço é, afinal, apaixonante. E a cidade de Lisboa, que julgávamos conhecer tão bem, aparece-nos como a mais bela das cidades do mundo, cheia duma beleza real, viva, colorida, tradicional, inesperada e um pouco fantástica.

* * *

A produção literária portuguesa adquiriu um ritmo febril. Aqui há alguns anos, sérios e compenetrados, os literatos perguntavam uns para os outros à porta das livrarias ou dos cafés: «Você já leu o último livro do Aquilino?», ou então: «Sabe que o Dantas vai publicar um novo livro de crónicas?» Hoje essas mesmas pessoas acham-se um bocadinho desorientadas. No curto espaço de três ou quatro meses, Lisboa viu sair algumas dezenas de originais, a maioria dos quais não são, de maneira nenhuma, «literatura de cordel».

Não interessa citar nomes, interessa apenas realçar o facto, como prova de que a literatura portuguesa está em nítida ascenção.

ANTÓNIO QUADROS

Recortes

A Revista do Globo, *editada em Porto Alegre, inseriu, com o título:* Tradição luso-brasileira, *a seguinte nota:*

«Foi em Pôrto Alegre que encontrei o público mais interessado, não por mim, certamente, mas pela voz de Portugal, de que eu era, apenas, um eco.»

De regresso a Portugal, foram estas as palavras do escritor José Osorio de Oliveira à imprensa de Lisboa.

Disse ainda, na sua entrevista, o conhecido intelectual português:

«Talvez a posição fronteiriça do Rio Grande do Sul faça com que os seus inte-

lectuais sintam mais agudamente o valor da cultura lusíada.»

E disse uma verdade.

A nossa posição, tantas vezes negada pela voz da incompreensão, tem sido essa, justamente. Nesse ponto, a orientação dos escritores gaúchos jamais se afastou das linhas da nossa formação político-social.

Tomemos o exemplo de J. Simões Lopes Neto. É o mais regionalista dos nossos escritores, falando uma linguagem aparentemente exótica, mas sendo compreendido e até mesmo amado pelo Brasil afora.

Com ele temos, mais uma vez, a verificação já cediça, mas ainda assim imperativa, de que o regionalismo jamais esmagou os verdadeiros temperamentos literários.

E depois, no caso particular do Rio Grande, a afirmação regionalista nada mais representa senão a forma mais positiva de reacção luso-brasileira às influências estranhas que se derramam pelas nossas fronteiras.

* * *

O Diário da Manhã, *de Lisboa, no seu suplemento :* Cultura, *publicou, com o título :* Necessidade da tradição, no Brasil, *o discurso que José Osorio de Oliveira proferiu na Academia Brasileira de Letras, do qual destacamos a conclusão :*

Sinto [...] — e desculpareis se isto vos parecer uma impertinência — que pode tornar-se necessário, aqui, defender o que é permanente. Estou habituado a dizer, sobre o vosso país e sobre os vossos livros, aquilo que entendo, como um luso-brasileiro, isto é: como alguém que pertence, em parte, ao Brasil, e a quem, portanto, o Brasil pertence, também, um pouco. Aliás, o sentimento de que aquilo que é permanente precisa ser guardado, neste país novo, aberto a todos os ventos do Mundo, é que faz com que eu reconheça a insofismável utilidade desta Academia. Ao contrário do que geralmente se afirma, é aqui, mais do que nos velhos países da Europa, fechados dentro das suas tradições, que as Academias se justificam. Há uma cultura brasileira, um humanismo brasileiro, um génio literário brasileiro, como há um povo brasileiro, com uma língua só, uma só religião e um só sentimento nacional. Mas essa cultura intelectual, esse humanismo, esse génio literário, não estão tão naturalmente defendidos como os daqueles países que, por obra dos séculos, já não podem mudar. Tendes, por conseguinte, uma grande missão, e dela vos desempenhastes sempre, sabendo conciliar o amor daquilo que é eterno com a compreensão de tudo quanto é novo, como se requer num país que tem um passado, mas que é de hoje e deseja ser de amanhã. Por isso vos saudo — eu, que sou de Portugal e do Brasil.

Errata

Na poesia *Sempre,* dos *Poemas do Ausente,* de Anrique Paço d'Arcos, publicados no número 6 da primeira série desta revista, o terceiro verso saiu impresso:

«Cessava o trágico tropel»

quando o poeta escrevera:

«Cessava enfim o trágico tropel»

Colaboração

No próximo número publicaremos os poemas brasileiros: *Poesia de Ouro Preto,* de Henriqueta Lisboa, *Noite, Treva e Pedra* e *Momento,* de Abgar Renault, *As Cartas, Poema* e *Para nós acabou...,* de Lúcio Cardoso; os poemas caboverdeanos: *Viagens, O Jovem estrangeiro,* e *Não era para mim,* de Jorge Barbosa; o argumento de bailado folclórico caboverdeano: *Terra de Sôdade,* de Jaime de Figueiredo; os poemas: *Regresso* e *Se ele partir...,* de Natércia Freire; um poema inédito de Alberto Osório de Castro: *Confidências ; Cartas* de Mário de Andrade; *Geralda,* um capítulo de Octávio de Faria; *O Violino morto,* conto de Rachel Bastos, ilustrado por Maria Franco; a primeira de duas narrativas de Carlos Parreira: *Nossa Senhora pobre; Relatório,* novela de Tomaz de Figueiredo; *O Espirro,* conto de Agostinho Barbieri; o primeiro de dois ensaios de Ademar Vidal sobre temas de folclore brasileiro: *Hábitos e Costumes dos Praieiros da Paraiba; Arte rupestre no Brasil,* estudo de Russel Cortez; *Os Índios na administração colonial,* artigo de Edmundo Correia Lopes; *O aspecto literário de Serpa Pinto e Mousinho,* artigo de Amadeu Cunha.